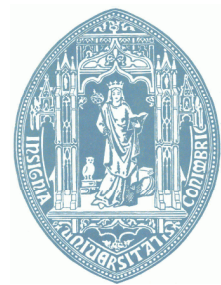


Sousa Bastos

RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO DO ANTIGO TEATRO



Rui Filipe Alves Ferreira
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Sob a orientação do Professor Doutor António Lousa
Departamento de Arquitectura da FCTUC
Coimbra | Dezembro de 2011

Agradecimentos

Ao Professor Doutor António Lousa pela disponibilidade na orientação.

Aos meus pais, que tudo me deram, pela paciência e suporte. Ao meu irmão por estar sempre presente e pronto para ajudar.

À família pelo interesse que sempre demonstraram.

Ao Tiago primo e padrinho, pelo apoio e pela boa disposição.

Ao Diogo, ao Nuno e ao Rodolfo, companheiros de longa data, pelos bons momentos.

Ao Gerson, ao Resende, ao Santana, à Sousa, à Ana Luísa, à Smitha, e a todos pela amizade.

À Nicol pela ajuda preciosa na fase final do texto.

Ao Nina pelo tempo disponibilizado na conclusão desta tese.

Sumário

Introdução	3
1. História do Teatro Sousa Bastos	7
1.1. Da igreja de S. Cristóvão ao Teatro D. Luís	9
1.2. As primeiras décadas	13
1.3. Reforma arquitectónica dos anos 40	27
1.4. Passado recente	29
2. Casos de estudo	35
2.1. Teatro Esther de Carvalho, Montemor-o-Velho	39
2.2. Cine-Teatro Constantino Nery, Matosinhos	43
2.3. Teatro Viriato, Viseu	49
3. Proposta de intervenção	59
3.1. Análise urbana	59
3.2. Estado do edifício	63
3.3. Programa de necessidades	65
3.4. Objectivos da proposta	69
3.5. Organização do espaço	71
3.6. Proposta de intervenção	73
3.7. Critérios de intervenção	79
4. Considerações Finais	87
Referências Bibliográficas	93
Fontes das Imagens	101
Anexos	109

Introdução

Para a construção da ideia de cidade, os equipamentos culturais – teatros, museus e, mais recentemente, os centros culturais – sempre assumiram um papel estruturador do tecido urbano. A promoção da construção de equipamentos culturais por iniciativa do poder central ou local representa a assunção da importância atribuída às práticas artísticas. Ao longo da última década verificou-se um esforço conjunto sem precedentes na renovação de Teatros como parte da rede nacional de teatros e cine-teatros. Este esforço deu origem a um conjunto de edifícios notáveis, seja na requalificação, seja na concepção de raiz, seja ainda nas formas de implantação no espaço urbano envolvente.

Intervir em edifícios com uma grande carga histórica é uma tarefa complexa pois a história não é material, física ou imediata. É fonte de memória, identidade, deixa marcas profundas no edifício, e influencia positivamente o desenvolvimento das cidades. A reabilitação do seu uso confere ao edifício uma importante dose de centralidade, capaz de regenerar espaços edificados e urbanos próximos, que assim voltam a integrar-se no traçado vivo da cidade.

Para o arquitecto, a possibilidade de desenhar um equipamento excepcional como um teatro representa um desafio singular. Os teatros, pela representatividade social que lhes está associada e pela singularidade do seu programa, constituem um exercício de complexidade superior, em particular no tratamento volumétrico do edifício. O Teatro enquanto espaço arquitectónico propõe uma determinada relação entre a forma e a função. A ocupação humana e artística transforma o espaço edificado em espaço habitado e em espaço público. Ao estabelecer um conjunto de relações entre as pessoas e o lugar, o acto de programar determina também a apropriação do espaço que o torna habitável.

Esta dissertação contextualiza o tema num primeiro capítulo. Dando a conhecer não só a história do Teatro Sousa Bastos mas também a da evolução urbana de Coimbra, revela-se a influência que este teve no desenvolvimento da cidade, e porque é considerado património cultural.

No segundo capítulo apresentam-se os casos de estudo. Estes foram seleccionados não só pelas semelhanças históricas e patrimoniais que têm com o Teatro Sousa Bastos, mas também por serem exemplos de diferentes intervenções de restauro e revitalização destes equipamentos. São projectos concretizados que representam recuperações bem sucedidas e ganham destaque pelo tipo de abordagem seguido.

Na terceira parte apresenta-se a proposta de recuperação e reconversão do edifício. Esta parte da análise urbana da zona em que está inserido e, tendo presente o panorama actual da cidade e as suas necessidades, desenvolve-se segundo os princípios internacionais de intervenção em edifícios históricos.

Do último capítulo fazem parte as considerações finais sobre o estudo do edifício e a intervenção proposta.

1. História do Teatro Sousa Bastos

Na segunda metade do século XIX iniciava-se em Portugal uma época activa, de onde destaca um novo sentido de civilidade e de liberdade. Este novo panorama está patente no número, diversidade e agressiva rivalidade dos jornais dedicados ao teatro. Com uma extraordinária centralidade nesta actividade, que então dominava os interesses da burguesia liberal, percebe-se o enorme entusiasmo pela actuação amadora e, naturalmente, surgiam várias notícias dando conta do interesse e da necessidade de construção de teatros.¹

A instauração do *Regime Liberal* revelou ser de grande prejuízo para a Igreja, na medida que provocou a extinção das ordens religiosas em 1834. Como consequência os bens destas foram nacionalizados e assim se libertou um património imenso que, ou seria vendido a particulares, ou cedido a sociedades e instituições públicas. Assim a transformação de espaços destinados a Igrejas e Conventos em espaços teatrais verifica-se por todo o país, processando-se essencialmente de duas maneiras: ou é feito um pedido ao Estado, que resolve conceder esses espaços à localidade, ou por manifesto interesse da parte de privados em não deixá-lo arruinar e, por este não se adequar a outra função, são transformados em teatros.²

¹ *Teatros portugueses de raiz italiana*, CARNEIRO, Luís Soares – Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002, p. 371

² *Teatros portugueses de raiz italiana*, CARNEIRO, Luís Soares – Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002, p. 372



Fig.1 Desenho da igreja de S. Cristóvão

1.1. Da igreja de S. Cristóvão ao Teatro D. Luiz

Em Coimbra, no final do séc. XIX, havia um grande interesse por teatro. Vinham actuar à cidade companhias profissionais de teatro de grandes centros, mas o Teatro Académico, regido pela Academia Dramática, tinha estatutos regidos que não permitiam que houvesse companhias profissionais na cidade. De entre estes estatutos destaca-se a proibição de mulheres actuarem no palco e também a determinação da reitoria de que os espectáculos só poderiam ser realizados às quartas-feiras e aos sábados.³

Entretanto são descobertas, na Alta de Coimbra, as ruínas da Igreja românica de S. Cristóvão⁴, do princípio de séc. XII. Esta é solicitada pela Associação Recreativa Conimbricense com a finalidade de para aí transitar o Teatro da Sé Velha (Março de 1857) e a construção do Teatro de S. Cristóvão inicia-se em Fevereiro de 1860: *“As paredes do antigo templo foram desmanchadas para alli se construir, com os seus próprios materiaes por alicerces, um theatro, que foi denominado de D. Luiz, o qual, começado em fevereiro de 1860, abriu a 22 de dezembro do anno seguinte.”*⁵

Localizado na Rua Joaquim António de Aguiar, na Alta de Coimbra, em Dezembro de 1861 o Teatro de S. Cristóvão passa oficialmente a denominar-se D. Luiz, em homenagem ao monarca português. A inauguração prevista é adiada do dia 1º para o 22 devido ao falecimento do monarca e infante D. Fernando, coincidindo com a aclamação do próprio D. Luís I. Este manteve de grosso modo a implantação da igreja destruída, virada para ocidente, com um alargamento que resulta na eliminação da rua, conseqüente adossamento da fachada sul às construções existentes e na redução da rua a nascente.

Este teatro resultou da colaboração dos estudantes e dos artistas na década de 60, o que faz com que o Teatro Académico vá perdendo importância na vida cultural da cidade. No final do século surge a notícia de que uma sociedade construiria um moderno teatro e que o terreno para a sua construção já tinha sido

³ SOARES, A. J. – *Elementos para a historia do Teatro Sousa Bastos*, in Arquivo Coimbrão, vol. 33-34, p. 4.

⁴ Dessa igreja resta apenas um desenho da frontaria, da autoria do professor Luiz Augusto Pereira Bastos, publicado em SIMÕES, Filipe - *Relíquias da Architectura Romano-bysantina em Portugal*.

⁵ FIGUEIREDO, A. C. Borges de - *Coimbra Antiga e Moderna*, p. 120.

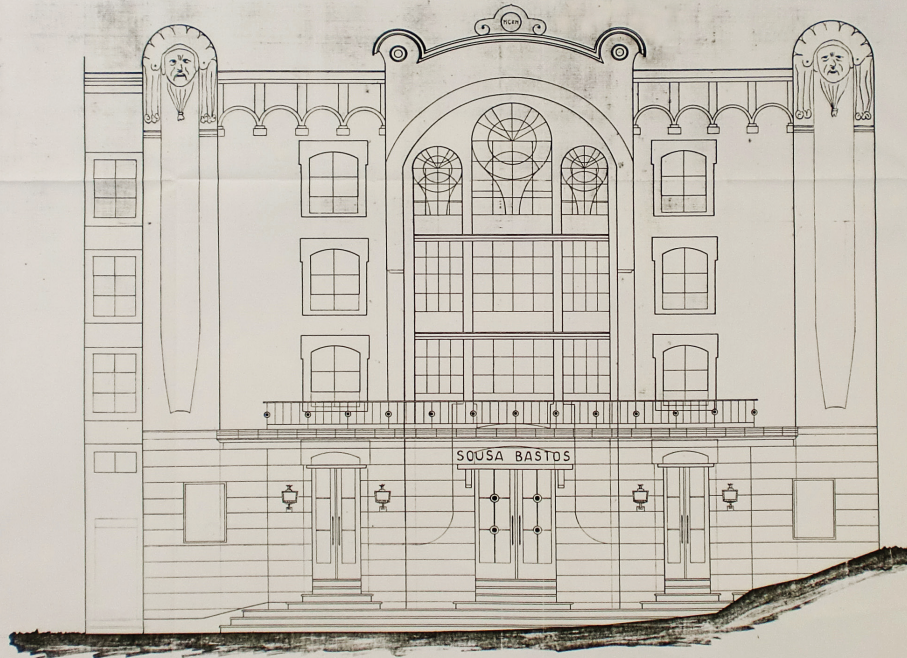
adquirido à Câmara. Tratava-se do novo Teatro-Circo Príncipe Real, que passaria mais tarde a chamar-se Teatro Avenida.

As más condições do teatro D. Luiz (*“defeituoso, desprovido de elegância, e suas dependências são muito acanhadas.”*⁶), juntamente com a concorrência do Teatro Príncipe Real e as sucessivas interdições, pedidos de obra e vistorias, não lhe possibilitaram uma maior longevidade. Sousa Bastos – nem imaginando que daria mais tarde o nome ao teatro sucessor do velho D. Luiz I – dizia que *“era um bom teatro bastante bem frequentado (...). Nunca foi restaurado e foi mandado fechar pelas autoridades por perigoso à segurança Pública.”*⁷

⁶ *Ibidem.*

⁷ BASTOS, Sousa - *Dicionário de Teatro Português*, p. 332.

PROJECTO REFERENTE AO CINE-TEATRO SOUSA BASTOS - BÊCO DAS CRUZES - COIMBRA



— FACHADA PRINCIPAL —

— ESCALA - 1:50 —

Fig.2 Alçado original do Teatro Sousa Bastos

1.2. As primeiras décadas

Em Junho de 1910 o empresário Manuel Francisco Esteves vem confirmar uma notícia que surgiu 3 anos antes no jornal *O Conimbricense*, e que dava conta da abertura de uma nova casa de espectáculos a localizar-se no antigo Teatro D. Luiz^{8,9}.

“Neste novo edifício coloca-se a plateia quase ao nível da rua, sendo rebaixada em relação à antiga. Estavam previstos 48 camarotes em duas ordens e galeria na 3ª ordem para 400 pessoas, além de 500 lugares da plateia que se estendia por debaixo da 1ª ida de camarotes. A lotação estimada era assim de 1200 pessoas. Sobre a plateia recuada elevavam-se 3 andares de camarotes e varandas, ficando estas últimas mesmo junto ao tecto (...). Esta disposição interior reflectia-se na fachada.”¹⁰

Em Março de 1913, é anunciado o nome do novo teatro: Sousa Bastos, em homenagem ao dramaturgo e empresário, famoso em Portugal e no Brasil, e que tinha sido tio do novo proprietário.

Em Outubro o teatro é pintado: *“interior em branco e dourado, exterior de rosa. Da frontaria destacavam-se os volumes curvos que terminavam as bandas verticais, ornamentadas com máscaras teatrais e fitas pendentes, que se ligavam entre si por um friso de arcarias a coroar o pano da fachada. Estas bandas enquadravam paredes com janelas dispostas pelos 3 andares, que por sua vez ladeavam um amplo corpo central de remate curvo com 3 janelões envidraçados. Sobre este vão, um frontão de linhas circulares integrado no remate mistilíneo, exibia num círculo a data: MCXM (1910, início das obras). A remodelação durava há mais de 3 anos e ultrapassava já o orçamento. O edifício tinha WC e saídas de público em todas as ordens, tanto de plateia como nos camarotes (fácil evacuação*

⁸ “Das Ruínas do antigo Teatro D. Luís consta que vai surgir, graças aos reiterados esforços cavalheiros desta cidade, um teatro elegante, construído segundo as exigências modernas, preenchendo assim uma grande lacuna, que se fazia sentir nesta cidade.” in *O Conimbricense*, 22 de Junho de 1907.

⁹ “o autor do projecto do novo teatro é o Senhor Joaquim Monteiro de Figueiredo, condutor das obras públicas(...). A fachada é formada por uma larga porta de entrada e duas laterais.” in *O Conimbricense*, 28 de Junho de 1907.

¹⁰ GAMBINI, Lígia Inês - *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*, p. 31.



Fig.3 Anúncio de 13 Junho de 1914 no jornal Gazeta de Coimbra



Fig.4 Anúncio de 17 Junho de 1914 no jornal Gazeta de Coimbra

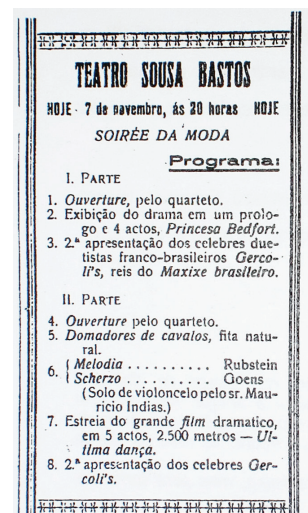


Fig.5 Anúncio de 7 Novembro de 1914 no jornal Gazeta de Coimbra

em caso de incêndio); iluminação eléctrica (anterior era a gás); mobiliário vindo do porto, átrio com tectos de madeira pintados a branco e dourado, etc...”¹¹

Apostando numa imagem nova, de linhas sinuosas, curvas e convexas da arte nova, o teatro seria um dos poucos edifícios de arquitectura moderna na cidade, liberto dos princípios revivalistas do século anterior.

A inauguração do Teatro Sousa Bastos acontece a 15 de Junho de 1914, e entra em concorrência directa com o Teatro Avenida que nesta altura monopolizava as actividades culturais em Coimbra.

O animatógrafo vai ser explorado por uma nova empresa constituída para o efeito, composta por Juvenal Paiva e Manuel Ferreira de Carvalho, futuramente referida na imprensa como Empresa do Teatro Sousa Bastos, empresa do cinematógrafo ou *Carvalho e C^a*.

A imprensa referia os *“sacrifícios da empresa, que não olha a despesas para oferecer boa música e magnificas fitas”¹²*, o que deixa supor que os empresários faziam grandes investimentos para apresentar espectáculos de qualidade, já que tinham entrado em concorrência directa com o Teatro Avenida.

Daqui para a frente alteraram-se substancialmente as características da actividade deste novo teatro em relação ao seu precedente D. Luiz I, aderindo preponderantemente à nova *“arte para grandes audiências”* em detrimento dos espectáculos teatrais propriamente ditos.

Desde a inauguração do cinematógrafo até ao final do ano a programação constou essencialmente de *“exibição de fitas de vários géneros em parceria com apresentação de espectáculos de variedades, que englobavam dançarinos, acrobatas, malabaristas e barristas (...)”¹³*.

Outra programação, mais erudita, foi proposta pela *“Empresa do Teatro Sousa Bastos”*, que anunciava a realização de *matinéés-concerto*, que dinamizariam a cidade quinzenalmente. Os preços das entradas, destinados a competir com o Teatro Avenida, não possibilitavam grandes lucros e, assim, a empresa *Carvalho e C^a* dissolve-se apenas quatro meses após a sua constituição.

¹¹ GAMBINI, Lígia Inês - *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*, pp. 35-36.

¹² cf. *Gazeta de Coimbra*, 31 de Outubro de 1914 in GAMBINI, Lígia Inês - *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*, p. 45.

¹³ GAMBINI, Lígia Inês - *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*, p. 46.

+ | **HOJE** | +

Teatro Sousa Bastos
CINEMATOGRAFO e VARIEDADES

2.ª apresentação de
Petite Fougère
A mais nova BAILARINA que se tem apresentado
no publico de Coimbra.

2.ª exhibição do film em 4 partes
Segredo de Estado
(Serie d'Ouro)

Natal do Miudo HOJE
ESTREIA

Actualidades-GAUMONT n.º 17
ESTREIA Assuntos da guerra

1.ª apresentação dos
Les Bellini
(1) melhor numero que tem vindo a Coimbra
+++ GRANDE EXITO! +++

2.ª exhibição do film em 2 partes, com 1.200 metros
Bravo, Escoceses!
Avante de palpitante actualidade

Carnaval de 1916
(1) carnaval CHIC DE COIMBRA
4 deslumbrantes espectaculos!

Fig.6 Anúncio de 26 Fevereiro de 1916 no jornal Gazeta de Coimbra

Estando a empresa dissolvida a 16 de Fevereiro de 1915, logo a 6 de Março o Teatro Sousa Bastos retomava o tipo de programação que caracterizara a sua inauguração cerca de um ano antes. Era novamente o proprietário, Manuel Francisco Esteves, que geria os destinos da casa. A 24 de Março retomavam-se as sessões de cinematografo, com filmes distribuídos pela Empresa Internacional de Cinematografia.

A meio do ano de 1915 o empresário decide encerrar o teatro. Vários são os motivos apontados para que isso aconteça, sendo os mais prováveis, a sua localização, que, situado no Bairro Alto e próximo do Bairro Baixo, tinha pouca visibilidade comparativamente ao Teatro Avenida (implantado numa artéria desafogada, de mais fácil acesso e em uma zona de recente expansão urbana); e a situação do país, que não era a melhor dados os condicionalismos económicos da guerra.

No 1º de Janeiro de 1916 o teatro ficaria a pertencer exclusivamente ao sócio de Manuel Esteves, José Guilherme dos Santos, e reabria a 17 de Fevereiro, precisamente um ano após a dissolução da empresa *Carvalho e Cª*.

Paralelamente, a concorrência aumentava, com a Câmara a ceder parte do Parque de Santa Cruz (ou Jardim da Sereia) para ali se realizarem “*sessões de animatographo*”, com a contrapartida de 20% sobre o valor dos bilhetes.

Talvez por este motivo José dos Santos decide afastar-se da gerência e nos finais de Setembro é anunciada nova empresa para a inauguração da época de Inverno, a 1 de Novembro de 1916. O novo gerente era Luís Lomas e o teatro inicia assim a sua quarta gerência no espaço de dois anos.

Um mês depois da inauguração pela nova gerência, a afluência ao Teatro Sousa Bastos mantinha-se em níveis elevados, “*havendo mesmo noites seguidas em que os bilhetes esgotavam, o que é explicado na Gazeta de Coimbra pelas autênticas novidades cinematográficas*”¹⁴. A estratégia do empresário e as suas manobras publicitárias surtiam efeito, sobretudo porque este estava mais preocupado em captar uma plateia fiel do que em obter lucros.

¹⁴ *Ibidem*, p. 62.

Todavia, os esforços de Luís Lomas para fixar o público ao seu teatro, durante um ano, não tinham conseguido os efeitos desejados. Embora a sua gestão fosse arrojada na contratação de grandes companhias internacionais e na exibição de filmes de sucesso garantido, a sua política de bilhetes a preços baixos não conseguia manter a empresa solvente. Uma vez mais, o Teatro Sousa Bastos sucumbia às dívidas. Luís Lomas não conseguiu fazer prosperar o negócio e foi forçado a abandonar o cargo oito meses mais tarde.

O teatro reabre desta vez sob a alçada de Manuel Gonçalves Lemos, em parceria com o proprietário José Guilherme dos Santos. A nova empresa pretendia igualmente “*oferecer ao público os melhores films e os mais notáveis números de variedades*”¹⁵, mas uma vez mais a gerência do Teatro Sousa Bastos fecha a casa (quinta gerência em 3 anos). A 13 de Outubro de 1917 reabre novamente sob a gerência de *Abreu, Cabral & Lemos*, provando-se que Manuel Gonçalves Lemos era um agente infiltrado dos sócios do Avenida – o Bacharel José António Gomes Cabral e António Mendes d’Abreu. O contrato apenas exigia a realização de espectáculos de 10 em 10 dias, o que satisfaz os interesses dos novos donos, que tinham como objectivo acabar com a livre concorrência aberta um ano antes.

As actividades eram esporádicas e apenas se realizavam sessões cinematográficas aos domingos, reprises, ensaios de peças teatrais, serões de arte e ocasionais concertos musicais. Este panorama mantém-se nos anos 1918 e 1919, e não havendo uma programação pensada comercialmente, “*o melhor teatro de Coimbra passava a ser uma extensão do Avenida...*”¹⁶

Em finais de 1919 é criada em Coimbra uma *Sociedade de Concertos*. A actividade desta sociedade teria lugar no Teatro Sousa Bastos e previa-se a realização de 15 concertos por época com a inauguração a realizar-se a 22 de Janeiro de 1920.

Em Maio de 1920, em virtude da morte de José Guilherme dos Santos, a propriedade do Teatro Sousa Bastos é dividida pelos herdeiros: metade para a sua viúva Emília Augusta dos Santos e dois quartos para cada filho e conjugues. E em

¹⁵ cf. *Gazeta de Coimbra*, 19 de Maio de 1917 in GAMBINI, Lígia Inês - *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*, p. 78

¹⁶ GAMBINI, Lígia Inês - *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*, p. 84.

Fevereiro de 1921 Emília Augusta dos Santos torna-se na única proprietária do Teatro Sousa Bastos, negociando com os seus filhos a troca da quarta parte por outras propriedades da família.

Em Março de 1922, devido aos novos regulamentos de incêndio, os teatros existentes eram vistoriados, sabendo-se que “*no Teatro Sousa Bastos também vão ser feitas as alterações indispensáveis*”¹⁷.

Na época seguinte (1922-23) fica confirmada a impossibilidade de se darem concertos no teatro e o silêncio na imprensa em relação ao Sousa Bastos nesta época é completo.

A ameaça de uma terceira casa de espectáculos na cidade – desta vez escapando ao controlo da firma *Abreu, Cabral & Lemos* – deve-os ter levado a preferir devolver alguma actividade ao Sousa Bastos, para iludir a falta de casas onde se pudessem dar espectáculos. Assim a *Sociedade de Concertos* reabre na nova época (finais de 1923), mas o panorama não se altera para o teatro, com aberturas esporádicas e o nível da sua actividade cultural a decair.

É apenas no final de 1924 que a casa passa a ser regularmente utilizada para teatro amador, após a criação do *Grupo Benemérito de Beneficência*.

Com o fim das instituições *Sociedade de Concertos* e *Sociedade de Música de Câmara* (que organizavam espectáculos dirigidos a uma classe mais intelectual, “*elegante*”, de cunho marcadamente cultural e erudito), o Teatro Sousa Bastos vai passar a ser maioritariamente ocupado com comícios e saraus beneficentes, promovidos já pela classe operária organizada, em prol de várias instituições de caridade.

Em Março de 1925 retoma-se a discussão na cidade sobre a localização do futuro novo teatro na Praça da República. Estava já em fase de construção o Coliseu de Coimbra (no local onde se encontra hoje o *Portugal dos Pequenitos*), pensado como praça de touros, que ia beneficiar a margem esquerda da cidade. Projectado por Benjamim Ventura, o Coliseu tinha uma lotação de cerca de 10.000 pessoas.

¹⁷ cf. *Gazeta de Coimbra*, 4 de Março de 1922 in GAMBINI, Lígia Inês - *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*, p.95.



Fig.7 Anúncio de 17 Junho de 1928 no jornal Gazeta de Coimbra

Um incêndio no início do mês de Agosto, na Avenida Emídio Navarro, nas instalações da antiga alquilária Camões, seria determinante na localização da projectada casa de espectáculos: seria nesse sítio que se edificaria o Salão Tivoli.

A meio da década de 20, a cidade, com uma população em crescimento, passava por uma série de melhoramentos e transformações urbanísticas: “*novos bairros (Quinta da Rainha, Cumeada, Montarroio, Montes Claros, etc.); passagem da iluminação pública a gás (desde 1856) para eléctrica; construção de um novo mercado (pensado para o Terreiro da Erva, acabando-se por alargar o já situado na horta do Mosteiro de Santa Cruz, onde hoje se situa); o Campo dos Bentos, para onde se projectou o parque da cidade; novos hotéis, entre eles o Hotel Astória (no edifício da antiga Companhia Nacional)*”¹⁸.

Janeiro de 1926 fica marcado pelo incêndio dos Correios, confinante com o Claustro da Manga¹⁹. Neste mês noticia-se a organização de uma secção dos *Escuteiros de Portugal* em Coimbra, abrem inscrições para a *Sociedade de Concertos*, e declara-se uma greve académica.

A 18 de Dezembro de 1926 é noticiada a venda do Teatro Sousa Bastos, ao *Instituto Operário Católico*, continuando a ser explorado pela empresa do Avenida. As cláusulas desse contrato permitem à empresa do Avenida passar os encargos do Sousa Bastos para os sublocatários e impor obrigações tais que nenhuma concorrência se tornou possível durante muitos anos. Este deixa efectivamente de ser um teatro, uma casa de espectáculos com actividade comercial, convertendo-se em sede de várias instituições, como a *Sociedade Instructiva Ozanan*, a *União Operária Católica*, ou o *Grupo de Scouts*. A actividade da casa passa a pautar-se exclusivamente pelos ideais caritativos e sociais destas instituições.

Em Junho de 1927 é inaugurado o Parque da Cidade, na Ínsua dos Bentos e é só em Novembro que se anuncia a realização de um drama de 4 actos.

¹⁸ GAMBINI, Lígia Inês - *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*, pp. 106-107.

¹⁹ Este acontecimento levou posteriormente à construção do presente edifício, roubando terreno ao claustro, mutilando e desvirtuando ainda mais – acção que começou em 1888 com a demolição da ala que o fechava da rua – o espaço de meditação, que encerrava uma jóia da arquitectura renascentista portuguesa, que deste modo, hoje quase ninguém sabe o que significa ou sequer o que o interliga ao Mosteiro de Santa Cruz, do qual era parte integrante.

Para o dia 18 de Março de 1928 é organizada uma sessão solene comemorativa da fundação da *União Operaria de Coimbra*, onde discursaria o professor de Direito da Universidade, Dr. Oliveira Salazar.

“Enquanto o Sousa Bastos se dedicava a festas de beneficência, o Parque da Cidade acolhia muita gente nos serões de música no coreto e o Coliseu de Coimbra e o Avenida enchiam para sessões de animatógrafo”²⁰. No ano seguinte surge a *Coimbra-Films*, sociedade sediada no Largo Miguel Bombarda (Largo da Portagem), que representava exclusivamente algumas produtoras estrangeiras e inaugurava um sistema semelhante ao actual vídeo. Em Março de 1929 dá-se a inauguração do Salão Tivoli, o que acabou com a situação de monopólio do Teatro Avenida.

Deduz-se que os negócios corriam da melhor maneira à *Coimbra-Films*, pois a 8 de Novembro de 1930 é celebrada uma escritura de sublocação do Teatro Sousa Bastos e, a 30 de Março de 1932, este é adquirido pela referida empresa, à *Sociedade Instrutiva Ozanan*.

Esta empresa devolvia ao Teatro Sousa Bastos a sua qualidade de casa de espectáculos e, a 2 de Junho de 1932, é debatido na Assembleia Municipal o pedido de licença para realizar obras no edifício, a fim de o adaptar a cinema.

²⁰ GAMBINI, Lúcia Inês - *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*, p. 121.

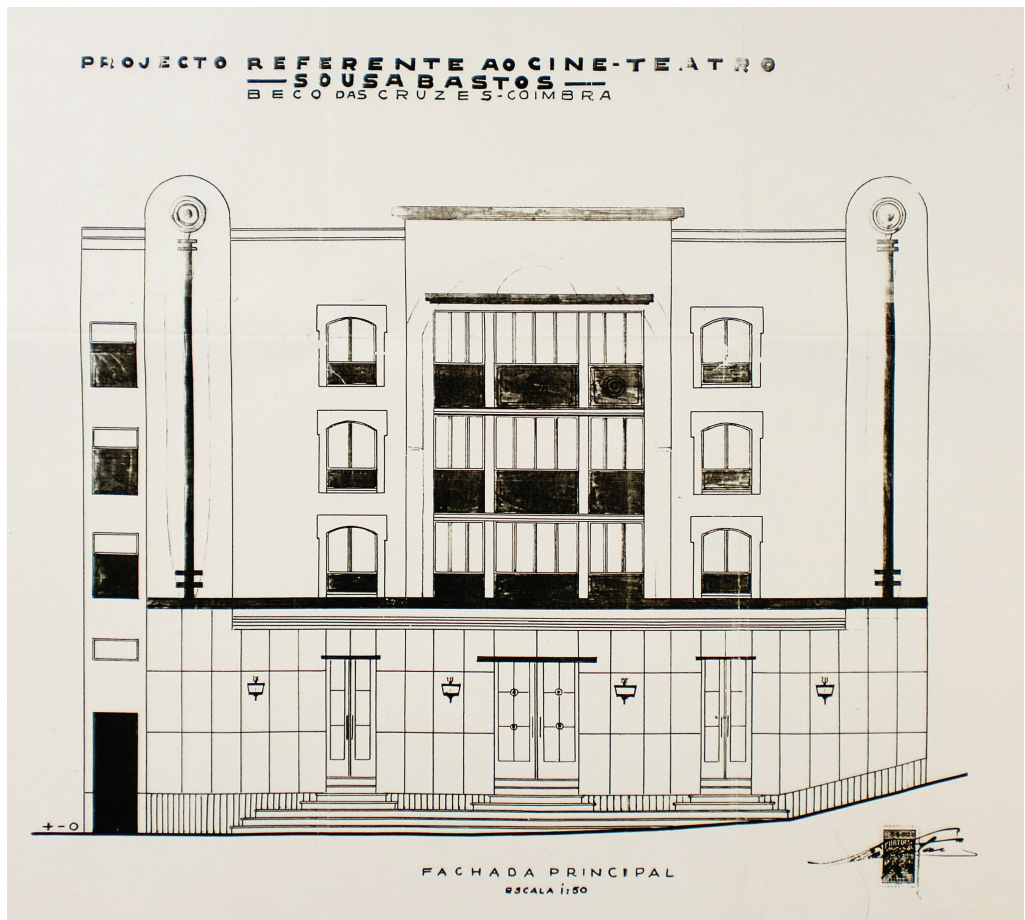


Fig.8 Alçado principal, reforma do arquitecto Willi Braun

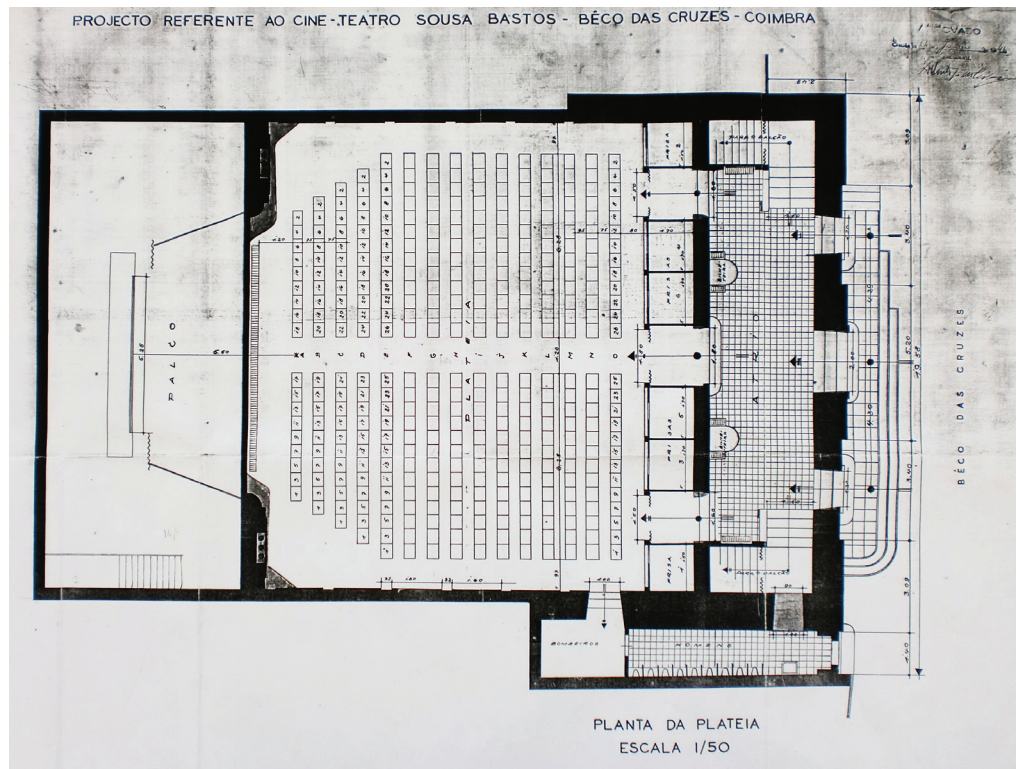


Fig.9 Planta do Piso da Plateia

1.3. Reforma arquitectónica dos anos 40

A 24 de Janeiro de 1946 a sociedade proprietária do Teatro Sousa Bastos pede licença para fazer obras de modernização naquela sala de espectáculos e, a 21 de Novembro, para fazer alterações ao projecto que havia apresentado. Esta reforma é dirigida pelo arquitecto alemão Willi Braun, e tem como objectivo modernizar o edifício, actualizar o seu formulário estético e adaptar a sua sala de cinema. Sobre este autor pouca informação existe, sabendo-se apenas que foi também o responsável pela intervenção arquitectónica de 1945 no antigo café *A Brasileira* de Coimbra, na Rua Ferreira Borges.

Em termos de ornamentação e elementos decorativos, pequenos pormenores sofreram alteração. Na fachada desaparecem as máscaras teatrais que se encontravam no topo das bandas laterais e o pequeno frontão com indicação da data em numeração romana. A platibanda de linhas curvas é alisada e os vãos centrais de modulação radial e curva também são substituídos por linhas rectas. No rés-do-chão, a porta para o café, à esquerda, é tapada.

O interior sofreu remodelações mais amplas e estruturais ficando o teatro equipado com plateia, balcão, e alguns camarotes em vez das três ordens que anteriormente possuía. As paredes das escadas de acesso ao balcão são substituídas por grades de ferro e é dada uma nova localização às instalações sanitárias dos homens. Na plateia, é aumentada a distância entre as filas, e o tecto da cabine de projecção é elevado para colocação da máquina a nível mais alto. No bar do primeiro andar, verifica-se o *“desaparecimento das escadas de serviço interno para maior largueza (...), rectificação da parede do lado da rua; desaparecimento da Tabacaria devido à sua má localização”*²¹.

Foi esta a versão final realizada, e que ainda hoje “subsiste”...

²¹ *Ibidem*, p. 187.

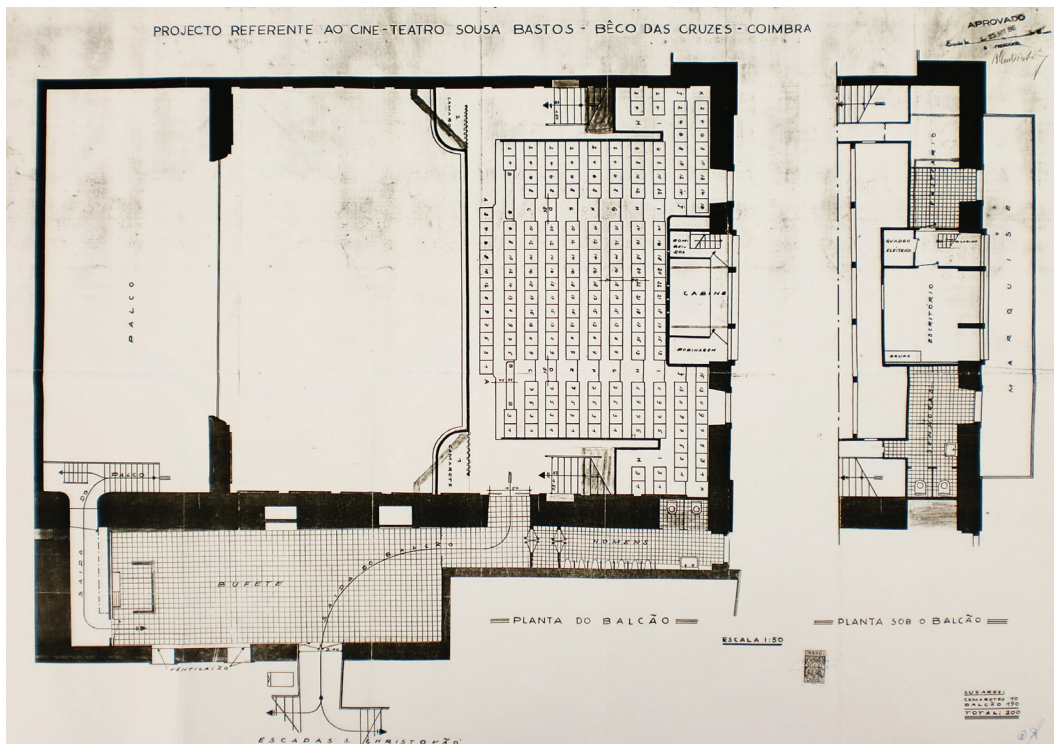


Fig.10 Planta do Piso do Balcão

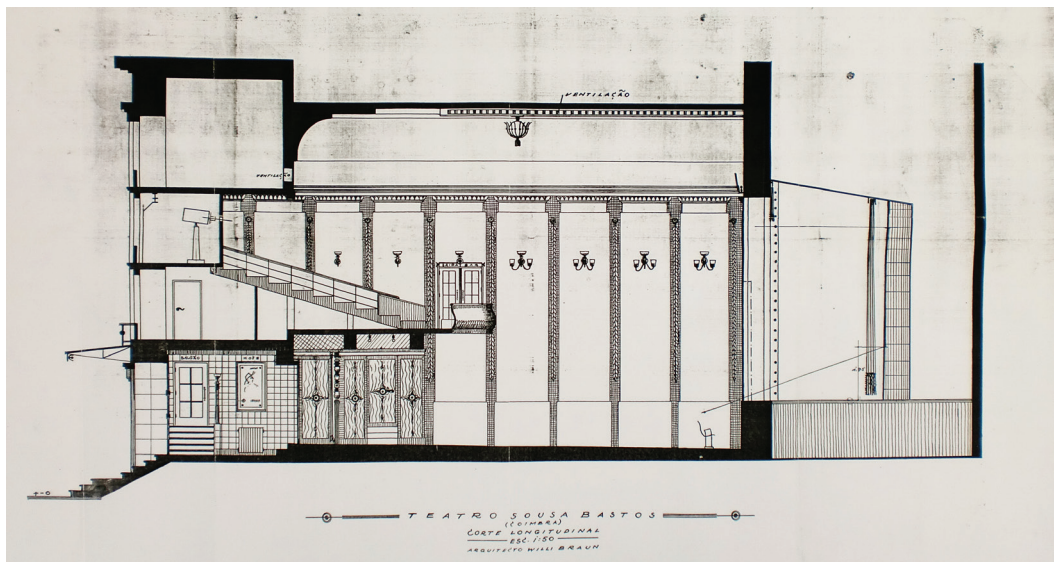


Fig.11 Corte longitudinal

1.4. Passado Recente

Posteriormente a 1974, o Teatro Sousa Bastos entrou numa fase em que apenas exibia cinema, nomeadamente filmes considerados de baixa qualidade mas altamente lucrativos (*westerns* e filmes pornográficos): *“(...) aparecem os filmes pornográficos. (...) foi a ultima fase da decadência do Sousa Bastos, aquela que de facto, acabou por destruir o Sousa Bastos.”*²²

No dia 7 de Março de 1982 toma posse, por trespasse daquela casa de espectáculos, A Bonifrates, Companhia de Produções Teatrais e Realizações Culturais. Esta companhia pretendia “ressuscitar” o Sousa Bastos e o primeiro passo passava pela aquisição do edifício, para posteriormente o transformar em Centro Cultural. O Dr. José Oliveira Barata, um dos fundadores desta companhia, declarava que *“não se pretende transformar o Sousa Bastos num local de elites, mas sim criar um espaço para a cultura acessível à população, que não será exclusivo da Bonifrates, mas antes estará à disposição da cidade”*²³

Foi através desta companhia que se “redescobriu” o velho Sousa Bastos, marginalizado durante tantas décadas. Esta beneficiou de imensos apoios e privilégios, na tentativa de voltar a dar vida a uma casa com tanta história e que tanto fez pela vida cultural de Coimbra. Porém, dificuldades de vária ordem forçaram o seu encerramento em 1984, e uma vez que *A Bonifrates* estava impossibilitada de fazer obras de manutenção, o edifício entrou num estado de degradação tal que passou a ser necessário efectuar obras de restauro e conservação.

A partir daqui começa uma longa discussão entre várias entidades sobre que tipo de intervenção efectuar no edifício, de modo a reverter o estado ruinoso a que tinha chegado. Em Setembro de 1985 admitiu-se a hipótese do Teatro Sousa Bastos poder vir a passar para as mãos do Município e tornar-se Teatro Municipal: *“(...) a proposta da Cooperativa Bonifrates sublinhava a possibilidade do Teatro Sousa*

²² cf. ALFAIATE, Augusto in *Património e política: o Teatro Sousa Bastos como objecto de tradução*, p. 76.

²³ BARATA, José Oliveira, cf. *Jornal de Notícias*, 8 de Março in *Património e política: o Teatro Sousa Bastos como objecto de tradução*, p.77.



Fig.12 Entrada do Teatro Sousa Bastos



Fig.13 Fachada principal do Teatro Sousa Bastos



Fig.14 Entrada do Teatro Sousa Bastos

Bastos ser aproveitado também por outros organismos de intervenção cultural na cidade de Coimbra”²⁴

A antiga sala de espectáculos é adquirida no ano de 1992 por uma sociedade entre um promotor de Leiria - Joaquim Pereira Órfão – e Mendes da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1983 e 86. Esta compra visava a construção de um empreendimento comercial e imobiliário e ainda nesse ano entra na autarquia o primeiro projecto de reformulação do edifício. Esta notícia faz surgir críticas à posição das instituições públicas envolvidas no processo por parte dos vários partidos políticos da oposição, e perante este contexto é criado o movimento *SOS – Salvem o Sousa Bastos*. Este movimento cívico defende a recuperação do teatro e pretende “*Unir pessoas e associações de Coimbra em torno do objectivo de anular a construção de habitações e espaços comerciais no lugar do Cine-Teatro Sousa Bastos (...)*”²⁵

Entre 1999 e 2000 discutia-se na imprensa a falta de infra-estruturas para o teatro e a música na cidade. O projecto para o Teatro do Pátio da Inquisição estava a decorrer mas falava-se na necessidade de espaços alternativos. No ano seguinte, e no contexto da proximidade da iniciativa *Coimbra Capital Nacional da Cultura 2003*, recomeça a luta pelo Sousa Bastos com o *Movimento Sousa Bastos Vivo*, herdeiro do anterior *SOS*. Este movimento decide realizar uma “*Temporada 2004/2005*”, com espectáculos semanais no exterior do edifício. Inaugurado com um desfile de bombos pelas ruas da Alta. Estas actividades incluíram música, dança, teatro, fotografia, e culminaram numa acção simbólica e ritual em que os participantes marcavam com tinta as suas mãos na parede do edifício.

Até hoje não foi tomada nenhuma decisão quanto ao tipo de intervenção a realizar no edifício, e o seu estado de conservação piora visivelmente de ano para ano.

²⁴ cf. *Diário de Coimbra*, 18 de Setembro de 1985 in *Património e política: o Teatro Sousa Bastos como objecto de tradução*, p. 79.

²⁵ cf. *Ibidem*, 31 de Janeiro de 1996 in *Património e política: o Teatro Sousa Bastos como objecto de tradução*, p. 93.

A importância do Teatro Sousa Bastos no panorama cultural da cidade nas primeiras décadas do séc. XX é bem documentada pelos constantes destaques nas notícias dos jornais, onde enceta uma inovadora campanha de publicidade para os padrões da época. As sucessivas gerências conseguiram, apesar de tudo, trazer a Coimbra companhias dramáticas famosas, contratar artistas de renome e exhibir filmes de sucesso internacional. Parte deste sucesso é devido também à arquitectura do edifício, *“moderno, requintado e elegante que atraia a melhor sociedade coimbrã”*²⁶. Gozou de um grande prestígio nas primeiras décadas do séc. XIX, mas foi declinando gradualmente, até à sua derrocada nos anos 80.

É um espaço com muitas tradições e constitui *“a única casa de espectáculos edificada na primeira década do séc. XX existente na cidade e que manteve as suas características físicas”*²⁷. Os valores de uso que adquiriu ao longo do tempo e o papel que teve nas histórias da cidade são factores que impõem a sua aceção como património cultural.

²⁶ GAMBINI, Lígia Inês - *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*, p. 179.

²⁷ *Ibidem*, p. 181.

2. Casos de estudo

Segundo Aldo Rossi, a forma que uma cidade adota é consequência de um determinado tempo, de entre os muitos que lhe deram a sua configuração. Para este autor a cidade é constituída por *factos urbanos*, que podem ser edifícios, zonas ou monumentos, e é através deles que se compreende e se explica a sua história. Mas estes factos não são compreendidos através da análise à sua função. As transformações a que uma cidade está sujeita não condicionam a sua existência e as funções que vai contendo fazem sempre parte de um determinado tempo e sociedade, são apenas instantes na vida da sua estrutura. A função não é sintetizadora da forma e por isso não garante a sobrevivência dos *factos urbanos*.²⁸

Por vezes, os *factos urbanos* tornam-se permanentes e donos de um dinamismo continuado, mas noutras morrem, sobrevivendo apenas a forma, os sinais, o lugar. Quando se tornam permanentes, identificam-se com os monumentos que são constantes no cenário da cidade, permanecendo nela fisicamente. É o valor constitutivo, a história, a arte e a memória que lhe fornecem a persistência e permanência. A cidade tende mais para a evolução do que para a inactividade e manutenção, o que propicia a conservação dos monumentos e os transforma em “objectos” que ajudam nesse desenvolvimento.²⁹

A existência de um edifício faz parte de um percurso temporal que se apoia sobretudo na sua arquitectura e nas características formais que lhe dizem respeito, o que significa que são elas que prevalecem à medida que decorre o tempo. A constituição da forma vai para além da função para a qual foi concebida e constitui uma fonte de valores, significados e usos variados.³⁰ Aldo Rossi acredita que são estes valores, juntamente com os da memória, que contribuem para a estruturação dos *factos urbanos* e que nada têm em comum com a distribuição ou funcionamento dos elementos da cidade.

²⁸ ROSSI, Aldo – *A Arquitectura da Cidade*, p.80.

²⁹ *Ibidem*, p. 79.

³⁰ *Ibidem*, p. 172.

Mas se a memória e a história consolidam um edifício ou uma zona como *facto urbano*, o que garante a sua transmissão para o futuro é a reabilitação do seu uso. Toda a arquitectura tem como destino a constante mudança com o avançar do tempo. Esta mudança traz novas necessidades e novos interesses, diferentes daqueles para os quais o edifício foi pensado. Para que uma obra sobreviva a estas mudanças deve ser “flexível”, capaz de absorver diversas funções. Um projecto com suficiente abertura, que possibilite ao edifício uma constante adaptação a novas realidades permite-lhe resistir à passagem do tempo, e assim permanecer “eternamente jovem”.

Pensar um edifício como algo terminado após a sua construção, e tentar conservar-lhe as características originais, reduziria toda a sua vida a um momento específico, torná-lo-ia inerte, morto. A sua vida será continuada e prolongada indefinidamente, caso a arquitectura que o compõe seja sólida, trazendo abertura suficiente a novas intervenções e também graças à imutabilidade das suas características formais, que possibilitam avaliar as mudanças.³¹

A política de descentralização do governo dotou grande parte do território português com equipamentos que, a serem perspectivados como lugares de mediação e encontro, têm de ser vividos e incorporados na experiência da população local como espaços sociais. Pretende-se que tenham vida, que inspirem um entendimento comum do lugar, que funcionem como elementos unificadores e que ajudem a criar uma identificação e posse públicas desses espaços.

³¹ MONEO, Rafael – *La Solitudine degli edifici e altriscritti: questione intorno all'architettura*, pp. 154-155.



Fig.15 Vista aérea sobre a vila de Montemor-o-Velho



Fig.16 Vista da bancada e varanda



Fig.17 Vista da fachada principal



Fig.18 Vista das traseiras do teatro

2.1. Teatro Esther de Carvalho, Montemor-o-Velho

“(…) a sala de teatro mais interessante e mais original da região está em Montemor-o-Velho e dá pelo nome pouco sugestivo de Ester de Carvalho, actriz nascida em 1858, e que destruiu uma bela carreira pela indisciplina e falta de bom senso: «era turbulenta e não havia maneira de a fazer cumprir com os seus deveres»³², diz o pitoresco Sousa Bastos.»³³

O Teatro Esther de Carvalho localiza-se na Rua José Galvão, que o tempo transformou em via urbana, constituindo uma saída do centro antigo. A rua parte da praça onde se encontra a igreja, a Câmara e o mercado, e é o eixo viário principal da malha histórica de Montemor-o-Velho. O edifício, de linhas depuradas, destaca-se na frente urbana em que se insere pelas dimensões, tonalidades e pelo frontão triangular, elevado em relação à linha dos telhados dos restantes imóveis. A fachada possui três portas com três janelas/varandas por cima, mantendo o frontão que o deverá ter distinguido enquanto igreja. A cornija, assente sobre as pilastras que limitam o frontispício, suporta um frontão triangular, em cujo tímpano se inscreve o nome da casa.³⁴

O Teatro Esther de Carvalho resulta da adaptação para o Teatro da igreja de S. Pedro dos Clérigos, durante a segunda metade do século XIX. Ocupa um lote estreito com 9 metros de largura na frente, alargando para 11 metros na traseira, e com 21 metros de profundidade, sendo limitado lateralmente por edificações contíguas. A traseira abre para uma viela directamente a partir do sub-palco. O palco é elevado em relação à plateia e, como é corrente em pequenos teatros, a cobertura é corrida e não existe caixa de palco, o que provoca alguns entraves na adaptação à funcionalidade da actividade dramática corrente³⁵. O interior é

³² BASTOS, Sousa - *Dicionário de Teatro Português*, p. 191.

³³ CRUZ, Duarte Ivo - *Teatros de Portugal*, p. 56.

³⁴ IGESPAR IP | PATRIMÓNIO [em linha]

³⁵ CARNEIRO, Luís Soares - *Teatros portugueses de raiz italiana*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002, p. 419.

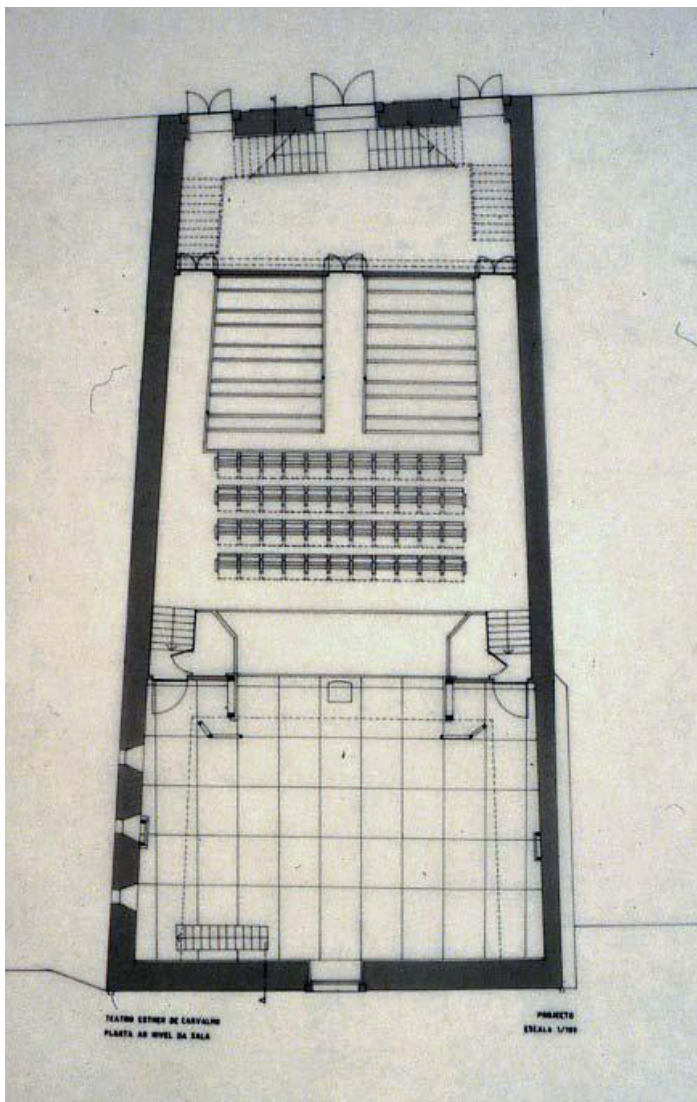


Fig.19 Planta ao nível da plateia

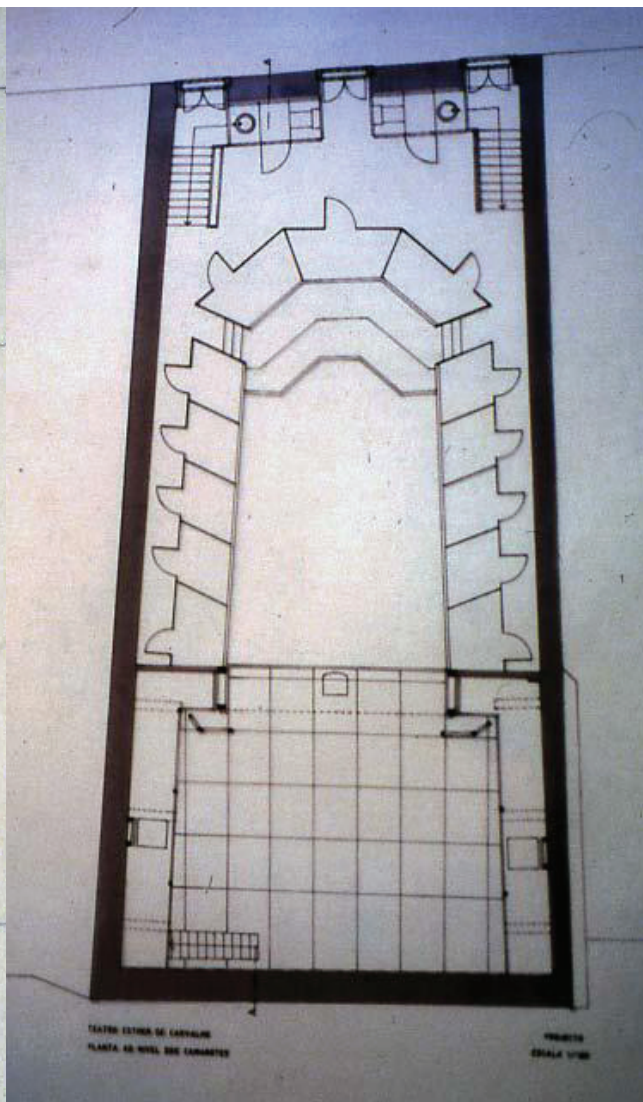


Fig.20 Planta ao nível da varanda

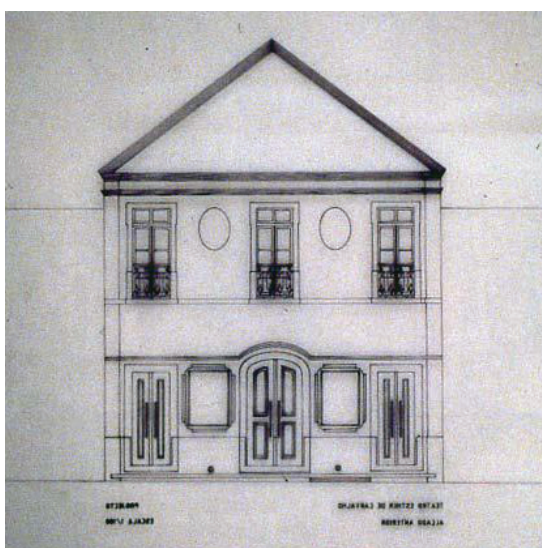


Fig.21 Alçado principal

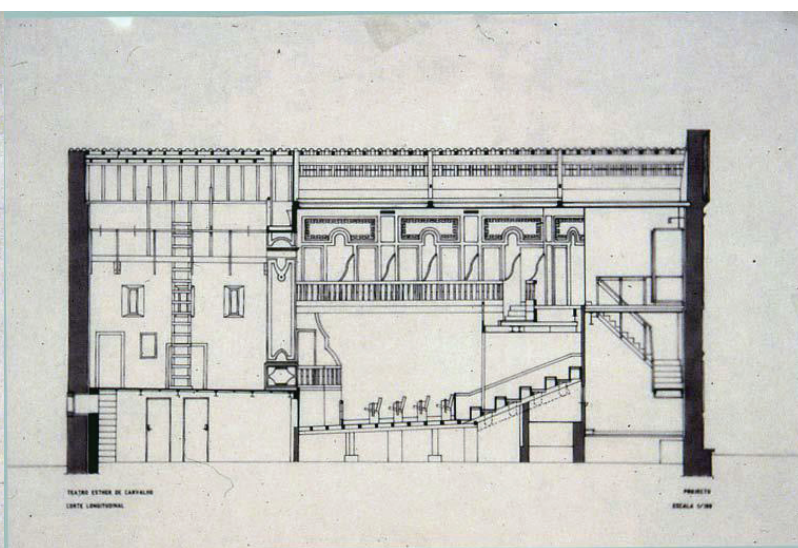


Fig.22 Corte longitudinal

delimitado pelas paredes exteriores, portantes, mas erguidas num aparelho pobre de pedra calcária.³⁶

A entrada faz-se para o átrio onde se encontra, ao centro, a entrada para a pequena galeria e, dos lados, duas portas que levam à plateia. O acesso aos camarotes faz-se por duas escadas que ocupam os cantos anteriores do átrio. O interior é ricamente decorado com pinturas sobre madeira.

Este é talvez o mais conhecido dos pequenos teatros do país, encontrando-se em estado muito próximo do original. José António Bandeirinha, autor do projecto de recuperação, explica que *“O Teatro Esther de Carvalho, pela própria natureza do seu valor e das razões que nos levam a recuperá-lo, nunca poderá vir a ser entendido como uma sala de espectáculos capaz de dar resposta cabal à funcionalidade das complexas vicissitudes dramáticas da contemporaneidade. As possibilidades de expansão e de ampliação do espaço actual são igualmente muito limitadas, dada a exiguidade do lote e a sua confinção ao espaço do edifício propriamente dito. Nesse sentido, optou-se pela sua adaptação a uma dinâmica de índole mais museológica, para que possa vir a servir de edifício emblemático das extensas actividades teatrais dos proprietários e da própria vila de Montemor-o-Velho.”*³⁷

O projecto ajustou-se à necessidade de conservar o espaço do Teatro Esther de Carvalho, dotando-o de novas condições de conforto e, sobretudo, de segurança. *“Essa dotação não é, nem deverá ser, concebida segundo critérios genéricos e globais, mas sim relativizada por uma linha limite que determina, com ponderação e sensatez, a fronteira entre a atitude de conservação e restauro daquele teatro e a da construção de um outro no mesmo espaço.”*³⁸

³⁶ BANDEIRINHA, José António - *Recuperação do edifício do Teatro Esther de Carvalho – Memória Descritiva*, Arquivo IGAC.

³⁷ BANDEIRINHA, José António in *Teatro e Arquitectura – Ciclo de exposições* no Teatro Académico Gil Vicente (TAGV), Coimbra, 2008.

³⁸ BANDEIRINHA, José António - *Recuperação do edifício do Teatro Esther de Carvalho – Memória Descritiva*, Arquivo IGAC.

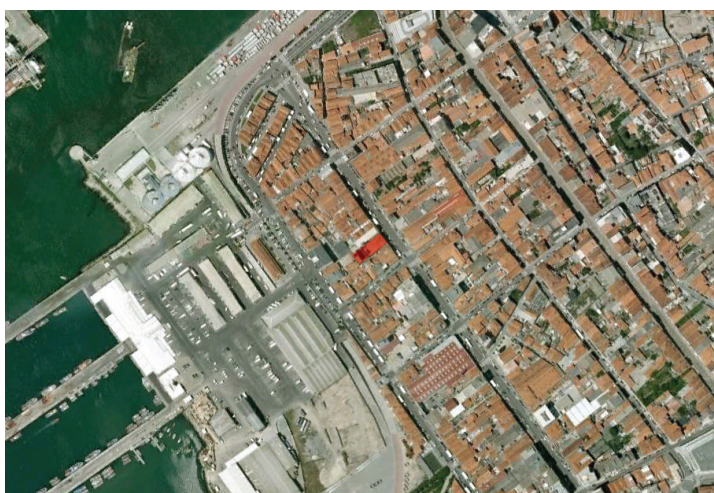


Fig.23 Vista aérea sobre a cidade de Matosinhos



Fig.24 Fachada principal original



Fig.25 Vista da sala de espetáculos



Fig.26 Fachada principal, após recuperação

2.2. Cine-Teatro Constantino Nery, Matosinhos

O Teatro Constantino Nery insere-se numa zona caracterizada pela sua densidade de construção, com uma malha de traçado ortogonal e regular. O edifício está adossado a construções de três pisos e fica situado no lado Oeste da larga e pouco qualificada Avenida Serpa Pinto, junto à Lota de Matosinhos. Este quarteirão é limitado a Norte pela Rua do Conde de S. Salvador, a Sul pela Rua de Gago Coutinho, a Oeste pela Rua Heróis de França. A parte posterior do teatro está adossada às construções que fazem frente para a Rua Heróis de França.

Ocupando um lote irregular, a sua planta é rectangular e alongada, com um corpo principal de dois pisos, ao qual se agregam outros volumes secundários. De coberturas diferenciadas, estes articulam-se entre o corpo principal e o mais elevado nas traseiras, correspondente à caixa de palco. A fachada principal, orientada a Norte, é simétrica. Com pilastras nos extremos, subdivide-se em cinco corpos através de pilastras em cantaria. O corpo central subdividido em três panos, correspondente à sala de espectáculo, foyer e salão, apresenta-se modulado por vãos alinhados, separados por registo horizontal saliente encimado por balaustrada em cantaria intercalada por medalhões, com portas no piso térreo e vãos agrupados dois a dois no piso superior. Estes são encimados por frontões curvos abatidos e os centrais por um frontão triangular interrompido. O coroamento da fachada é constituído por forte entablamento em cantaria lavrada com cornija decorada com almofadas salientes.³⁹

A entrada é feita pelo átrio que dá acesso directo ao foyer, um espaço amplo com pé direito duplo, e deste ponto de partida acede-se a todos os espaços do teatro. O interior integra, no piso inferior, uma pequena sala polivalente para conferências, exposições e pequenos concertos e, no piso superior, uma sala de espectáculos com a particularidade de as cadeiras da plateia serem amovíveis, permitindo adaptar a sala de acordo com o tipo de espectáculo a apresentar.

³⁹ Monumentos [em linha]

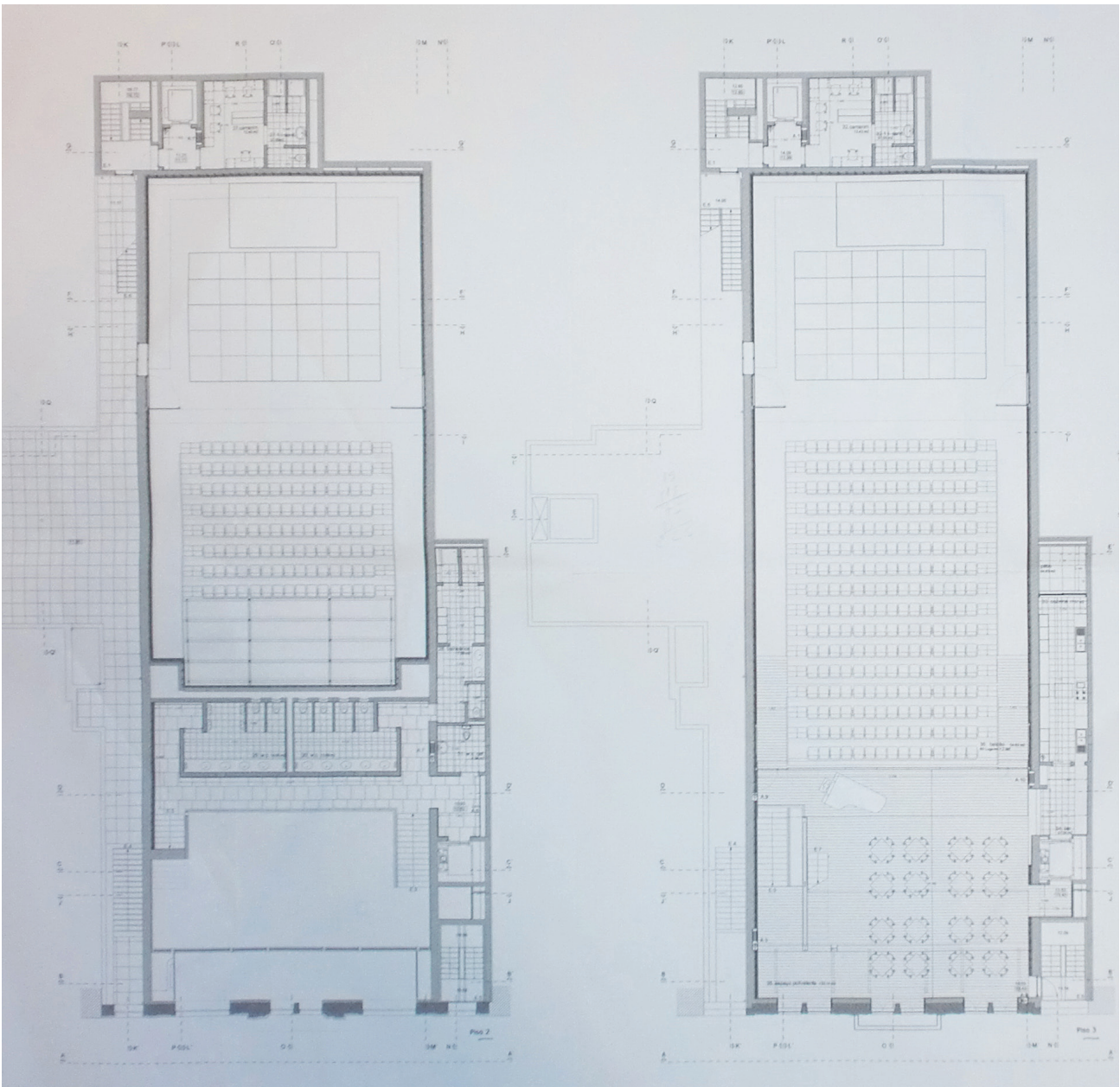


Fig.27 Plantas do piso 1 e piso 2

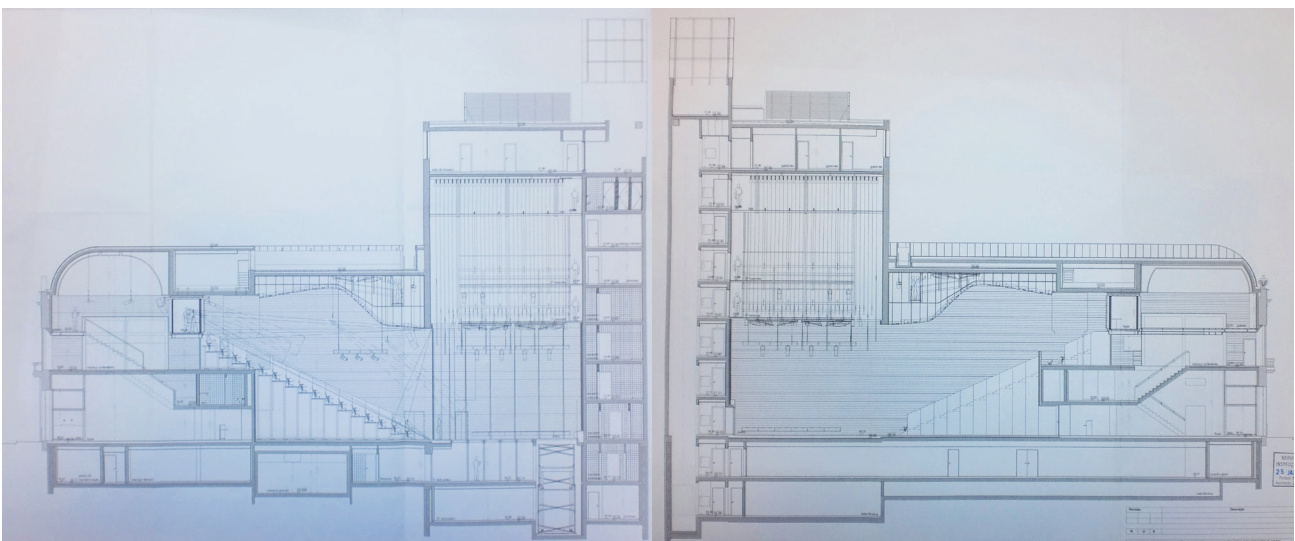


Fig.28 Corte longitudinal pela bancada

Fig.29 Corte longitudinal pelo acesso à sala

Da intervenção do arquitecto Alves Costa há que salientar o novo desenho da sala de espectáculos. O Teatro Constantino Nery era originalmente um teatro “à italiana”, de planta simétrica em forma de ferradura, com plateia e camarotes. Estes deram lugar a uma única bancada, com acesso directo ao bar, localizado no antigo salão, por cima do foyer. No fundo, do antigo Cine-Teatro apenas se manteve a volumetria e a fachada, que foi numerada, desmontada e armazenada em estaleiro para ser novamente reconstruída no mesmo local. Esta a sala foi pensada para permitir o máximo de mobilidade e versatilidade possível, e constitui um espaço polivalente capaz de acolher os mais variados espectáculos.



Fig.30 Desenho de alçado original

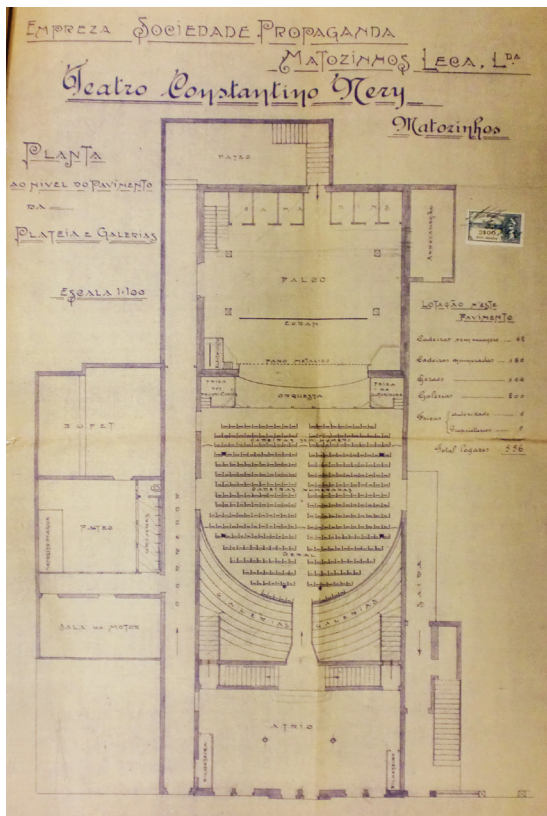


Fig.31 Planta da plateia, anterior à recuperação

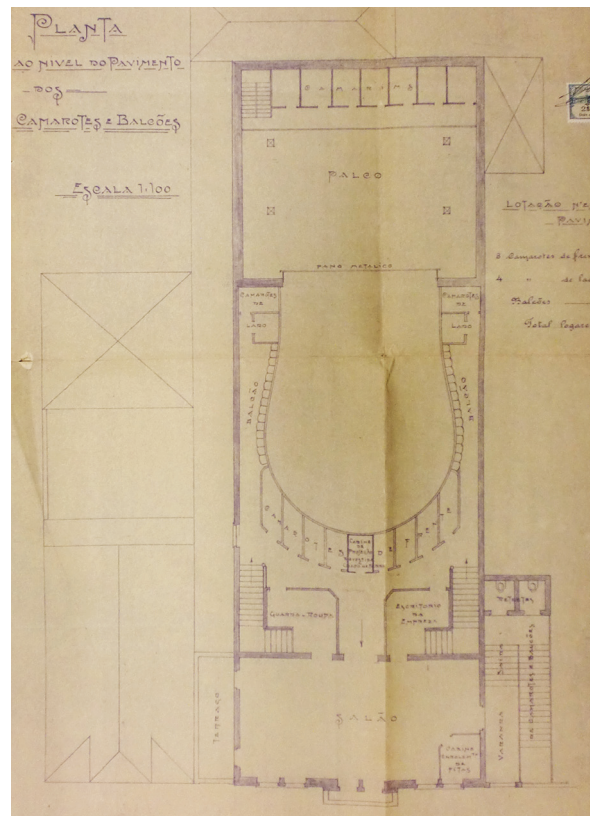


Fig.32 Planta da plateia, anterior à recuperação



Fig.33 Vista aérea sobre a cidade de Viseu



Fig.34 Vista da sala espectáculos



Fig.35 Fachada principal



Fig.36 Fachada principal



Fig.37 Fachada principal

2.3. Teatro Viriato, Viseu

A cidade de Viseu caracteriza-se por uma malha urbana densa e orgânica, mas simultaneamente de desenvolvimento aberto e racional, patente nas zonas mais recentes. O Teatro Viriato, no Largo Mouzinho de Albuquerque, destaca-se pela influência que teve na história e desenvolvimento da estrutura urbana. Para isso muito contribui a sua localização: inserido em zona nobre, junto a uma importante via de penetração na malha urbana da cidade (Avenida Emídio Navarro). Situado a meia encosta, encontra-se adossado a edifícios de ocupação mista (habitação e comércio), formando uma frente urbana homogénea.

A sua implantação, num lote profundo, irregular, e com uma só frente (de traçado oblíquo face ao desenvolvimento do edifício para o interior do terreno), cria-lhe uma fachada extensa. Esta define-se em três planos diferenciados, tanto na orientação, como na composição e materiais utilizados. O corpo principal é formado por três amplos vãos de arcos a pleno centro emoldurados, atingindo praticamente a platibanda que coroa toda a fachada. No outro corpo, uma porta de arco a pleno centro, ladeada por dois pares de outras, de tamanho semelhante mas de menor largura. Um friso horizontal percorre todo o alçado e sobre ele, cinco janelas de igual tamanho e volumetria sobrepõem-se às fenestranças do piso térreo. O lado tardoz da construção é composto por corpos e volumes em planos diferenciados, utilizados como serviços administrativos, gabinetes de direcção e outros.

A sua planta é composta, irregular, de desenvolvimento longitudinal e com coberturas diferenciadas. No corpo central concentram-se todos os espaços públicos: de estar (átrio e foyers), de apoio (bilheteira e circulações verticais) e do auditório. O espaço cénico (palco) e os espaços técnicos (caixa de palco), incluindo nestes alguns dos espaços de apoio à cena (camarins) e gabinetes da direcção, adossa-se, junto à fachada posterior, num corpo paralelepípedo multifuncional de 4 pisos.

Os espaços públicos distribuem-se com racionalidade e funcionalidade. Transpondo-se a entrada, desenvolvem-se a bilheteira, o *foyer* que percorre toda a

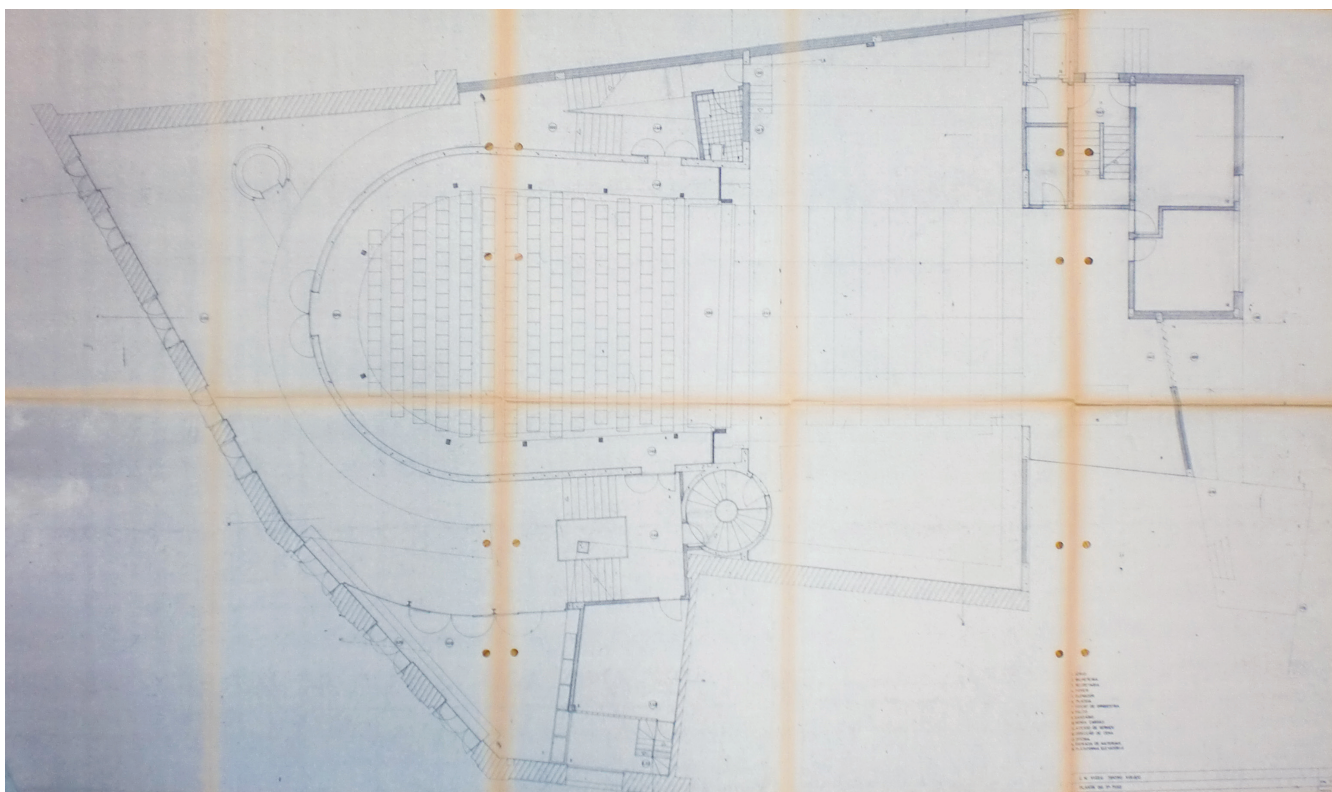


Fig.38 Planta ao nível da plateia

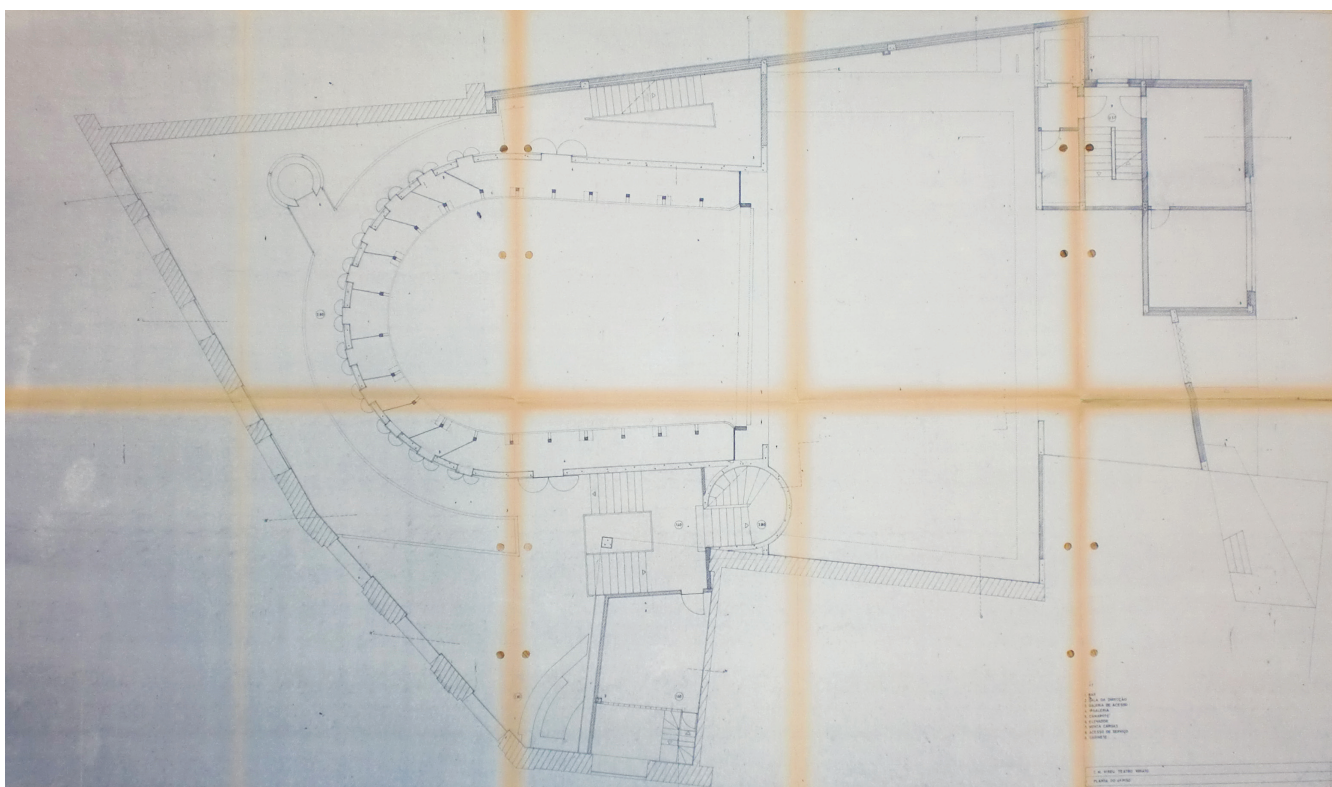


Fig.39 Planta ao nível dos camarotes

fachada principal (e se utiliza frequentemente como espaço de exposições), o acesso ao interior da sala de espectáculos, e uma escadaria para o piso superior, onde se implanta um bar e o acesso aos camarotes do 1º balcão.

O auditório é um *“espaço independente, de planta em ferradura, com uma lotação de 260 lugares distribuídos por plateia, balcão de 1ª ordem, seis camarotes de 1ª ordem e balcão de 2ª ordem. (...) O palco tem «avant-scène» possibilitada pelo sistema de regulação de altura motorizado do fosso de orquestra.”*⁴⁰

O Teatro Viriato é um marco cultural da cidade, faz parte da sua imagem colectiva, e é uma referência para os Viseenses. Inaugurado em 1883 com o nome de Theatro Boa União, encerra as portas, já como Teatro Viriato, no ano de 1960. A 25 de Novembro de 1985 inicia-se um levantamento por parte de um grupo de finalistas da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, tendo em vista o Seminário dedicado à elaboração de 9 Propostas de Recuperação e Reutilização⁴¹. O projecto seleccionado pela Autarquia para recuperar este teatro é assinado por Sérgio Ramalho e, após 38 anos de inactividade, o teatro reabre ao público.

Os critérios de reconstrução mantiveram a estrutura primitiva devidamente adaptada a nível da envolvente da própria sala e da articulação da fachada com edifícios e espaços contíguos. *“Preservou-se uma certa memória histórica do Teatro, em solução de compromisso entre o património original oitocentista ou o que dele resta e as exigências de uma arquitectura de espectáculos mais moderna e com aspectos modelares.”*⁴²

⁴⁰ Monumentos [em linha]

⁴¹ Teatro Viriato [em linha]

⁴² CRUZ, Duarte Ivo - *Teatros de Portugal*, p. 59.

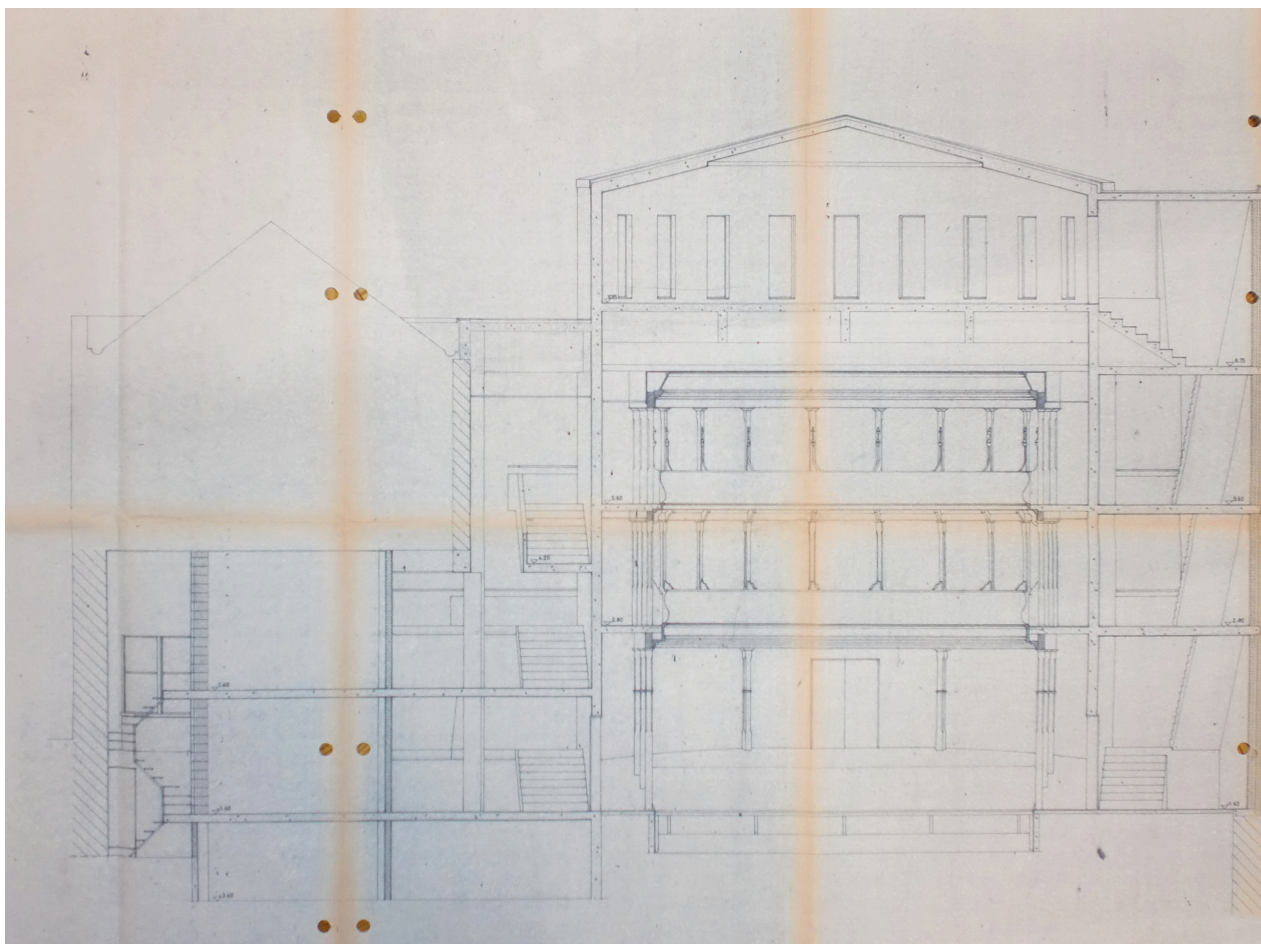


Fig.40 Corte longitudinal

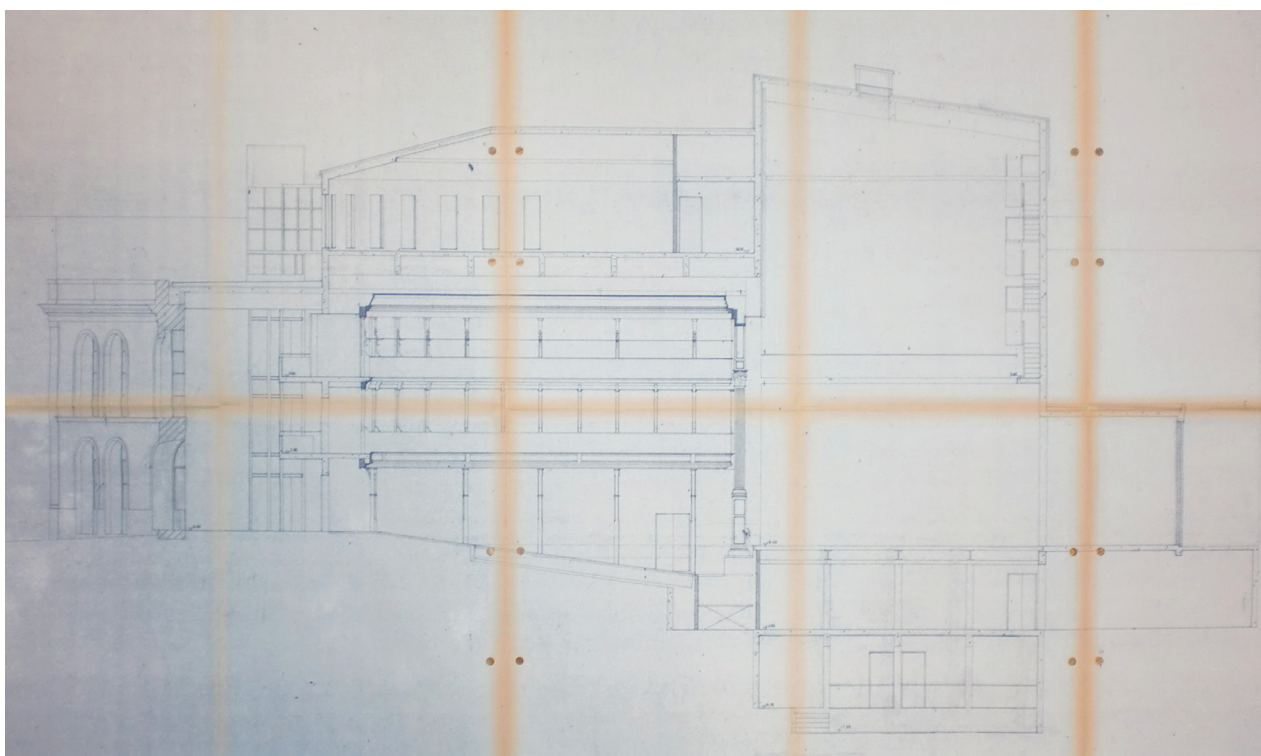


Fig.41 Corte transversal

Todos os teatros apresentados, tal como o Sousa Bastos, foram a certa altura abandonados. Com o aparecimento de outros fenómenos sociais como o futebol (e mais tarde a televisão), a partir da segunda metade do século XX o teatro foi perdendo expressão e protagonismo na vida sócio-cultural da população. Este desinteresse por parte das pessoas levou a que estes equipamentos entrassem em desuso e sofressem um conseqüente processo de degradação.

Em todos os casos os teatros foram reconhecidos como obras de arte através da sua memória e valor, impondo-se assim a sua recuperação. Mas no que toca a um equipamento não basta adquirir e conservar. É preciso animá-lo, usá-lo, fazer dele um pólo de actividade cultural continuada. E é segundo este entendimento que as intervenções tiveram a finalidade de recuperar os teatros não apenas realizando uma operação de restauro, mas reconvertendo-os de maneira a oferecerem um uso diverso daquele que a sua função primitiva permitia.

Em termos de organização interna, os três eram originalmente teatros “à italiana”, com a sala de espectáculos em forma de ferradura, simétrica segundo um eixo perpendicular ao palco, equipados com plateia e camarotes, existindo uma hierarquia a todos os níveis. No entanto as realidades dos locais onde estão inseridos são diferentes, tanto a nível de dimensão urbana como do tipo de malha. Isso reflecte-se na escala e, conseqüentemente, na lotação de cada um.

Há também que salientar o tipo de intervenção aplicada em cada caso. Enquanto que no Teatro Esther de Carvalho e no Teatro Viriato se elegeu uma operação de carácter mais conservativo, recuperando dentro do possível a antiga imagem e ambiente da sala de espectáculos, no Constantino Nery optou-se por uma intervenção mais invasiva. A plateia e a varanda de camarotes deram lugar a uma única bancada, que comunica directamente com o bar localizado no 1º piso.

Estes são exemplos de diferentes tipos de intervenção com uma intenção comum: actualizar o edifício face às novas exigências da prática teatral, adaptá-lo às necessidades contemporâneas de conforto e segurança (dentro das limitações que cada um possui), e transformá-lo num elemento dinamizador das actividades culturais.

Os casos apresentados são edifícios que se consolidaram como monumentos pela influência que tiveram na história das suas cidades (e vila). Constituíram na época importantes centros reformadores, fomentando insistentemente o convívio colectivo na troca de ideias, transmissão da cultura e capacidade criativa. E apesar das suas diferenças formais e de escala, é neste sentido que se consideram da mesma família tipológica. É de salientar que estes não esgotam o tema da recuperação e reconversão de antigos teatros, mas foram escolhidos por serem dos mais recentes em Portugal, pela semelhança com o Teatro Sousa Bastos nas suas circunstâncias e na sua história. São projectos concretizados que representam recuperações bem sucedidas e ganham destaque pelos diferentes tipos de abordagem seguidos.



Fig.42 Vista aérea sobre a Alta de Coimbra

Proposta de intervenção

3.1. Análise Urbana

O Sousa Bastos está inserido na Alta de Coimbra, área caracterizada topograficamente pelo seu acentuado declive. Com uma variedade enorme de monumentos nacionais, marcas da evolução e importância da cidade, esta zona tem um grande valor histórico e patrimonial. Desde o criptopórtico romano de *Aeminium*, até à Via Latina, passando pelo românico da Sé Velha e pelo seu claustro gótico, pela varanda quinhentista do Museu Machado de Castro e a igreja seiscentista de São João de Almedina, grande parte da história de Coimbra reside na Alta.

Esta distingue-se por ser uma estrutura de origem árabe, com constantes quebras de direcção, que transmitem uma noção de espaço fechado. As ruas são estreitas e sinuosas, e a todo o momento se desdobram em duas vias que, quase paralelas, nos levam ao mesmo lugar, alargando e estreitando o seu perfil, terminando por vezes em becos sem saída. Os espaços de circulação adoptam formas variadas para vencer a diferença de cotas, quase sempre em escada ou ladeira íngreme, o que resulta em alguns pontos particularmente difíceis de percorrer pedonalmente.

Existem duas principais vias de atravessamento e distribuição urbana: a Couraça dos Apóstolos – que apresenta alguns problemas de congestionamento, em parte devido ao cruzamento desta com uma via pedonal (Alameda das Físicas), e a via de distribuição interna, que para além de ligar a Alta de Coimbra ao Largo da Sé Velha, tem a função de distribuir para os diversos acessos locais existentes. Esta via é extremamente estreita e apresenta um piso em muito mau estado, o que acaba por influenciar e de certo modo prejudicar a sua verdadeira função.

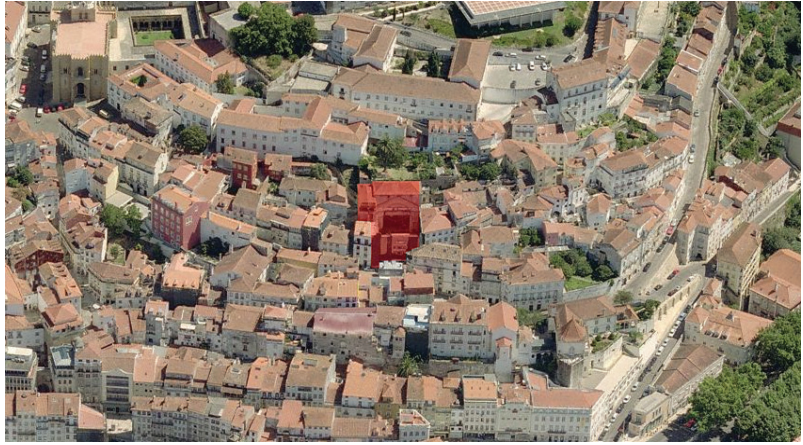


Fig.43 Vista aérea sobre a Alta de Coimbra

É evidente no desenho em planta a existência de uma grande variedade de vazios urbanos nesta zona da cidade. Esses espaços de certa maneira híbridos, são caracterizados pela sua irregularidade no tecido urbano, fruto das sucessivas modificações e construções que a Alta de Coimbra tem vindo a sofrer ao longo dos séculos. Quanto ao edificado, que influencia directamente esses vazios, assume da mesma forma uma estrutura irregular, densificando a malha urbana. Sendo a ocupação dominante a habitação familiar e o ensino superior, a maioria apresenta-se em mau estado de conservação e a necessitar de uma intervenção de restauro.

Constata-se que esta área carece de espaços exteriores que sirvam a comunidade e permitam a realização de actividades ao ar livre. Um exemplo disso é o Largo da Sé Velha: aparece como um alargamento urbano sem qualquer tipo de identidade, não só pela sua geometria mas também por ser utilizado como parque de estacionamento e pela carência de infra-estruturas urbanas que poderiam trazer à zona um carácter mais lúdico e agradável.

Intervenções como a do Auditório da Faculdade de Direito, projectada pelo arquitecto Fernando Távora, ou como a do Museu Machado de Castro, a cargo do arquitecto Gonçalo Byrne, são exemplos de operações que garantem uma continuidade histórica da Alta de Coimbra, factor tão importante nas cidades modernas. Este tipo de intervenções contribui também para a manutenção da actividade e uso do centro histórico que não exclusivamente o turístico, impedindo que este se transforme num “centro museu”. Temos portanto estes exemplos que nos mostram a possibilidade de actuação num centro como este, revitalizando-o, tornando-o numa importante centralidade de Coimbra, capaz de responder às exigências da expansão da cidade e da sua sociedade.



Fig.44 Fachada principal do Teatro Sousa Bastos



Fig.45 Vista interior a partir do palco



Fig.46 Vista interior



Fig.47 Vista interior

3.2. Estado do edifício

Entre os vários factores que influenciam o comportamento de um edifício, muitos são relativos ao seu entorno. Influem nele, directa ou indirectamente, as construções contíguas, a morfologia e propriedades mecânicas do terreno, o escoamento das águas residuais, e o grau de sismicidade da zona. Para uma intervenção rigorosa é necessário fazer um estudo aprofundado das condições da sua estrutura, através da recolha de amostras e realização de testes. Não dispondo de meios adequados para efectuar esses testes, e não sendo este o âmbito da dissertação, a análise da estrutura do Teatro Sousa Bastos baseia-se na observação através de fotografia.

Apesar de o Teatro Sousa Bastos se encontrar presentemente interditado, é possível verificar pelas fotografias de 2004 do *Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra* que, não tendo sido levada a cabo nenhuma operação de conservação por mais de 60 anos, este se encontra num estado ruinoso e a necessitar de uma urgente intervenção de recuperação e restauro. Toda a obra de madeira – pavimentos e divisórias – se encontra num estado muito grave de degradação, tendo já a cobertura desabado por completo e alguns pisos parcialmente. A estrutura principal do edifício, constituída por paredes de alvenaria de pedra, não parece apresentar condições de solidez satisfatórias. A exposição destes materiais às acções físicas naturais (geada, expansão térmica, erosão do vento) por tempo prolongado acelerou o seu processo de degradação. A presença da água foi um factor determinante pois é a base de todos os processos químicos e orgânicos que degradam os monumentos e as obras de arte.

Como referido anteriormente, a reforma arquitectónica de 1946, assinada pelo arquitecto Willi Braun, foi a última intervenção de que há registo. Através dos documentos fornecidos pela Câmara Municipal de Coimbra constata-se que o edifício, tanto a nível das fachadas como do seu espaço interior, não sofreu alterações significativas relativamente à sua organização espacial.

3.3. Programa de necessidades

A situação decadente em que se encontram alguns dos espaços teatrais em Portugal levanta questões relativas à preservação da imagem da cidade. A sua revitalização é importante de modo a assegurar a sua continuidade como pólos dinamizadores da actividade cultural e, ao mesmo tempo, garantir a preservação da memória colectiva.

Coimbra é desde a idade Media um local com “*fortíssima tradição de cultura e mesmo de drama e espectáculo, que vem das origens mais remotas do Teatro português*”⁴³, mas presentemente não existem espaços suficientes com características apropriadas para o desenvolvimento de actividades culturais. Abundam os auditórios para conferencias ou colóquios, mas este tipo de equipamentos não permite pensar qualquer tipo de espectáculo, por mais pequeno que seja. O único teatro capaz de receber dignamente um evento artístico de tamanho considerável é o Teatro Académico Gil Vicente, e apesar de mais recentemente terem sido construídos o Teatro da Cerca e o Teatro de S. Bernardo, estes estão atribuídos a companhias residentes e revelam-se insuficientes para uma cidade que, ainda não há muito tempo, foi eleita Capital Nacional da Cultura.

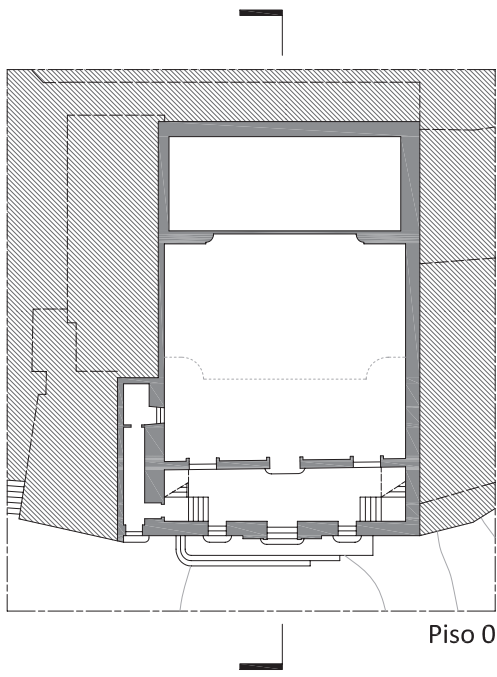
*“Esta situação obriga a que projectos culturais germinantes em Coimbra não tenham espaços próprios para produzir e apresentar o seu trabalho, indo parar a outros locais”*⁴⁴, declara Luís Sousa, um dos fundadores do movimento SOS – *Salvem o Sousa Bastos*.

“É triste saber que a falta de coordenação central ou de aconselhamento técnico especializado em matéria teatral provoca um grau de utilização baixíssimo. E é ainda mais doloroso perceber que o mesmo dinheiro investido poderia conduzir a espaços polivalentes onde a falta deles é gritante e paralisante. (...) O acto de recuperar e reequipar um teatro pode ser um passo importante no processo de favorecer a criação artística e de a descentralizar”.⁴⁵

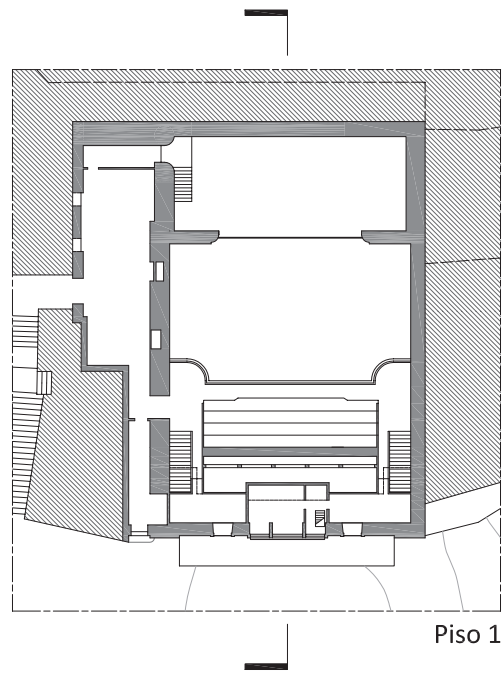
⁴³ CRUZ, Duarte Ivo - *Teatros de Portugal*, p. 55.

⁴⁴ SOUSA, Luís in *Património e Política: O Teatro Sousa Bastos como objecto de tradução*

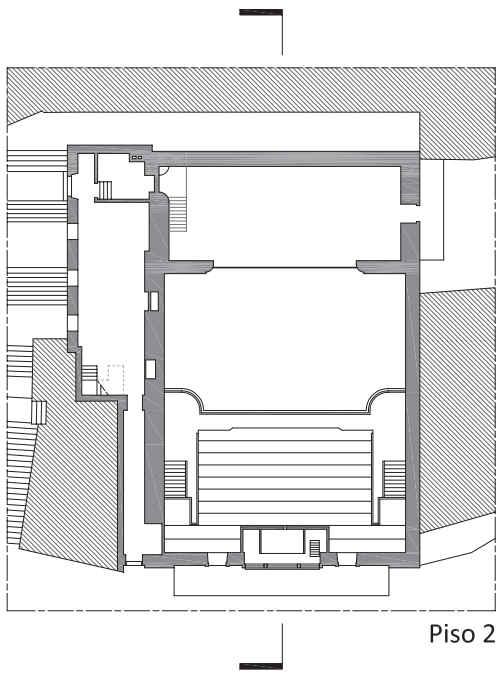
⁴⁵ BARROS, António Augusto in *Colóquio sobre Arqueologia e Recuperação dos Espaços Teatrais*, p. 105.



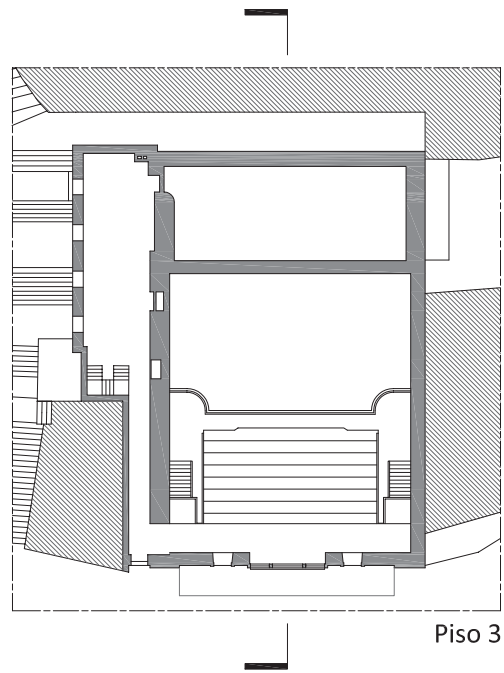
Piso 0



Piso 1



Piso 2



Piso 3


Estado actual 
Escala 1:500

Fig.48 Plantas

“Quem já se esqueceu do velho Teatro Avenida em Coimbra, hoje substituído por um moderno complexo de muitos pisos, onde o grande espaço de reunião deu lugar a um labirinto de corredores subterrâneos? Será que a divulgação da cultura está salvaguardada com a criação de três estúdios, ginásio e sauna?

E a imagem da cidade? E a memória colectiva?

Hoje, o Tivoli também já foi vendido (se quiserem revivê-lo poderão ir comprar T-shirts à Zara). Aqui, a memória do edifício considera-se salvaguardada enquanto imagem da cidade.

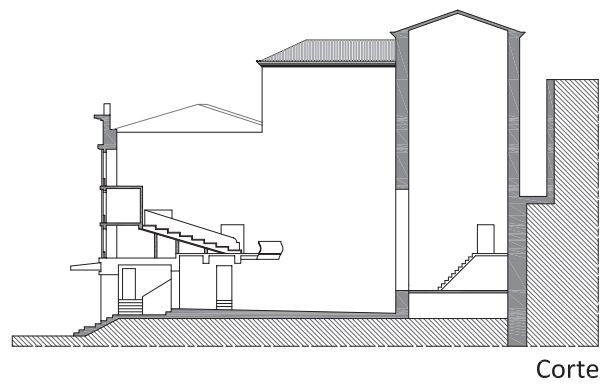
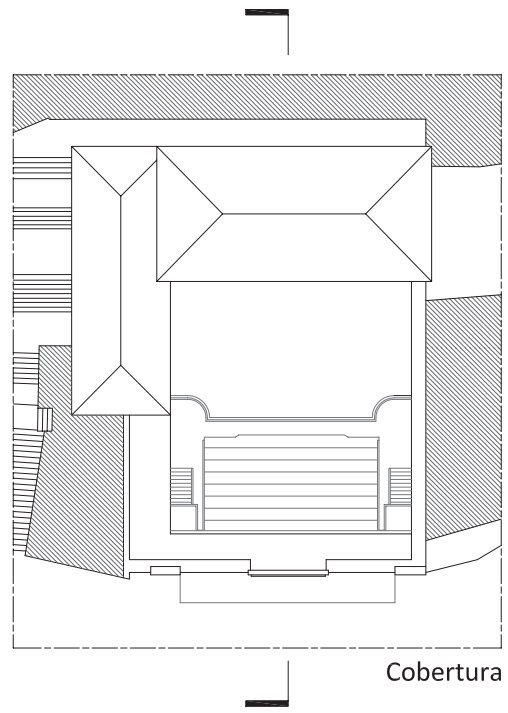
E o espaço cultural? E a memória colectiva?

O Teatro Sousa Bastos, no coração da Alta de Coimbra, encontra-se encerrado à longa data. A sua degradação bem visível no exterior do edifício, agrava-se de dia para dia, de ano para ano.

E a preservação da sua memória cultural? E a sua revitalização?”⁴⁶

Face à ausência de espaços de cultura, e dada a sua localização no espaço privilegiado da Alta, o antigo Teatro Sousa Bastos é uma oportunidade de se criar um espaço cultural, que sirva não só a comunidade da Alta mas de toda a cidade. Pretende-se que o edifício se transforme num pólo dinamizador da actividade cultural e que assim responda às necessidades da cidade de Coimbra.

⁴⁶ SIMÕES, J. Armindo in *Colóquio sobre Arqueologia e Recuperação dos Espaços Teatrais*, pp. 218-219.



Alçado Lateral (Sul)



Alçado Principal (Oeste)


Estado actual 
 Escala 1:500

Fig.49 Planta corte e alçados

3.4. Objectivos da proposta

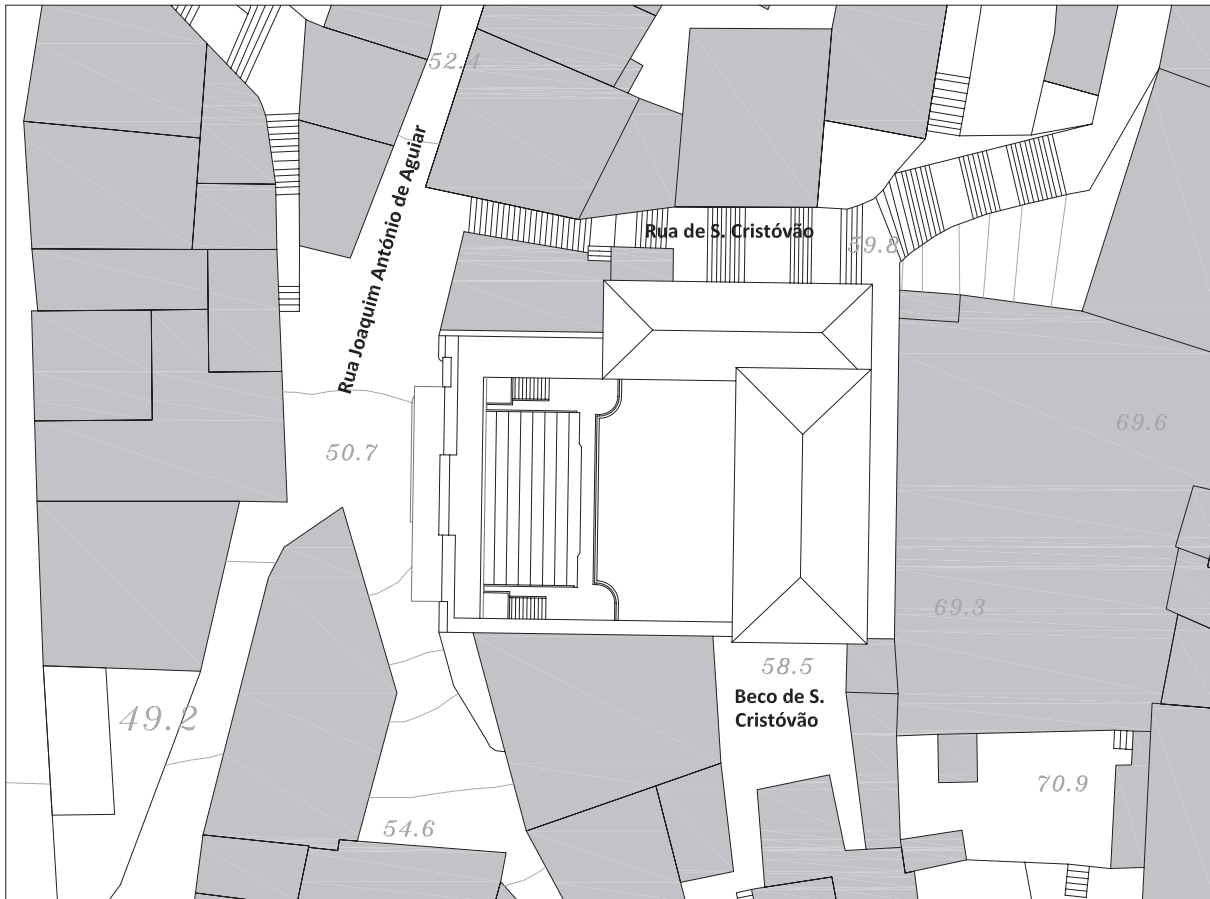
“Mais importante do que tornar imaculado um Teatro com um restauro ou recheá-lo de material de ponta, é pensá-lo como unidade criativa, apta a acolher núcleos de produção artística e cultural, novos ou já constituídos, que possam vivificá-lo.”⁴⁷

A proposta tem como objectivo a revitalização deste equipamento cultural mantendo a função primitiva de casa de espectáculos, mas dotando-o de uma infraestrutura que não o limite a este tipo de actividades; criar um espaço acolhedor e moderno, que não seja um teatro no sentido convencional do termo, mas antes um espaço performativo, ou centro de criação artística, e que integre elementos alusivos à sua memória; adaptar o antigo teatro para que possa servir de edifício emblemático das extensas actividades culturais, não só dos residentes da Alta, mas da cidade de Coimbra.

Pretende-se conservar, recuperar e renovar o espaço construído, com uma adequação mínima às condições de conforto, funcionalidade e segurança de uma sala contemporânea. Mas há que ter em conta que a flexibilidade de usos proposta significa que o edifício terá funções diferentes das originais, para o qual foi pensado e desenhado. Assim, essas condições mínimas não deverão ser pensadas segundo critérios genéricos, mas relativizadas tendo em conta que não se propõe apenas conservar e restaurar o teatro, mas construir um outro no mesmo espaço.

Certo de que a conservação da obra no tempo se faz através da sua utilização, o projecto proposto visa revitalizar esta zona, criando um ambiente que possa servir de ponto de encontro aos seus habitantes, e que se transforme num elemento dinamizador das actividades culturais de Coimbra.

⁴⁷ BARROS, António Augusto in *Colóquio sobre Arqueologia e Recuperação dos Espaços Teatrais*, p. 108.



Escala 1:500 

Fig.50 Implantação do Teatro Sousa Bastos



Figs.51, 52, 53 Vista da envolvente: escadas de S. Cristóvão e Rua Joaquim António de Aguiar

3.5. Organização do espaço

O edifício do Teatro Sousa Bastos está inserido num lote rectangular com 17,30 metros de largura por 27,40 metros de profundidade, sendo que a largura na parte junto à rua principal é de apenas 20 metros. O volume principal tem 3 pisos, contém a plateia e o balcão, com sanitários por trás deste e cabine de projecção por cima. Existe ainda um pequeno espaço lateral, à esquerda da entrada, com igual número de pisos e que corresponde também aos sanitários.

O volume lateral, à esquerda do palco, tem 6,70 metros de largura, eleva-se um piso acima do volume central e alberga o Bar. O acesso a este faz-se pelas escadas da Rua de S. Cristóvão, através de duas entradas a cotas distintas. O volume da caixa de palco, ao fundo do lote, tem 8,20 metros de profundidade e 16,50 metros de largura, é o mais alto devido ao espaço técnico que engloba.

A entrada principal do teatro é feita pela Rua Joaquim António de Aguiar, e dá para um átrio 1,50 metros acima do nível da rua, com *foyer* e antiga bilheteira. A partir deste tem-se acesso à plateia (na mesma cota), e às escadas laterais que levam ao balcão no piso superior.

A partir do balcão, 4,0 metros acima do nível da entrada, tem-se acesso aos sanitários (por trás deste), à cabine de projecção e ao bar. Um piso acima destes, no último, existe um espaço a toda a largura da fachada, que provavelmente serviria de loja.



Figs.54, 55, 56, 57 Vista do balcão

3.6. Proposta de intervenção

Além de projectar um espaço moderno e acolhedor, é importante integrar elementos alusivos à sua memória, peças que remetam para o edifício antigo. E dado o estado de degradação verificado, nada transmite melhor a antiga vivência deste espaço do que o balcão. As suas linhas de influência *Art Déco* remetem-nos para a atmosfera e ambiente experienciados na época em que o Sousa Bastos funcionava em todo o seu esplendor. A sala de espectáculos distingue-se como um palco cénico imaginário que transborda de possíveis variações do existente, e partindo da manutenção e restauro do balcão, o novo espaço é a actualização dos sedimentos históricos, a reinvenção a partir da linguagem formal e artística que caracterizavam a sala de espectáculos.

A estrutura do antigo edifício serviu de base para o novo uso, não sendo ocultada mas reinterpretada cuidadosamente, respeitando a história física do edifício. A partir do átrio de entrada acede-se a todos os espaços do Teatro. Mantém-se o acesso directo à plateia e, através das escadas laterais, ao piso superior. Estas foram redesenhadas e reposicionadas: no lado esquerdo a escada ocupa agora o espaço lateral onde se encontravam os sanitários; no direito inverteu-se a sua orientação e dão agora acesso ao espaço por trás do balcão. O balcão mantém a sua posição na sala tendo-se apenas redesenhado a inclinação da sua bancada, uma opção a explicar mais à frente. Isto permitiu ampliar o espaço entre este e a fachada principal, que pode agora ser utilizado como zona de estar no intervalo dos espectáculos.

O primeiro piso do volume do lado esquerdo mantém a sua função de bar. Com acesso directo através das escadas da Rua de S. Cristóvão, caracteriza-se pela comunicação versátil à bancada e ao balcão da sala de espectáculos. Para cima deste desenvolve-se um espaço destinado aos artistas, pensado para um funcionamento e acesso independente do resto do edifício. Com 4 pavimentos, conta com uma zona de conferências/exposições (piso 3), uma sala de ensaios de dimensões semelhantes às do palco (piso 4), e residências para os artistas (pisos 5 e 6). O último piso foi acrescentado ao edifício com recurso a uma cobertura em

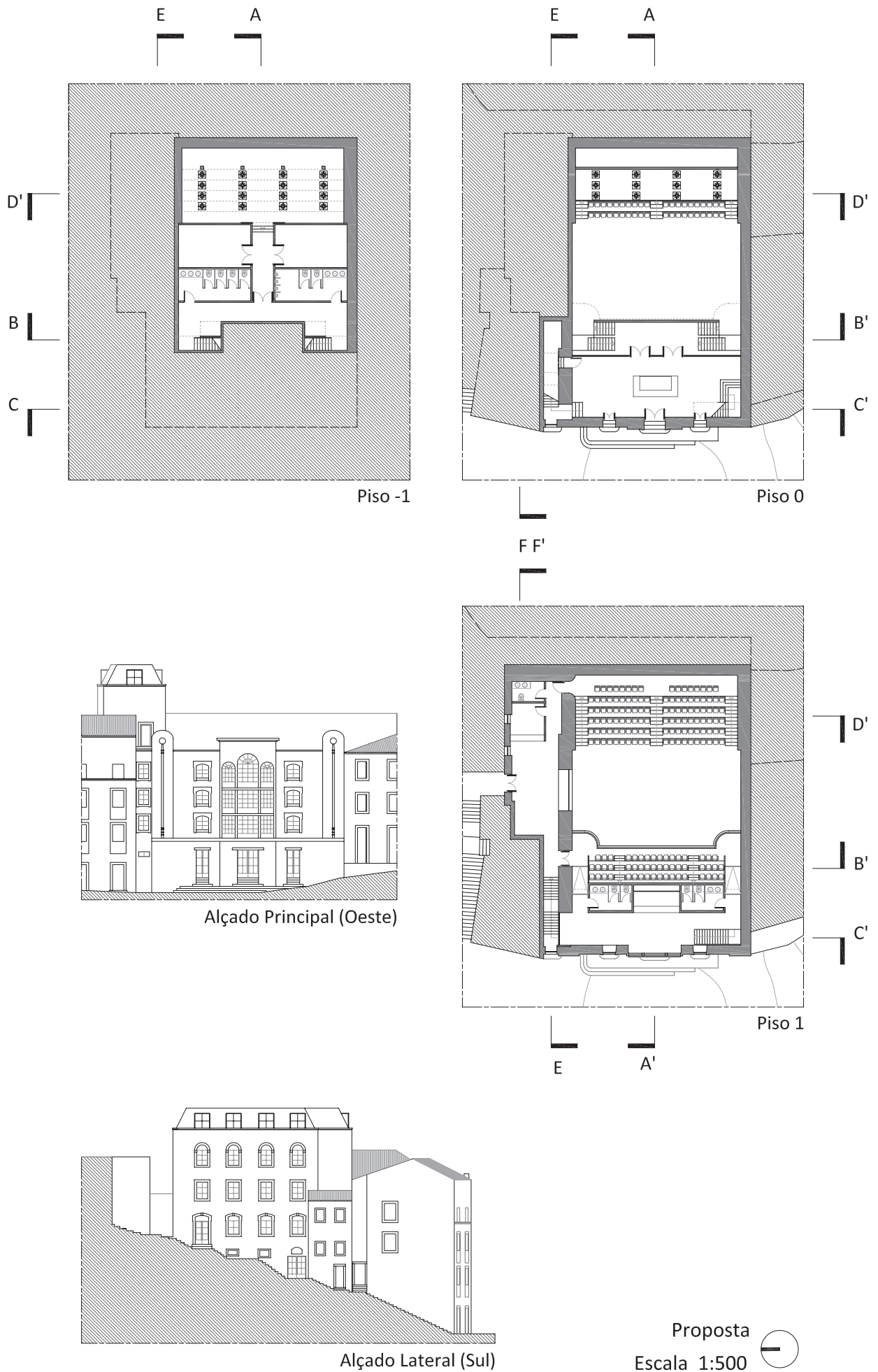


Fig.58 Plantas e alçados

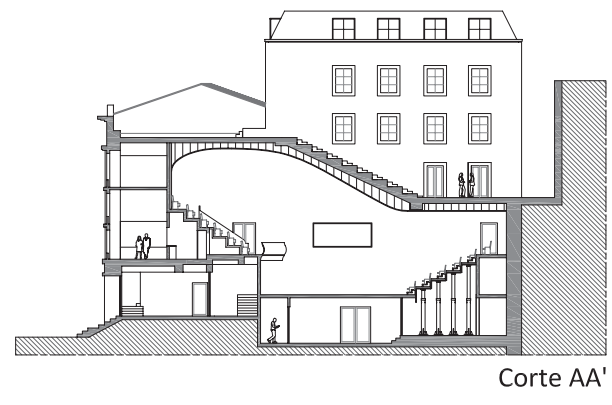
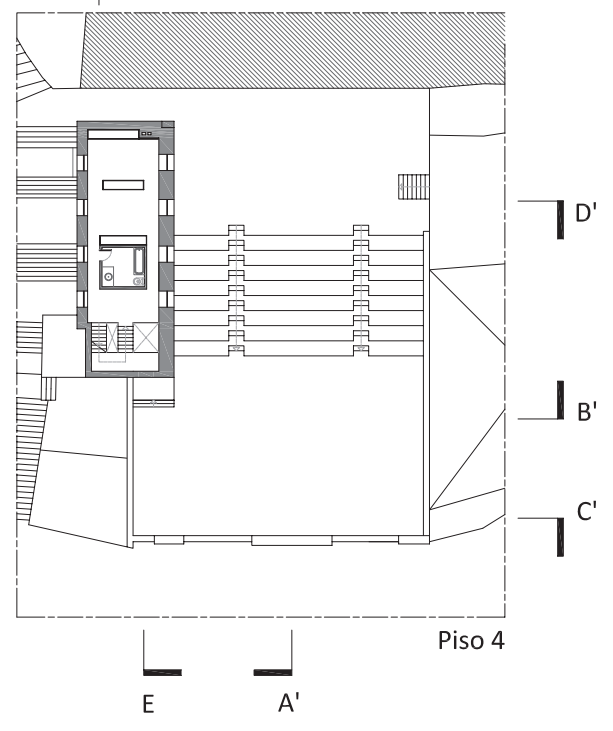
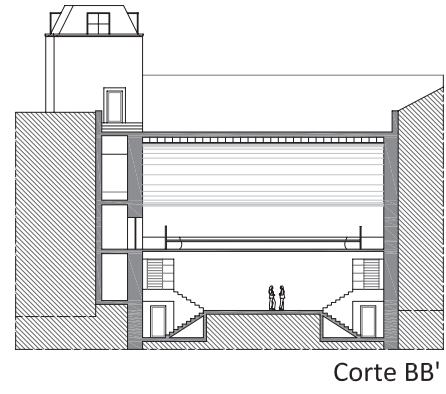
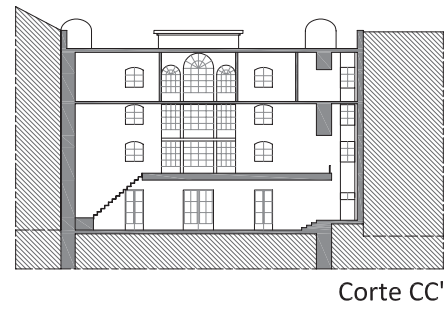
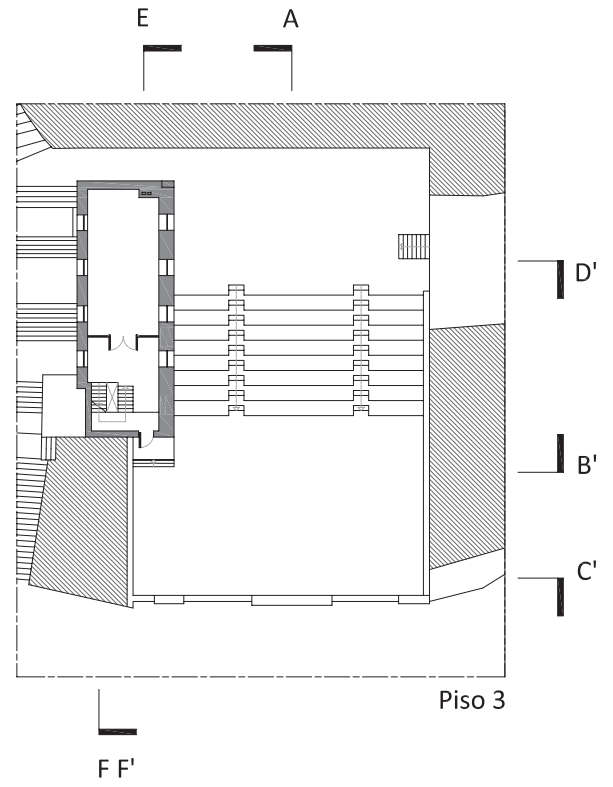
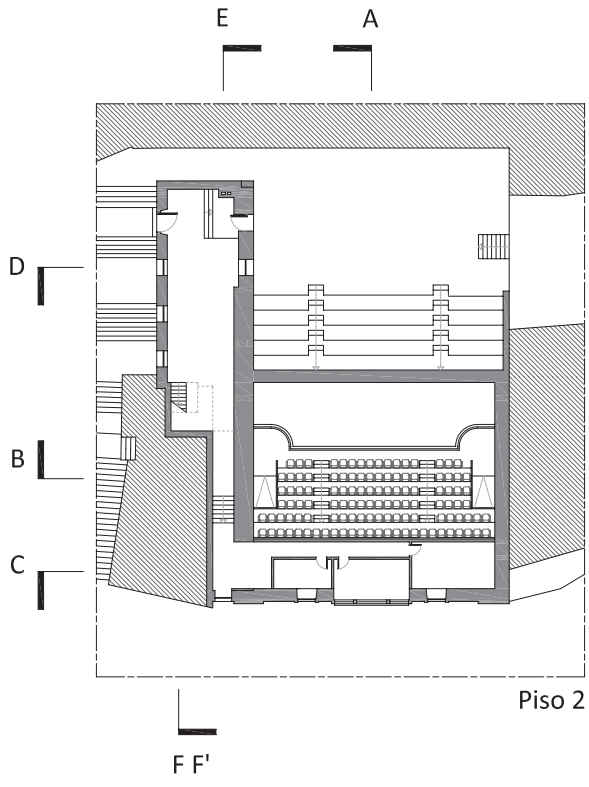
zinco, de maneira a distinguir claramente os materiais novos dos antigos, como forma de preservação do património arquitectónico. A partir deste volume tem-se ainda acesso uma zona de administração localizada por cima da zona de estar que antecede o balcão.

Mas a revitalização deste equipamento não pretende cingir o edifício à sua função primitiva. Dotando-o de uma infra-estrutura que lhe permita uma maior flexibilidade de usos, pretende-se criar um espaço polivalente capaz de acolher não só teatro mas também espectáculos de música, dança, exposições, conferências, etc.

Propõe-se então elevar a plateia ao nível do palco e instalar no lugar deste uma bancada móvel. Esta funcionaria através de um sistema hidráulico de elevação que possibilitaria mover individualmente e na vertical os seus patamares. E para complementar este sistema sugere-se para a plateia um tipo de assentos que não seja permanentemente fixo, mas permita a sua remoção. A conjugação destas duas soluções permite relocalizar ou mesmo suprimir a zona de actuação dos artistas. Torna-se assim possível optar por uma disposição de sala mais clássica, de planta semelhante à original, ou uma mais contemporânea, com o palco numa posição central, ladeado por bancadas. Atendendo a este desenho, a inclinação da bancada do balcão foi acentuada, para que os espectadores tenham um maior ângulo de visão sobre o palco, qualquer que seja a localização deste.

Existe ainda a possibilidade de baixar todos os patamares da bancada móvel, o que daria origem a um extenso espaço que poderia funcionar como um gigante palco. Esta flexibilidade permite adaptar o espaço de acordo com as necessidades do tipo de actividade a realizar, não limitando o edifício apenas à sua função de sala de teatro.

Como já referido anteriormente, a proposta apresentada não se limita à recuperação do teatro. O Sousa Bastos localiza-se na Alta de Coimbra, caracterizada pelas suas ruas estreitas e sinuosas, pequenos largos e jardins interiores. É possível constatar que esta área carece de espaços exteriores que permitam a realização de actividades ao ar livre, bem como de infra-estruturas que poderiam trazer à zona um carácter mais lúdico. Assim a proposta pretende intervir não apenas no edifício em si mas também na sua envolvente, por forma a colmatar esta lacuna.



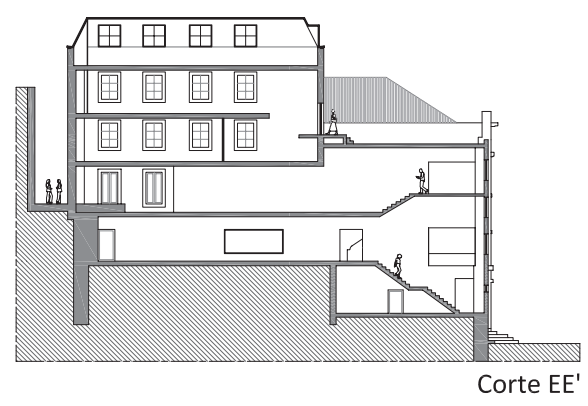
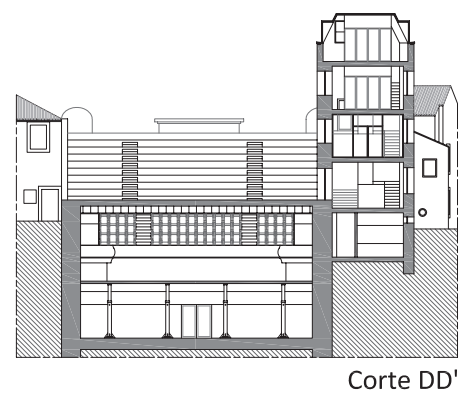
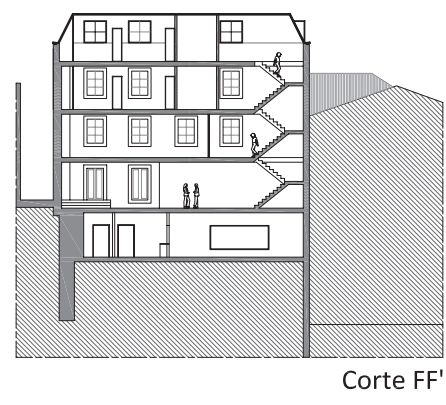
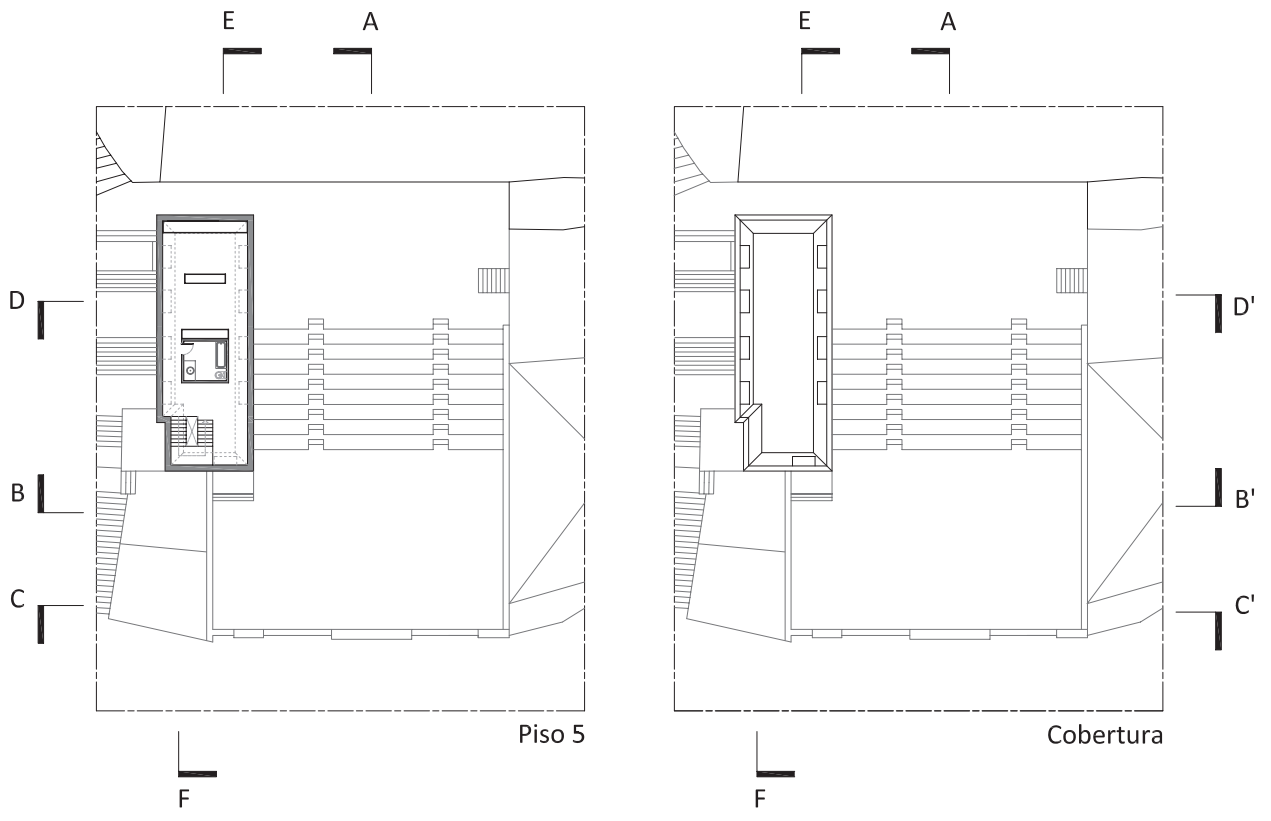
Proposta
 Escala 1:500
 Fig.59 Plantas e cortes




Propõe-se então a demolição do volume correspondente à caixa de palco. Esta operação dá origem a duas situações claramente benéficas relativamente ao entorno do edifício: por um lado permite o atravessamento por trás deste, ligando as escadas da Rua de S. Cristóvão ao Beco de S. Cristóvão situado no lado oposto; por outro liberta um espaço que, desenhado como exterior, pode ser utilizado pela comunidade da Alta independentemente da sua participação ou ligação ao teatro.

Tratando-se de uma torre de dimensões consideráveis, sem abertura, “presa” num espaço de difícil acesso, estamos na presença de um elemento de diminuto valor artístico, e de reduzida importância no conjunto da obra, o que torna legítima a sua eliminação. Esta decisão é ainda reforçada pelos benefícios que o desaparecimento do volume ocasiona: além de aliviar uma área caracterizada pela densidade de construção permitindo ao tecido urbano “respirar”, oferece uma alternativa de percurso numa zona de difícil acesso pedonal.

Decide-se então redesenhar a cobertura da sala de espectáculos de forma a criar um auditório ao ar livre. Este elemento não só proporciona um espaço exterior que responde às necessidades referidas anteriormente, mas também tem a função de ligar as diferentes cotas criadas com o desaparecimento do volume da caixa de palco. Esta solução acresce a diversidade de tipos de utilização do edifício, tanto interior como exteriormente, e a riqueza espacial que proporciona revela-se uma vantagem comparativamente à manutenção do referido volume.



Proposta
 Escala 1:500 
 Fig.60 Plantas e cortes

3.7. Critérios de intervenção

*“Comummente entende-se por restauro qualquer intervenção destinada a repor a eficiência de um produto da actividade humana. (...) Ter-se-á, portanto, um restauro relativo aos artefactos industriais e um restauro relativo às obras de arte, e enquanto se tratar de produtos industriais, entendendo-se isto na mais ampla escala, o objectivo do restauro será evidentemente o de restabelecer a funcionalidade do produto, estando por isso a natureza da intervenção de restauro ligada de forma exclusiva à realização desse objectivo.”*⁴⁸

Segundo Cesare Brandi⁴⁹, a obra de arte manifesta-se numa dupla instância: estética, que vem da sua artisticidade, e histórica, que a qualifica como produto humano nascido num determinado tempo e lugar.

Devemos questionar-nos em primeiro lugar se é legítimo conservar ou remover a eventual adição que uma obra tenha recebido: independentemente de o aspecto estético apresentar melhoramentos ou não, é legítimo conservar ou remover essa adição apenas do ponto de vista histórico.

Também um refazimento testemunha a intervenção do homem, e também ao refazimento há que atribuir um momento na história. Mas um refazimento não é o mesmo que uma adição. A adição pode completar ou desenvolver na arquitectura funções diferentes das iniciais; o refazimento, pelo contrário, pretende remodelar a obra, intervir no processo criativo. Fundir o novo e o velho de modo a não se distinguirem, e reduzir ao mínimo o intervalo de tempo que separa os dois momentos.

Nesta situação identificam-se dois casos: um em que a intervenção se quer assemelhar ao tempo em que a obra nasceu, e outro onde se tem como objectivo fundir por completo a obra original na actualidade do refazimento. O primeiro caso representa um falso histórico e a sua conservação não pode ser considerada. O

⁴⁸ BRANDI, Cesare - *Teoria do Restauro*, p. 1.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 43.

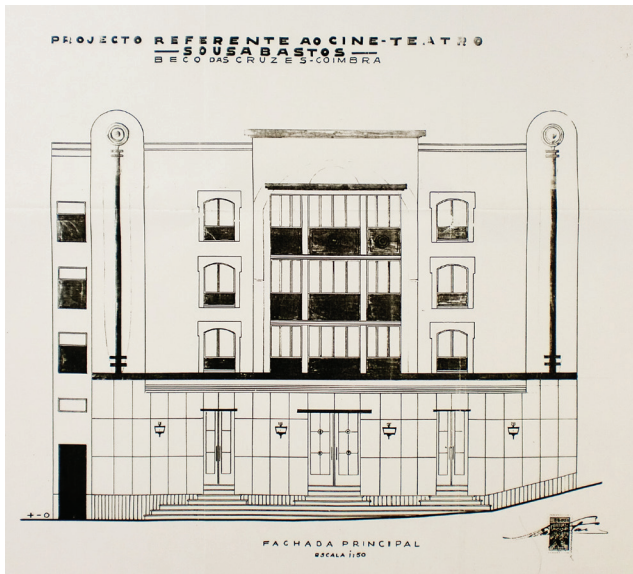


Fig.61 Alçado principal, reforma do arquitecto Willi Braun

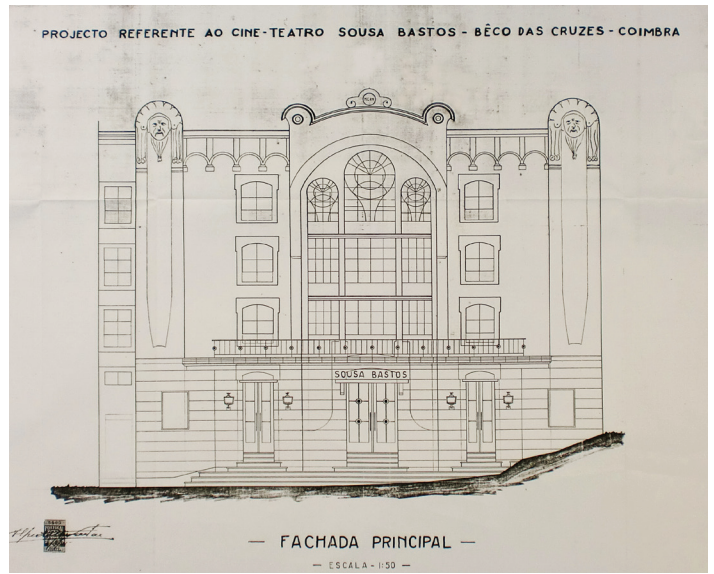


Fig.62 Alçado principal original



Fig.63 Vista interior da fachada principal



Fig.64 Vista interior da fachada principal

segundo, apesar de não entrar no campo do restauro, pode ser legítimo porque é sempre um testemunho autêntico de um modo de fazer humano.

Se então pensarmos na alternativa da conservação ou remoção, sob o ponto de vista histórico, é correcto que um edifício retorne ao estado imperfeito em que durante o processo histórico foi deixado. Assim, a adição será tanto pior quanto mais se aproximar do refazimento, e o refazimento será tanto mais legítimo quanto mais se afastar da adição e visar constituir uma unidade nova sobre a velha.

No restauro segundo a instância da estética, Brandi afirma que a conservação dos refazimentos depende, antes de tudo, do juízo que se faz destes: *“se indicar que se atingiu uma nova unidade artística, o refazimento deverá ser conservado”*⁵⁰. Mas pode suceder que o refazimento não possa ser retirado, por ter causado a destruição parcial de alguns aspectos do monumento que teriam permitido, ou a sua conservação como ruína, ou a recuperação da sua unidade potencial. Neste caso, o refazimento deverá ser conservado, ainda que prejudicial ao monumento.

A inexistente documentação gráfica relativamente ao estado do edifício anterior a 1946 impossibilita-nos de perceber de que forma ou segundo que critérios o arquitecto Willi Braun interviu no espaço interior do teatro. Não havendo plantas, cortes ou imagens que nos permitam ter noção de como era antigamente, desconhece-se quais as alterações realizadas na sala de espectáculos. Neste contexto a intervenção proposta para o espaço interno tem como base o estado actual do edifício e parte da conservação e recuperação deste.

Há no entanto questões que se levantam relativamente à intervenção levada a cabo na fachada principal. É necessário fazer uma avaliação crítica sobre se se deve “conservar ou remover” as alterações feitas na década de 40, nomeadamente em termos de ornamentação, elementos decorativos, e linguagem estética. Em relação a esta estamos perante um caso de sobreposição de duas fases de projecto: a original de 1910, coberta pela alteração levada a cabo pelo arquitecto Willi Braun em 1946, da qual destaca o novo desenho das janelas e do frontão, de limitado valor artístico.

Apesar da presente interdição do edifício e da dificuldade em adquirir informação relativamente ao estado de conservação deste, é possível vislumbrar

⁵⁰ *Ibidem*, p. 63.



Alçado Proposto
Escala 1:200

Fig.65 Vista interior da fachada principal



Fig.66 Vista interior da caixa de palco



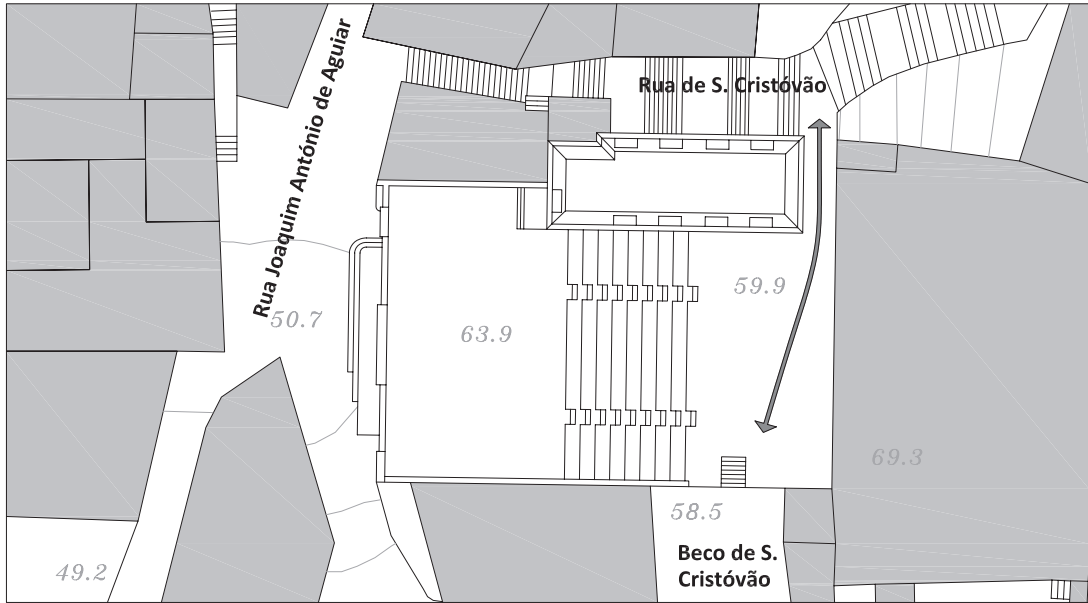
Fig.67 Vista do volume da caixa de palco

através das fotos fornecidas pelo *Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra* que, relativamente às janelas, existem ainda as desenhadas originalmente, e que a intervenção da década de 40 se sobrepôs a estas. Este é um caso em que é possível remover os refazimentos sem destruir nenhum aspecto do edifício. A intervenção propõe assim a remoção destes e, relativamente às aberturas, restaurar a fachada principal, reportando o edifício à sua antiga figuratividade.

No que diz respeito ao frontão, à decoração e à cantaria na base da fachada, estes elementos desapareceram e não se devem reconstituir, pois seriam uma mera cópia do original. Assim se propõe corrigir exteriormente as transformações feitas ao longo das décadas de maneira a devolver ao edifício a imagem mais próxima possível da originalidade.

Brandi refere-se ainda a uma linha de restauro “crítico-conservativa”. Esta caracteriza-se por ser um acto crítico aliado ao acto criativo e assenta numa dupla instância: “conservativa” partindo do pressuposto que o edifício deve ser transmitido para o futuro nas melhores condições possíveis, tendo em conta que se impõe a preservação da actual consciência histórica; e “crítica” por partir da crença que cada intervenção constitui um caso isolado, não enquadrável em categorias, não respondendo a regras pré-estabelecidas, e deve ser estudada caso a caso, sem se adoptar uma posição dogmática ou predefinida. O percurso a seguir é então ditado pela própria obra, depois de examinada pelo restaurador com sensibilidade histórico-crítica e com competência técnica. Este tipo de restauro, de grande potencialidade criativa, relaciona-se com a história artística e arquitectónica da obra.

Relativamente à demolição da caixa de palco, é concretizada esta teoria de *restauro crítico*. Na medida que o edifício é reconhecido como obra de arte, é-lhe dado o devido valor e reconhecida a sua qualidade artística. Isto permite uma reflexão crítica sobre como proceder relativamente a este, onde se avalia cada permanência como benéfica ou prejudicial para o conjunto urbano. Como já referido trata-se de um elemento de diminuto valor artístico e de reduzida importância no conjunto da obra. Sendo apenas um espaço técnico, não oferecendo




Envolvente 
Escala 1:500

Fig.68 Proposta

nenhuma qualidade espacial ao edifício, e juntamente com os benefícios em termos da relação do edifício com a cidade, considera-se legítima a eliminação do volume.

Com base numa análise crítica da história do edifício decide-se privilegiar a fase inicial em que este foi concebido. Mas é preciso ter em conta a transformação do monumento no espaço e no tempo. A intervenção deve ser realizada com pleno respeito pela imagem do edifício, no entanto sem a obrigação de manter elementos que causem dano ao mesmo. Decide-se então remover as partes que não têm nenhum valor histórico ou estético e que afectam negativamente a sua espacialidade, tanto interna como externa. A proposta não é a de reconstruir o Teatro Sousa Bastos tal como era antigamente, mas dotar o edifício de uma infraestrutura que amplie as suas possibilidades de utilização, e ao mesmo tempo intervenha na envolvente beneficiando a estrutura urbana da Alta.

O tipo de intervenção aqui apresentada visa fazer do antigo Sousa Bastos, não um teatro no sentido convencional do termo, mas antes um espaço performativo com múltiplas possibilidades de funcionamento, e assim maximizar as potencialidades deste como pólo cultural da cidade de Coimbra.

4. Considerações Finais

As cidades são organismos vivos em constante transformação, e existem alguns elementos de natureza particular que têm o efeito de acelerar ou atrasar o seu desenvolvimento. É o caso dos equipamentos culturais, que sempre assumiram um papel estruturador do tecido urbano. Destes há os que se consolidam como monumentos através da sua história, da sua memória, e a sua recuperação contribui favoravelmente para a evolução das cidades, muitas vezes ajudando à regeneração de áreas urbanas deprimidas. O estado de degradação em que se encontram alguns dos edifícios da Alta de Coimbra levanta questões relativamente à preservação da imagem da cidade. São intervenções como a do Auditório da Faculdade de Direito ou do Museu Machado de Castro que garantem a continuidade histórica desta zona e é através deste tipo de operações que se mantém o centro histórico activo.

Mas se a memória e a história fazem do edifício um *facto urbano*, o que o transmite para o futuro é a reabilitação do seu uso. As funções mudam mas os edifícios permanecem, e a conservação das características originais destes seria o seu fim. Para que uma obra sobreviva no tempo deve ser capaz de absorver diversas funções, e é a partir desse princípio que se propõe a reconversão do Teatro Sousa Bastos.

*“Os espaços teatrais, pólos dinamizadores da actividade cultural nos tempos áureos da sua criação, confrontam-se hoje, na sua maioria, com a lenta agonia do moribundo. Os espaços deixaram de corresponder às necessidades actuais no campo da representação teatral, o público deixou de se sentir atraído pelo espectáculo.”*⁵¹

O Teatro Sousa Bastos foi importante no panorama cultural de Coimbra durante aproximadamente um século. Os valores de uso que adquiriu ao longo do tempo e a influência que teve nas histórias da cidade são factores que impõem a sua aceção como património cultural. É um espaço com muitas tradições, um símbolo da Alta histórica, e merece por isso ser conservado do ponto de vista físico e reabilitado o seu uso.

O desprezo pelo edifício é evidente e a recuperação deste não passa pela construção de apartamentos no seu interior. A solução não é ignorar a sua primitiva função, mas criar um espaço polivalente, com elementos alusivos à sua memória, onde os coninbricenses possam conviver, e até reviver as actividades que aqui se realizaram nos seus tempos áureos.

Através da preservação da memória histórica do Teatro pretende-se devolver à sala de espectáculos o prestígio que o abandono lhe negou, sem no entanto ignorar os sinais que o tempo lhe deixou. Num compromisso entre o património original e as exigências que as novas possibilidades de utilização acarretam, a intervenção visa fazer do antigo Sousa Bastos não um teatro no sentido convencional do termo, mas antes um espaço performativo com múltiplas possibilidades de funcionamento. Criar condições para que a recepção da obra pela população se prolongue, e promover intervenções ou atenuar inibições ao nível da criação cultural.

⁵¹ SIMÕES, J. Armindo in *Colóquio sobre Arqueologia e Recuperação dos Espaços Teatrais*, pp. 217-218.

Bibliografia

A recuperação de teatros no séc. XIX em Espanha. Lisboa : Acarte, 1991. 17p.

ABREU, José Guilherme - A Problemática do Monumento Moderno [em linha]
WWW:
<http://www.apha.pt/boletim/boletim1/pdf/Aproblematicadomonumento.pdf>

Arquivo Coimbrão, vol. 33-34, Coimbra : Coimbra Editora, Lda., 1990-92. 286 p.
ISSN 0871-6102

ASCHER, François - *Los Nuevos Principios del Urbanismo: El Fin de las Ciudades está a la orden del día.* Madrid : Alianza Editorial, 2007. 93 p. ISBN 9788420641980

BANDEIRINHA, José António – *Quinas Vivas: memória descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa*, Porto : FAUP, 1996. 164 p. ISBN 9729483159

BANDEIRINHA, José António – *Recuperação do edifício do Teatro Esther de Carvalho – Memória Descritiva*, Lisboa : Arquivo Inspeção Geral das Artes Culturais, 2004.

BASTOS, António de Sousa – *Dicionário de Teatro Português*. Coimbra : Minerva, 1994. 380 p. ISBN 972931666X

BASTOS, António de Sousa – *Carteira do Artista: apontamentos para a história do teatro português e brasileiro acompanhados de notícias sobre os principais artistas, escritores dramáticos e compositores estrangeiros*. Lisboa : Arquimedes Livros, 2007, 866 p.

BRANDI, Cesare – *Teoria do Restauro*, Roma : Atelie Editorial, 2008. 262 p. ISBN 8574802255

CARNEIRO, Luís Soares – *Teatros portuguesas de raiz italiana*. Porto : Edições FAUP, 1992. 1213 p. (Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002)

Cine-teatros: Valorização cultural, reabilitação do património. Lisboa : CCRLVT, 2002. 24 p. ISBN 9729163766

Colóquio sobre Arqueologia e Recuperação dos Espaços Teatrais / Colóquio sobre Arqueologia. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. 314 p. ISBN 9729032173

CRUZ, Duarte Ivo – *Teatros de Portugal*. Lisboa : Edições Inapa, 2005. 107 p. ISBN 9727971040

CRUZ, Duarte Ivo – *História do Teatro Português*. Lisboa : Verbo, 2001. 342 p. ISBN 9722220527

DOMINGUES, Álvaro – “Os novos mapas da cidade : novos mapas para velhas cidades”. In *Em Cima Do Joelho*. Coimbra, 2000. ISSN 0874-6168.

DOMINGUES, Álvaro - *A rua da estrada*. Porto : Dafne Editora, 2010. 257 p. ISBN 9789898217066.

DOMINGUES, Álvaro - *Cidade e democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal*. Porto : Argumentum, 2006. 400 p. ISBN: 9789728479398.

FONSECA, Fernando Augusto Cardoso da - *O método da memória e a memória do método : registo de alguns apontamentos de carácter disciplinar motivados pelo projecto de recuperação e restauro do edifício do Teatro Esther de Carvalho*. Coimbra : s.n. , 1995. (Prova Final de Licenciatura apresentada no Departamento de Arquitectura da FCTUC).

FONSECA, Joana Rita Rodrigues - *Histori[cidades] : reflexão sobre novas intervenções em contextos urbanos históricos*. Coimbra : s.n. , 2006. (Prova Final de Licenciatura apresentada no Departamento de Arquitectura da FCTUC).

FERREIRA, António Fonseca - *Cine-teatros : valorização cultural, reabilitação do património*. Lisboa : CCRLVT, 2002. 24 p. ISBN 9729163766

FIGUEIREDO, A. C. Borges de – *Coimbra Antiga e Moderna*. Coimbra : Almedina, 1996. 387 p. ISBN 972400970X

GAMBINI, Lígia Inês – *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1999. 216 p. ISBN 9725691091

GASPAR, Andrea Catarina Marques – *Património e Política: O Teatro Sousa Bastos como objecto de tradução*. Coimbra : s.n. , 2005. (Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra).

GIEDION, S.; LEGER, F.; SERT, JL - Nine Points on Monumentality [em linha] WWW: <http://www.ub.edu/escult/doctorat/html/lecturas/sert1.pdf>

HILBERSEIMER, Ludwig - *La arquitectura de la gran ciudad : la gran ciudad, urbanismo, edificios de vivienda, edificios comerciales, rascacielos, construccion de naves y teatros edificios para comunicaciones, edificios industriales, construccion artesanal y construccion industrial*. Barcelona : Gustavo Gili, 1999, 106 p. ISBN 8425217989

IGESPARIP | PATRIMÓNIO [em linha] WWW: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74935/>

JACOBS, Jane - *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo : Editora Martins Fontes, 2003. 528 p. ISBN 9788578271732.

JACOBS, Jane - *The economy of cities*. New York : Random House, 1969. 268 p. ISBN 9780394705842.

LOUREIRO, José Pinto – *O Teatro em Coimbra, Elementos para a sua História, 1526-1910*. Coimbra : Edição da Câmara Municipal, 1959. 413 p.

LYNCH, Kevin - *A imagem da cidade*. Lisboa : Edições 70, 2008. 200 p. ISBN 9789724414119.

MONEO, Rafael – *La Solitudine degli edifici e altriscritti: questione intorno all'architettura*, Torino : Umberto Allemandi & C., 1999. 222p. ISBN 8842209236

Monumentos [em linha] WWW:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8792

Monumentos [em linha] WWW:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11626

REIS, Luciano – *Teatros Portugueses*, Lisboa : SeteCaminhos, 2005. 63 p. ISBN 9896020264

Revista *Rua Larga* nº10 (Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra), Outubro 2005, 72 p.

Revista *Jornal dos Arquitectos/J. A.* nº213, Dezembro 2003, ISSN 0870-1504

Revista *Monumentos* nº8, Março 1998, 152 p.

Revista *NU* nº 12, Junho 2003, 45 p. ISSN 1645-3891

ROSMANINHO, Nuno – *O Poder da Arte: o estado novo e a cidade universitária de Coimbra*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 2006. 410 p. ISBN 9728704550

ROSSI, Aldo – *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa : Edições Cosmo, 2001. 258 p. ISBN 9727621260

Teatro Viriato [em linha] WWW:
<http://www.teatroviriato.com/pt/menu/teatro-viriato/história/>

Fonte das imagens

- Fig.1 reproduzida a partir de *Elementos para a historia do Teatro Sousa Bastos*, in Arquivo Coimbrão, vol. 33-34, p. 3.
- Fig.2 alçado existente no arquivo da Câmara Municipal de Coimbra
- Fig.3 reproduzida a partir de GAMBINI, Lígia Inês – *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*. p. 160.
- Fig.4 reproduzida a partir de GAMBINI, Lígia Inês – *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*. p. 160.
- Fig.5 reproduzida a partir de GAMBINI, Lígia Inês – *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*. p. 160.
- Fig.6 reproduzida a partir de GAMBINI, Lígia Inês – *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*. p. 162.
- Fig.7 reproduzida a partir de GAMBINI, Lígia Inês – *Teatro Sousa Bastos – As primeiras décadas de história*. p. 175.
- Fig.8 alçado existente no arquivo da Câmara Municipal de Coimbra
- Fig.9 planta existente no arquivo da Câmara Municipal de Coimbra
- Fig.10 planta existente no arquivo da Câmara Municipal de Coimbra
- Fig.11 corte existente no arquivo da Câmara Municipal de Coimbra
- Fig.12 fotografia do autor
- Fig.13 fotografia do autor
- Fig.14 fotografia facultada pelo arquitecto Luís Sousa
- Fig.15 maps.google.com
- Fig.16 fotografia facultada pelo Professor Doutor José António Bandeirinha
- Fig.17 fotografia facultada pelo Professor Doutor José António Bandeirinha
- Fig.18 fotografia facultada pelo Professor Doutor José António Bandeirinha
- Fig.19 planta existente no arquivo da IGAC, dossier Teatro Esther de Carvalho
- Fig.20 planta existente no arquivo da IGAC, dossier Teatro Esther de Carvalho

- Fig.21 alçado existente no arquivo da IGAC, dossier Teatro Esther de Carvalho
- Fig.22 corte existente no arquivo da IGAC, dossier Teatro Esther de Carvalho
- Fig.23 maps.google.com
- Fig.24 fotografia existente no arquivo da IGAC, dossier Teatro Constantino Nery
- Fig.25 misteriojuvenil.com/imagesforum/ConstantinoNery3.jpg
- Fig.26 misteriojuvenil.com/imagesforum/ConstantinoNery2.jpg
- Fig.27 plantas existentes no arquivo da IGAC, dossier Teatro Constantino Nery
- Fig.28 corte existente no arquivo da IGAC, dossier Teatro Constantino Nery
- Fig.29 corte existente no arquivo da IGAC, dossier Teatro Constantino Nery
- Fig.30 desenho existente no arquivo da IGAC, dossier Teatro Constantino Nery
- Fig.31 planta existente no arquivo da IGAC, dossier Teatro Constantino Nery
- Fig.32 planta existente no arquivo da IGAC, dossier Teatro Constantino Nery
- Fig.33 maps.google.com
- Fig.34 [http://2.bp.blogspot.com/-
cdNe0EbDSgU/TZ5lv7ny5zI/AAAAAAAAACBc/iKMh7s6AKAo/s320/Teatro%2BViriato.jpg](http://2.bp.blogspot.com/-cdNe0EbDSgU/TZ5lv7ny5zI/AAAAAAAAACBc/iKMh7s6AKAo/s320/Teatro%2BViriato.jpg)
- Fig.35 [http://4.bp.blogspot.com/_Ewl_5bnlaeg/Sw02fk_ucSI/AAAAAAAAAF18/ESQSlmn5FAY/s1
600/teatroviriato.jpg](http://4.bp.blogspot.com/_Ewl_5bnlaeg/Sw02fk_ucSI/AAAAAAAAAF18/ESQSlmn5FAY/s1600/teatroviriato.jpg)
- Fig.36 http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11626
- Fig.37 http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11626
- Fig.38 planta existente no arquivo da IGAC, dossier Teatro Viriato
- Fig.39 planta existente no arquivo da IGAC, dossier Teatro Viriato
- Fig.40 corte existente no arquivo da IGAC, dossier Teatro Viriato
- Fig.41 corte existente no arquivo da IGAC, dossier Teatro Viriato
- Fig.42 maps.google.com
- Fig.43 maps.google.com
- Fig.44 fotografia do autor

- Fig.45 fotografia facultada pelo Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra, obtida em Maio de 2004
- Fig.46 fotografia facultada pelo Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra, obtida em Agosto de 2004
- Fig.47 fotografia facultada pelo Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra, obtida em Agosto de 2004
- Fig.48 reconstituição do autor, a partir dos documentos existentes no arquivo da Câmara Municipal de Coimbra
- Fig.49 reconstituição do autor, a partir dos documentos existentes no arquivo da Câmara Municipal de Coimbra
- Fig.50 reconstituição do autor, a partir dos documentos existentes no arquivo da Câmara Municipal de Coimbra
- Fig.51 fotografia do autor
- Fig.52 fotografia do autor
- Fig.53 fotografia do autor
- Fig.54 fotografia facultada pelo Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra, obtida em Maio de 2004
- Fig.55 fotografia facultada pelo Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra, obtida em Maio de 2004
- Fig.56 fotografia cedida pelo Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra, obtida em Agosto de 2004
- Fig.57 fotografia cedida pelo Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra, obtida em Maio de 2004
- Fig.58 desenhos do autor
- Fig.59 desenhos do autor
- Fig.60 desenhos do autor
- Fig.61 alçado existente no arquivo da Câmara Municipal de Coimbra
- Fig.62 alçado existente no arquivo da Câmara Municipal de Coimbra
- Fig.63 fotografia cedida pelo Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra, obtida em Agosto de 2004
- Fig.64 fotografia cedida pelo Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra, obtida em Agosto de 2004

Fig.65 desenho do autor

Fig.66 fotografia cedida pelo Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra, obtida em Maio de 2004

Fig.67 fotografia do autor

Fig.68 desenho do autor

Anexos

I. Teatro Esther de Carvalho

- I.I. Implantação existente no arquivo da IGAC
- I.II. Plantas existentes no arquivo da IGAC
- I.III. Corte existente no arquivo da IGAC
- I.IV. Alçados existentes no arquivo da IGAC

II. Cine-Teatro Constantino Nery

- II.I. Implantação existente no arquivo do IGAC
- II.II. Plantas existentes no arquivo da IGAC
- II.III. Cortes existentes no arquivo da IGAC
- II.IV. Alçado existente no arquivo da IGAC

III. Teatro Viriato

- III.I. Implantação existente no arquivo do IGAC
- III.II. Plantas existentes no arquivo da IGAC
- III.III. Cortes existentes no arquivo da IGAC
- III.IV. Alçado existente no arquivo da IGAC

IV. Teatro Sousa Bastos

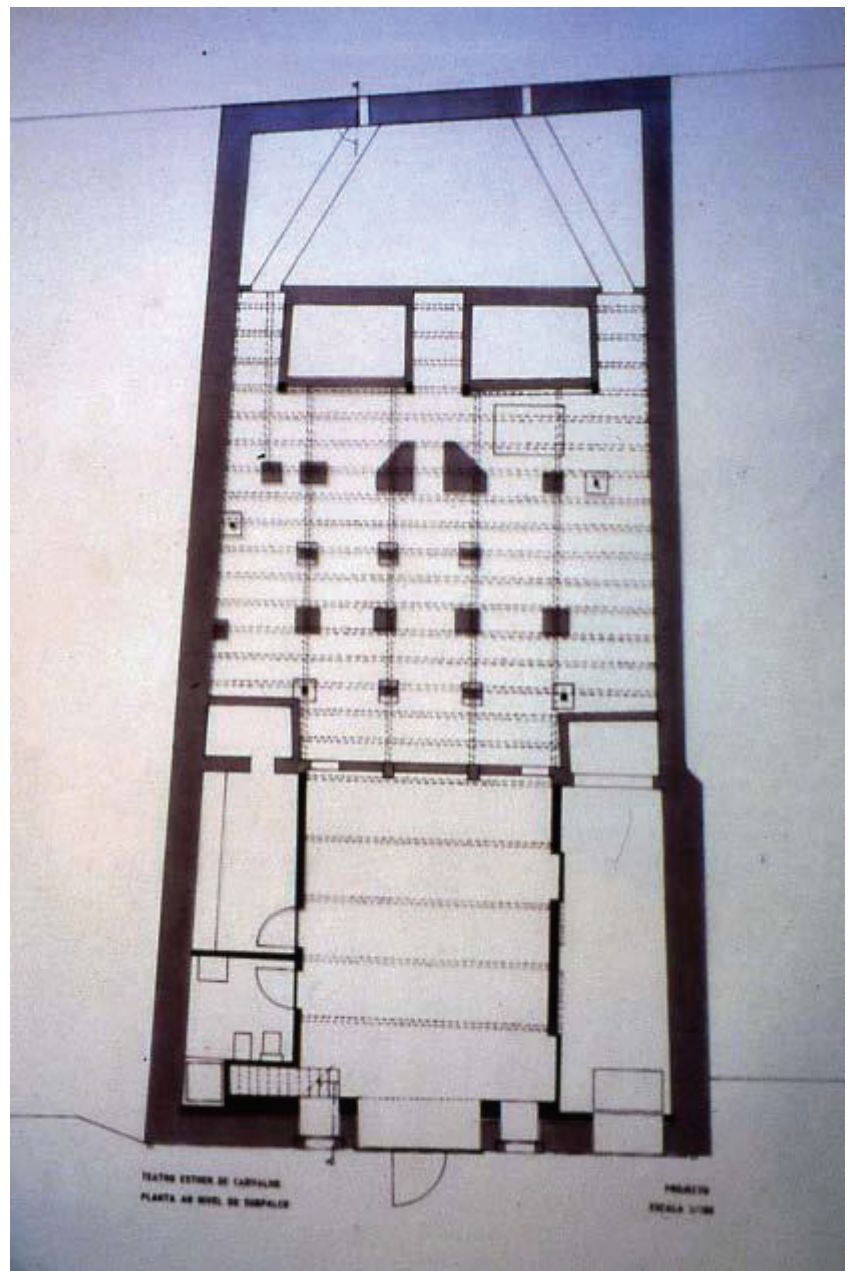
- IV.I. Desenhos existentes no arquivo da Câmara Municipal de Coimbra
- IV.II. Estado Actual
- IV.III. Proposta de Intervenção

I. Teatro Esther de Carvalho

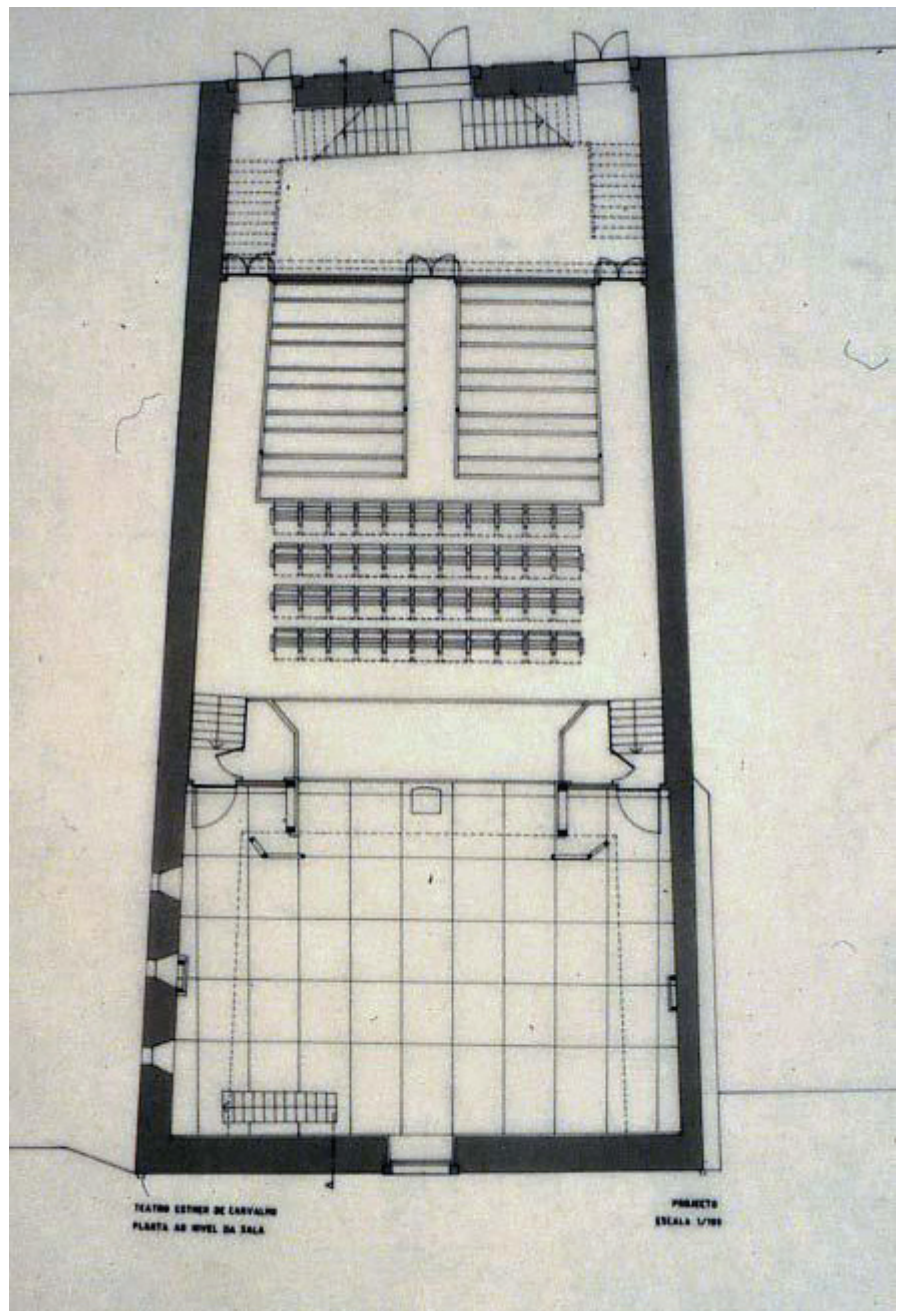


0 20 100

I.I. Implantação

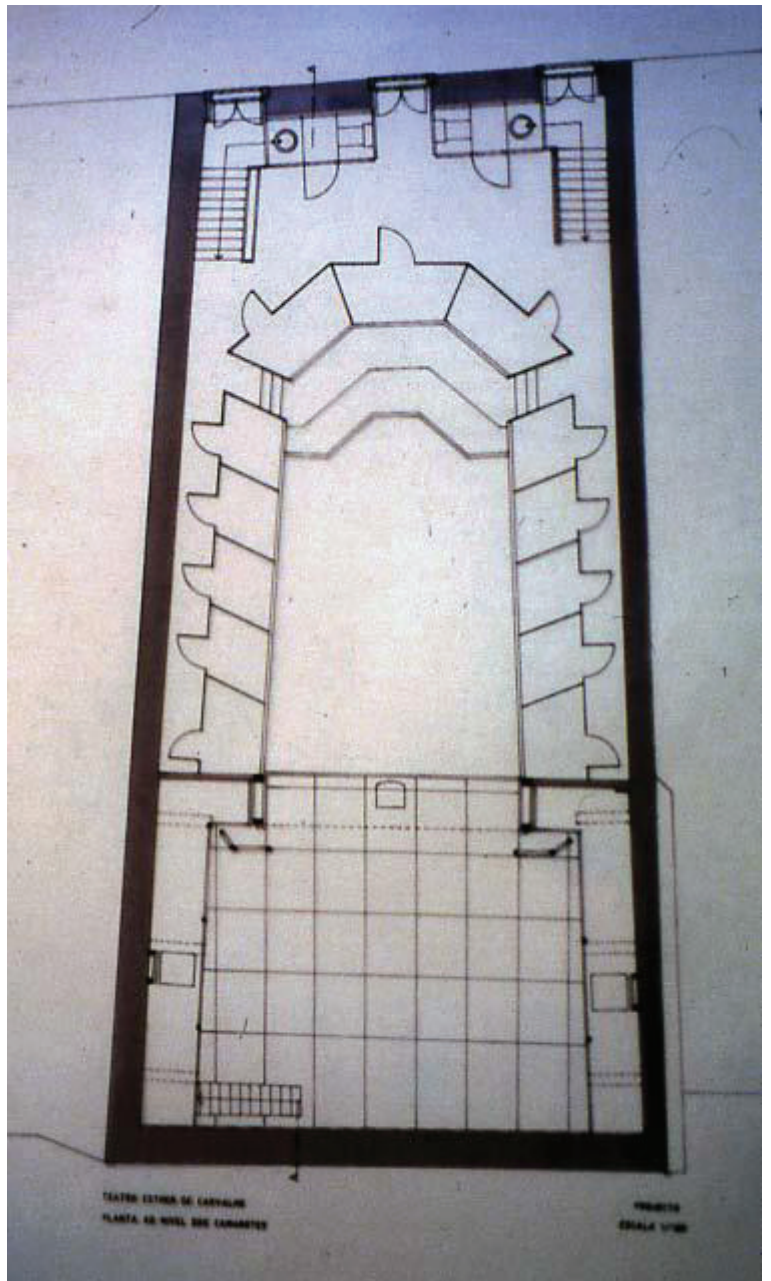


I.II. Planta do sub-palco



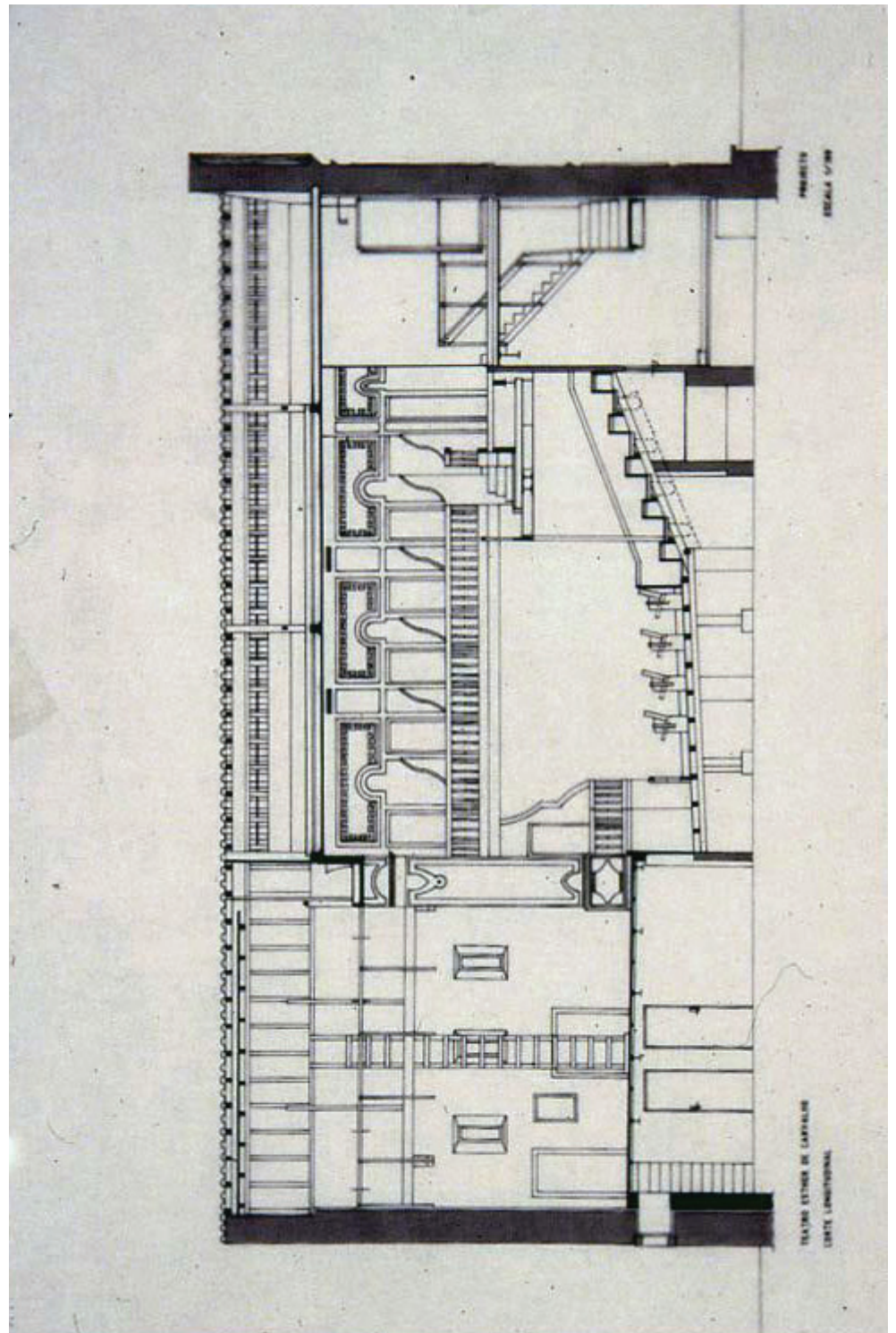
0 1 5

I.II. Planta da plateia

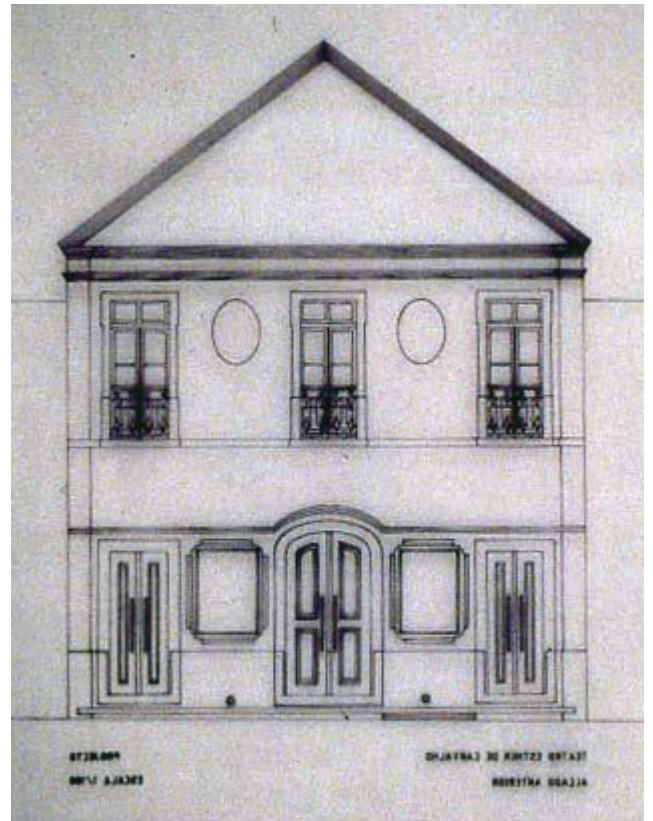


0 1 5

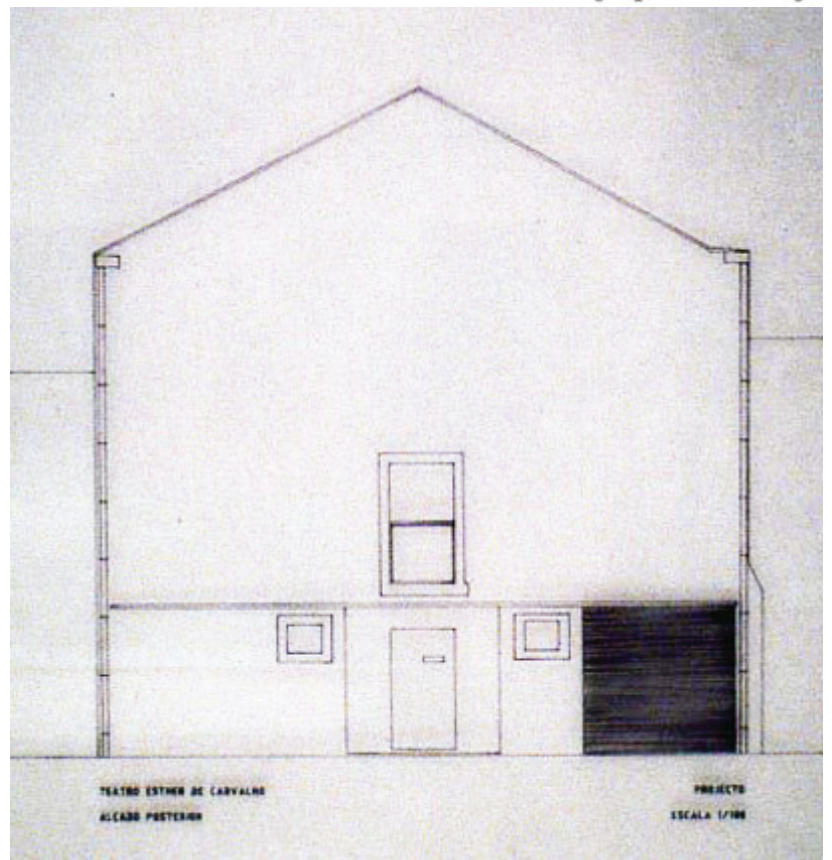
I.II. Planta dos camarotes



I.III. Corte longitudinal



0 1 5

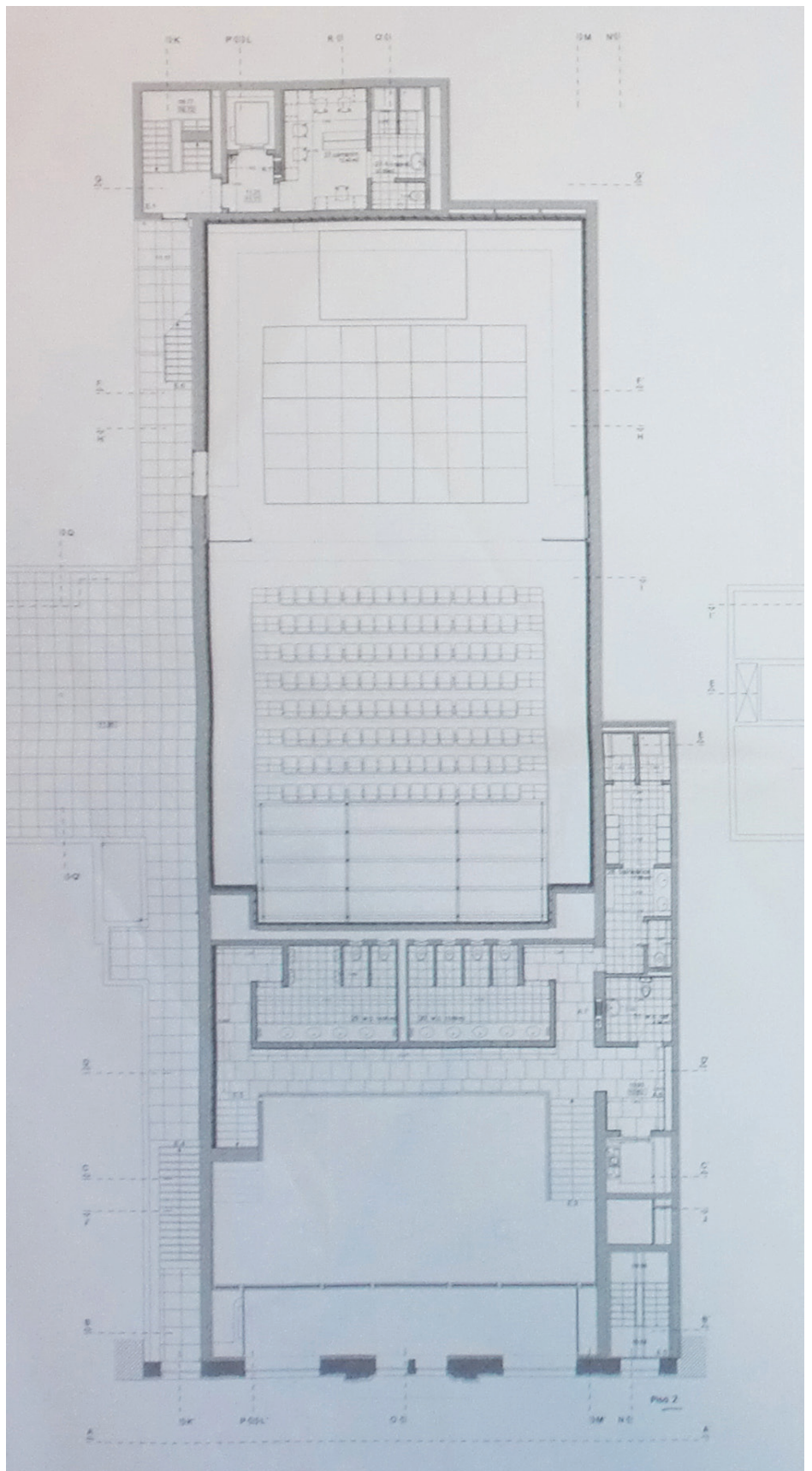


0 1 5

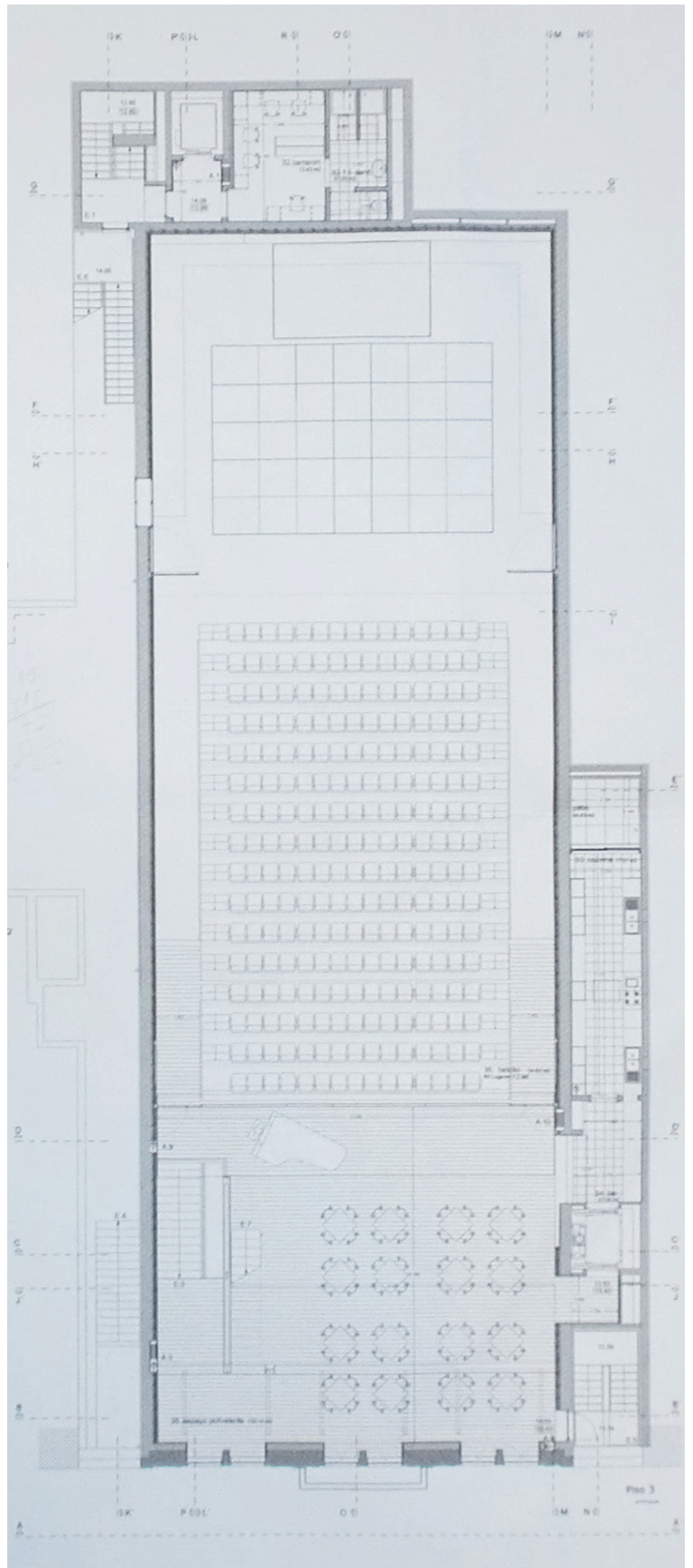
II. Cine-Teatro Constantino Nery



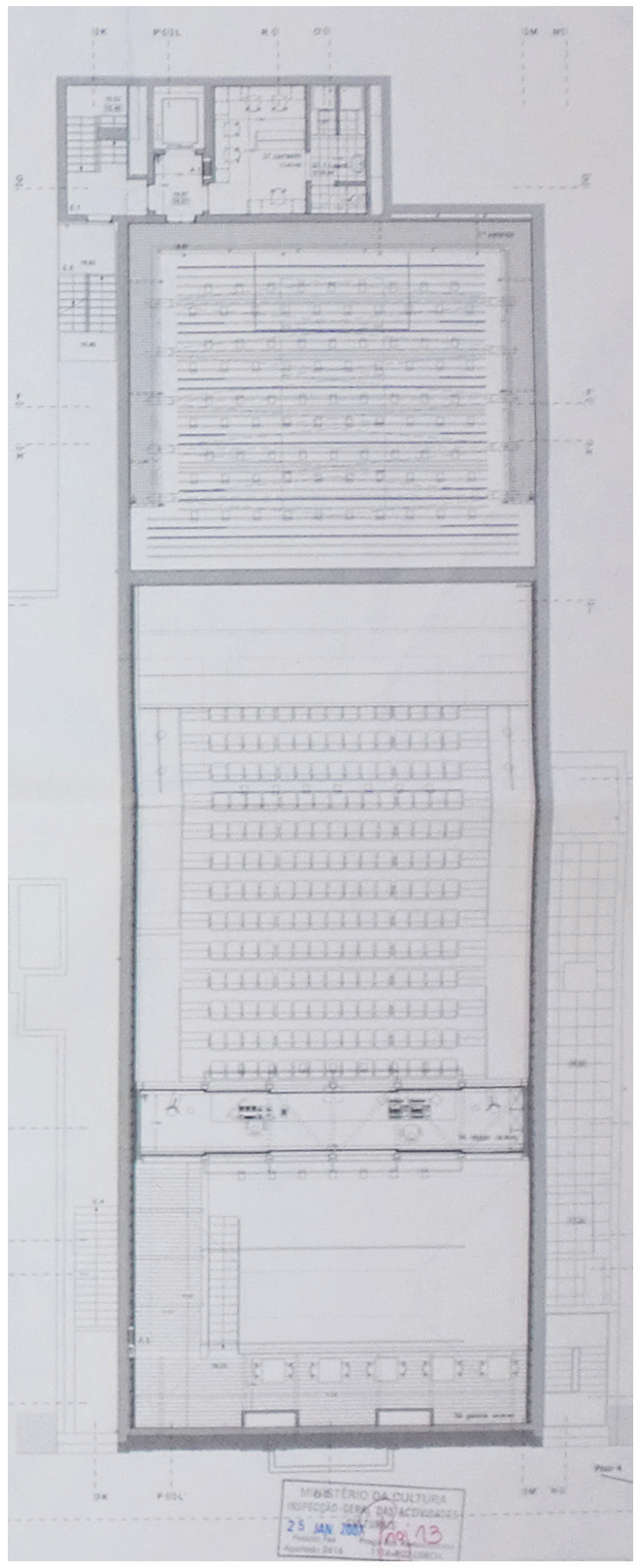
II.I. Implantação



II.II. Planta do piso 1



II.II. Planta do piso 2



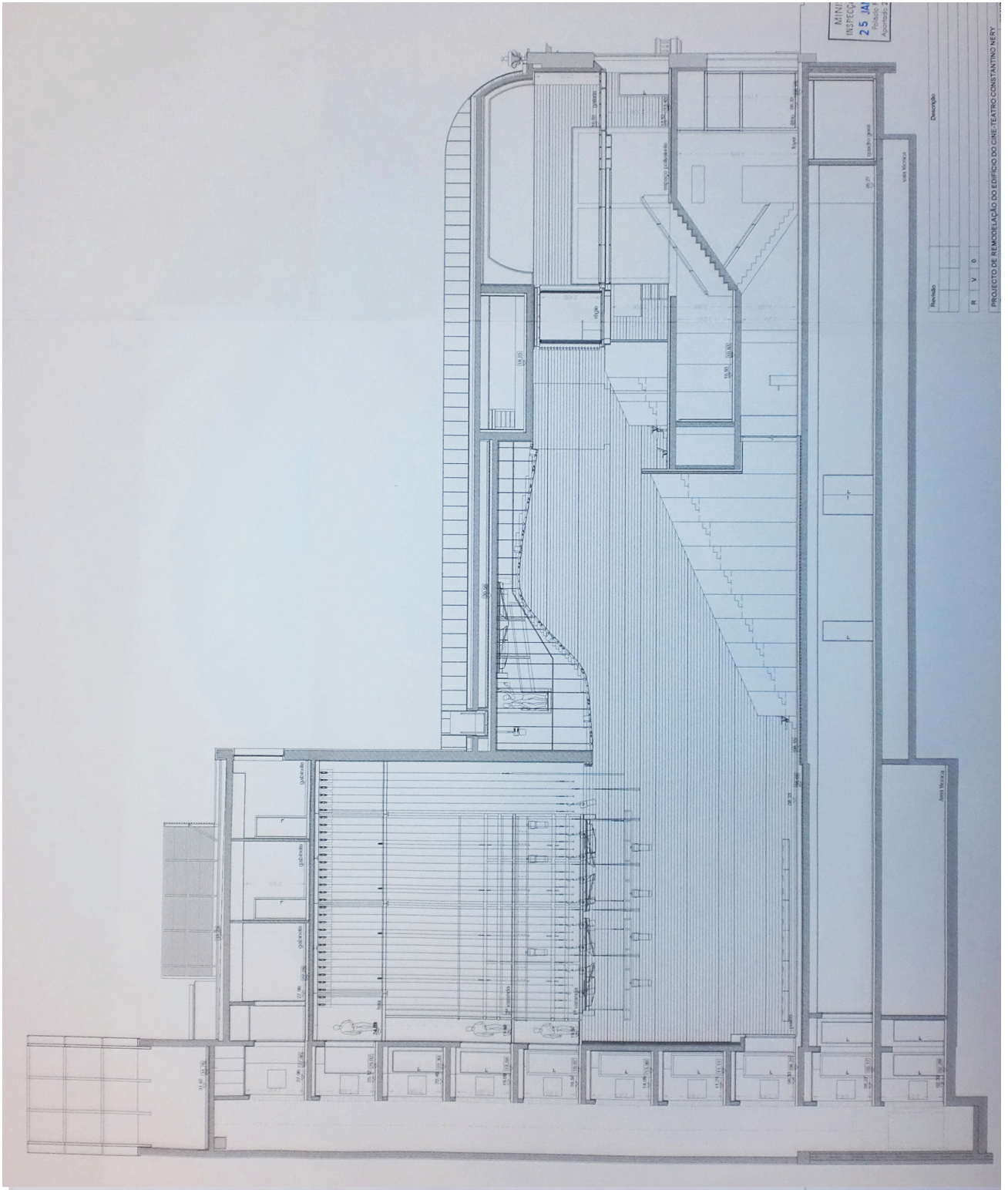
0 1 5

II.II. Planta do último piso



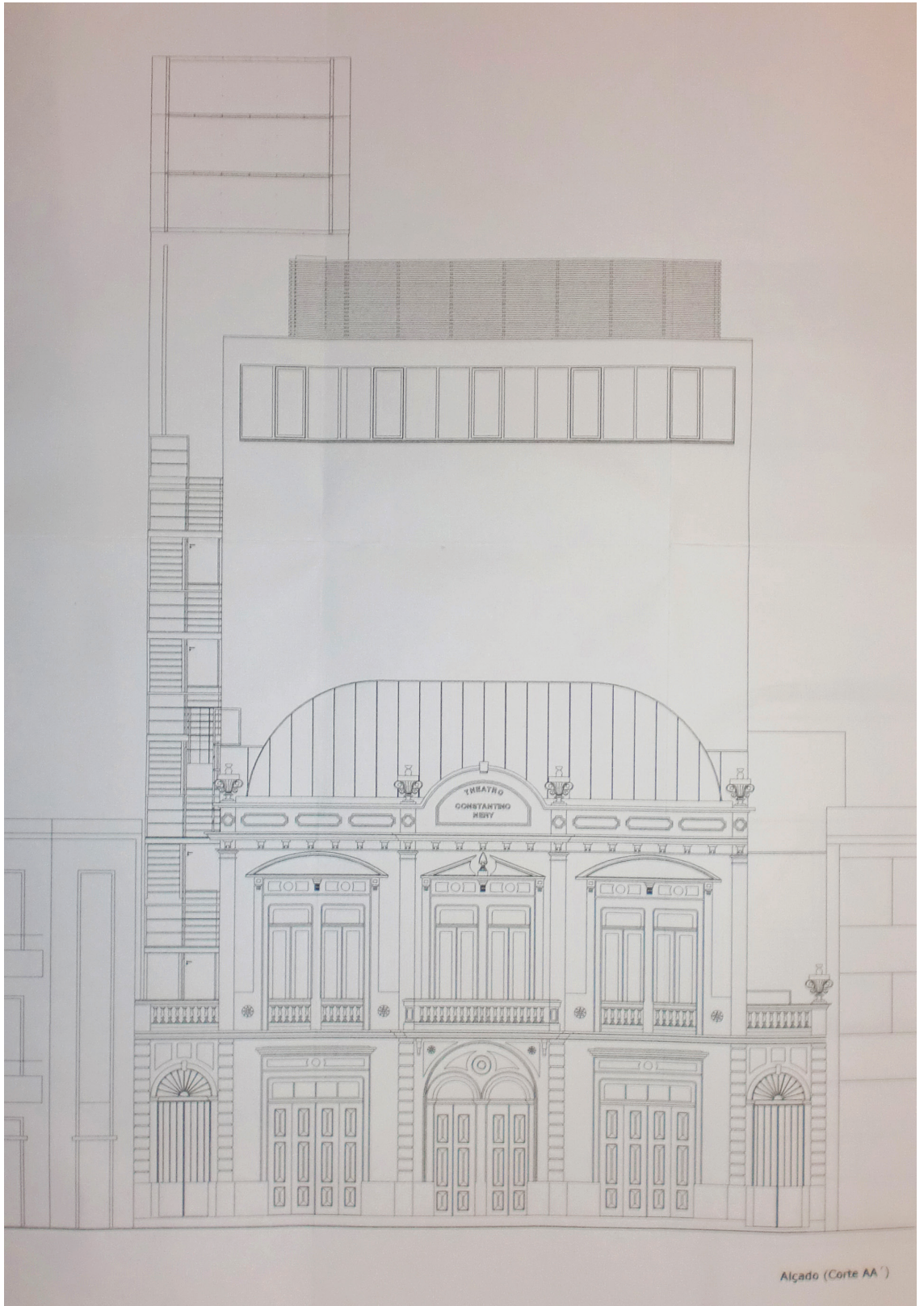
0 1 5

II.III. Corte pela bancada



0 1 5

II.III. Corte pela acesso à bancada



Alçado (Corte AA')

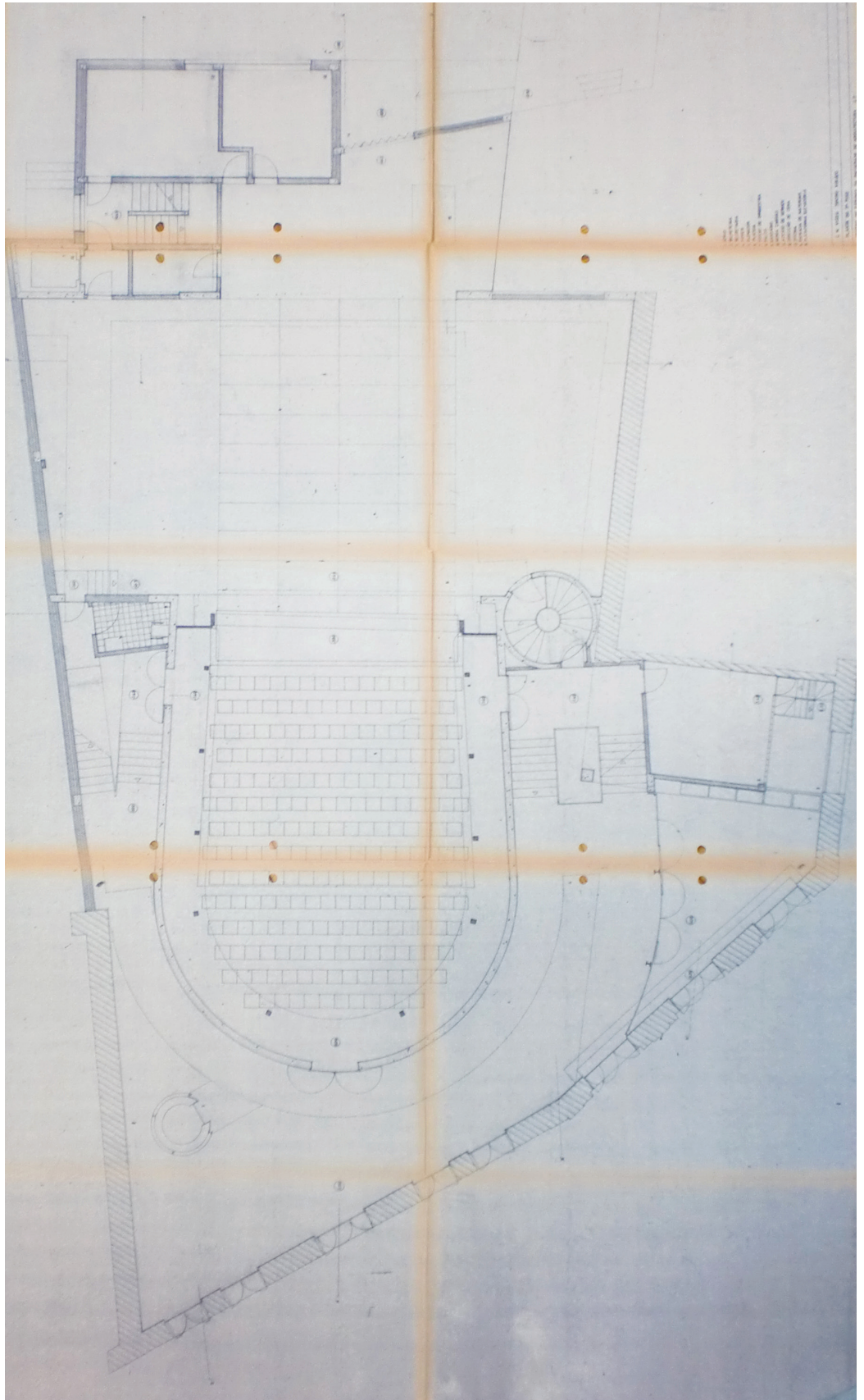


II.IV. Alçado principal

III. Teatro Viriato

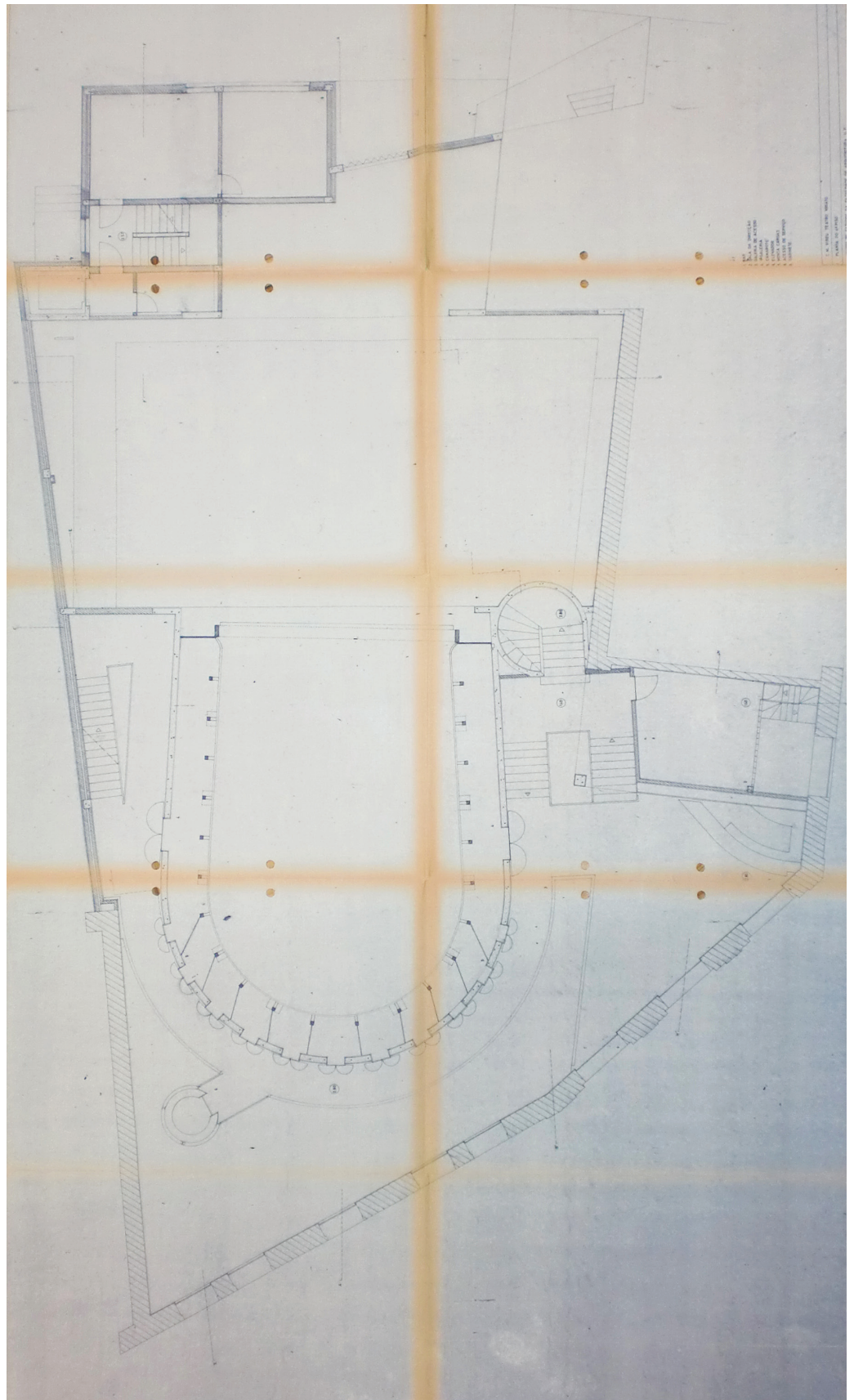


III.I. Implantação



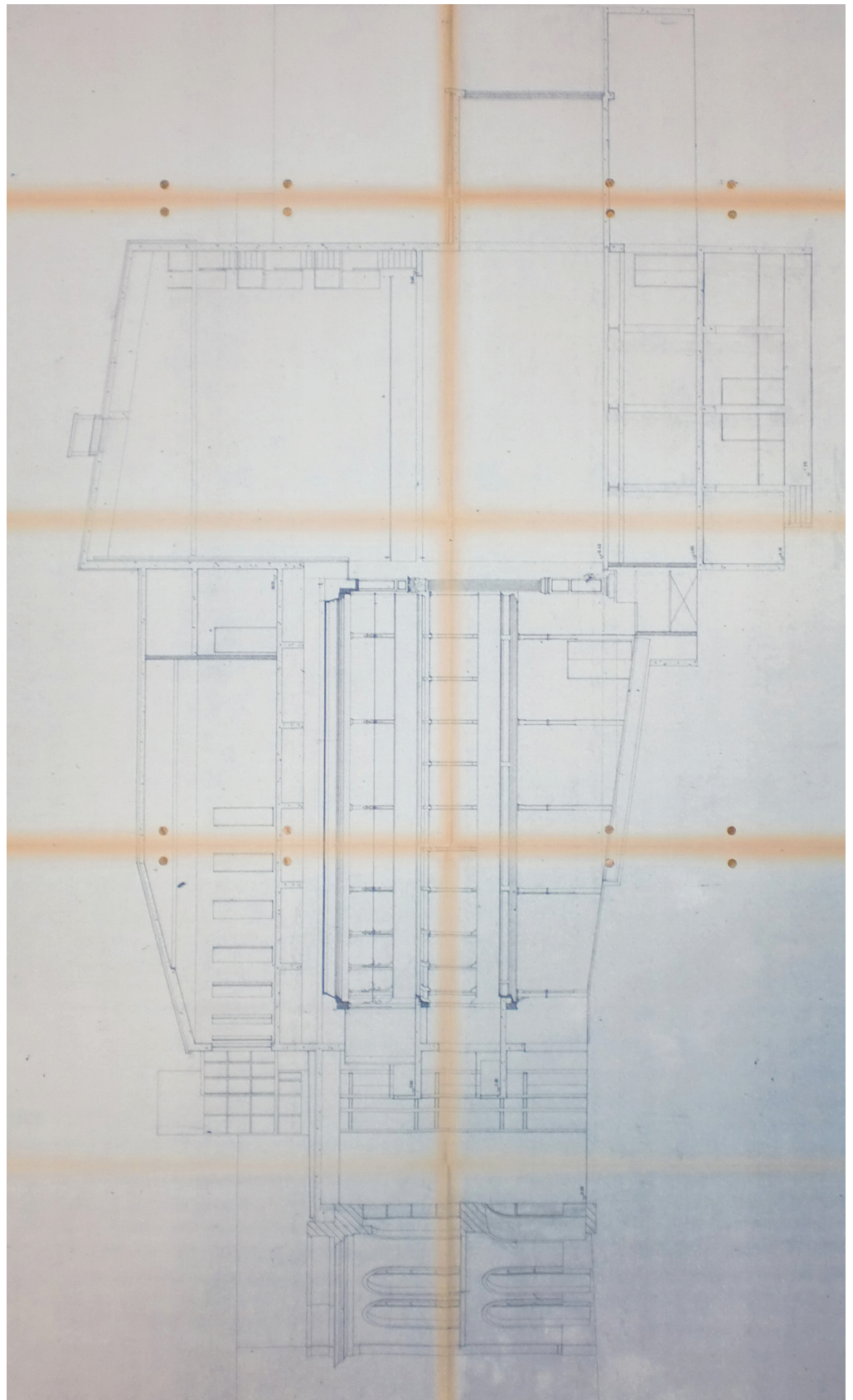
0 1 5

III.II. Planta ao nível da plateia



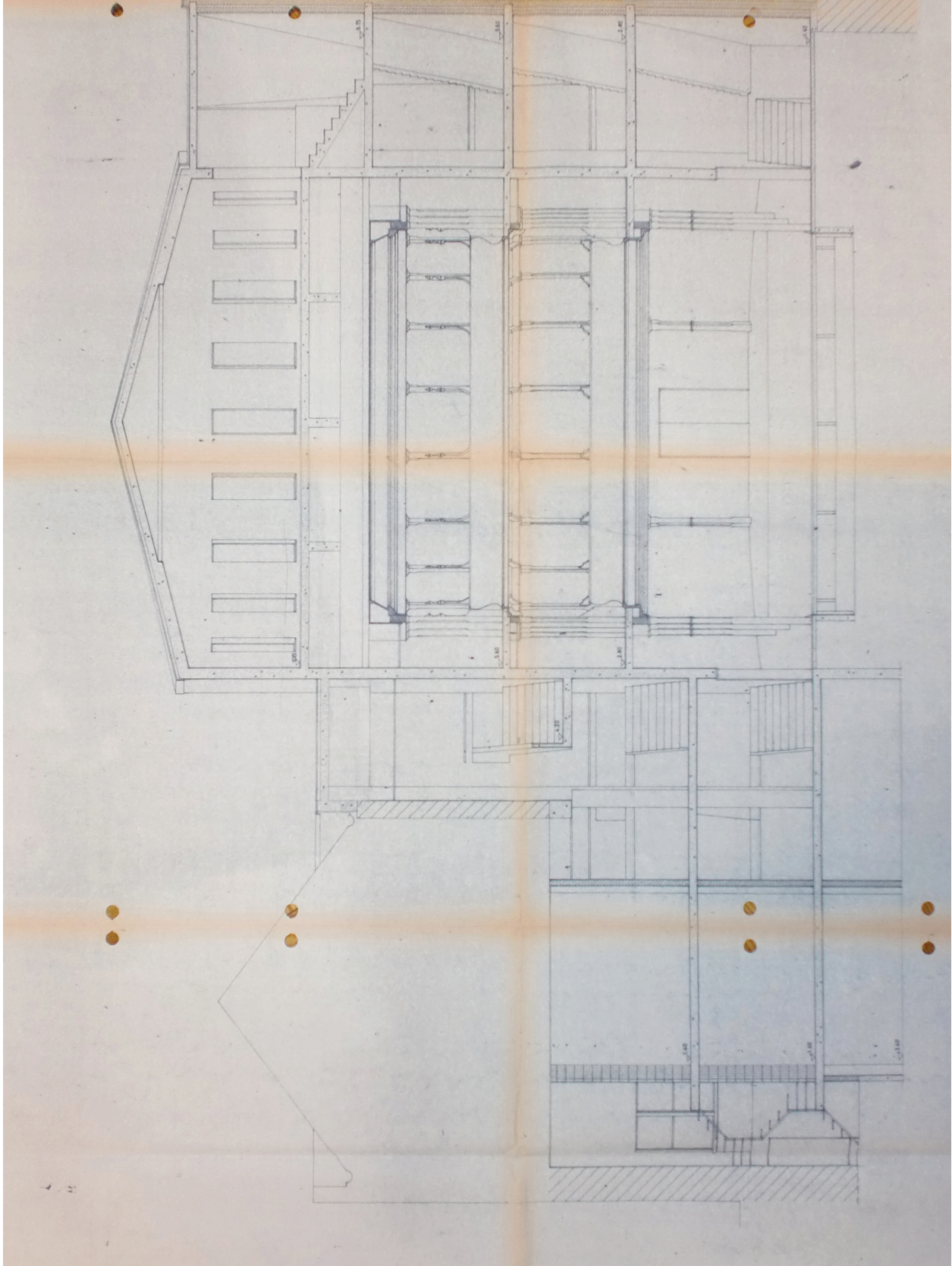
0 1 5

III.II. Planta ao nível dos camarotes

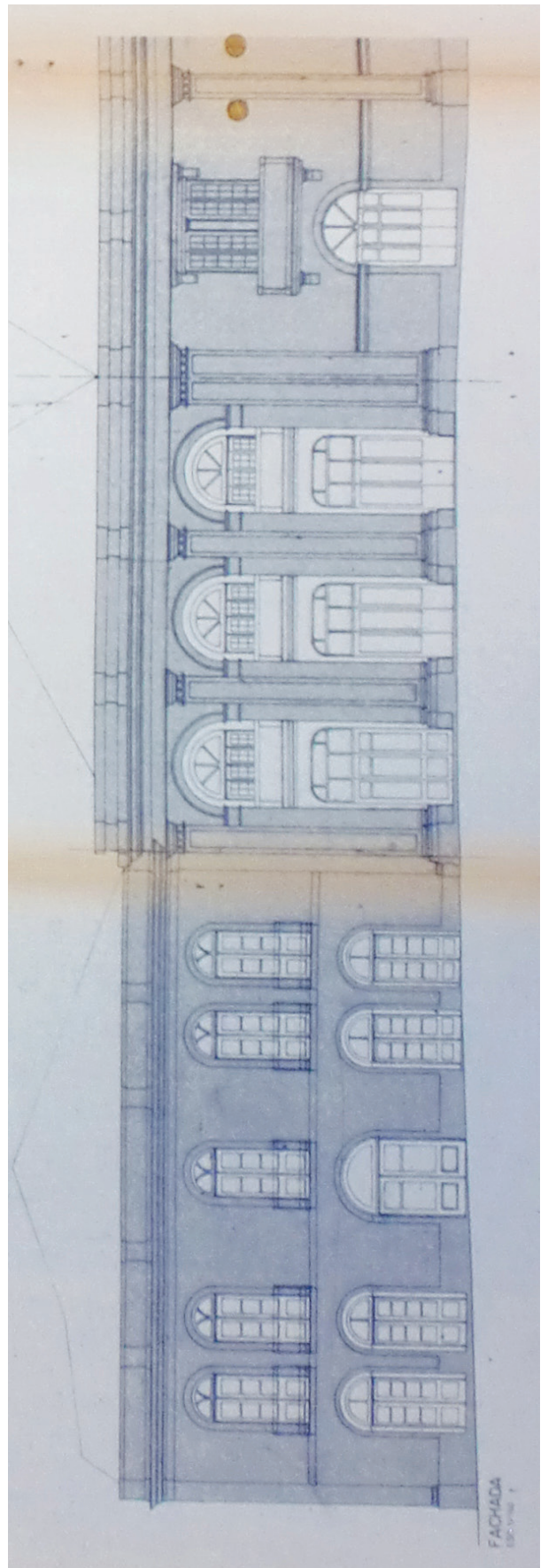


0 1 5

III.III. Corte longitudinal



III.III. Corte transversal



FACHADA
180/190/1

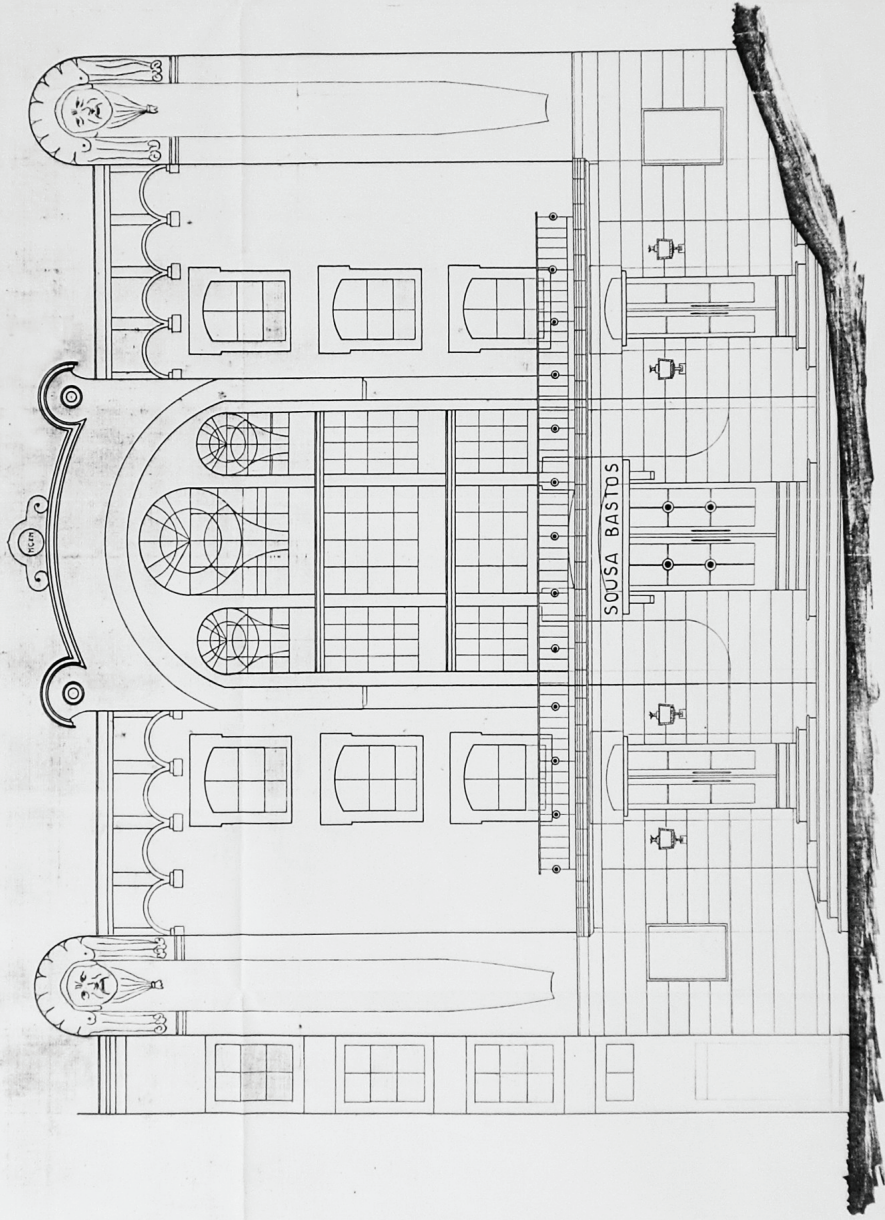


III.IV. Alçado principal

IV. Teatro Sousa Bastos

IV.I. Desenhos existentes no arquivo da CMC

PROJECTO REFERENTE AO CINE-TEATRO SOUSA BASTOS - BÉCO DAS CRUZES - COIMBRA



Alcázar
Sousa Bastos
Arquiteto

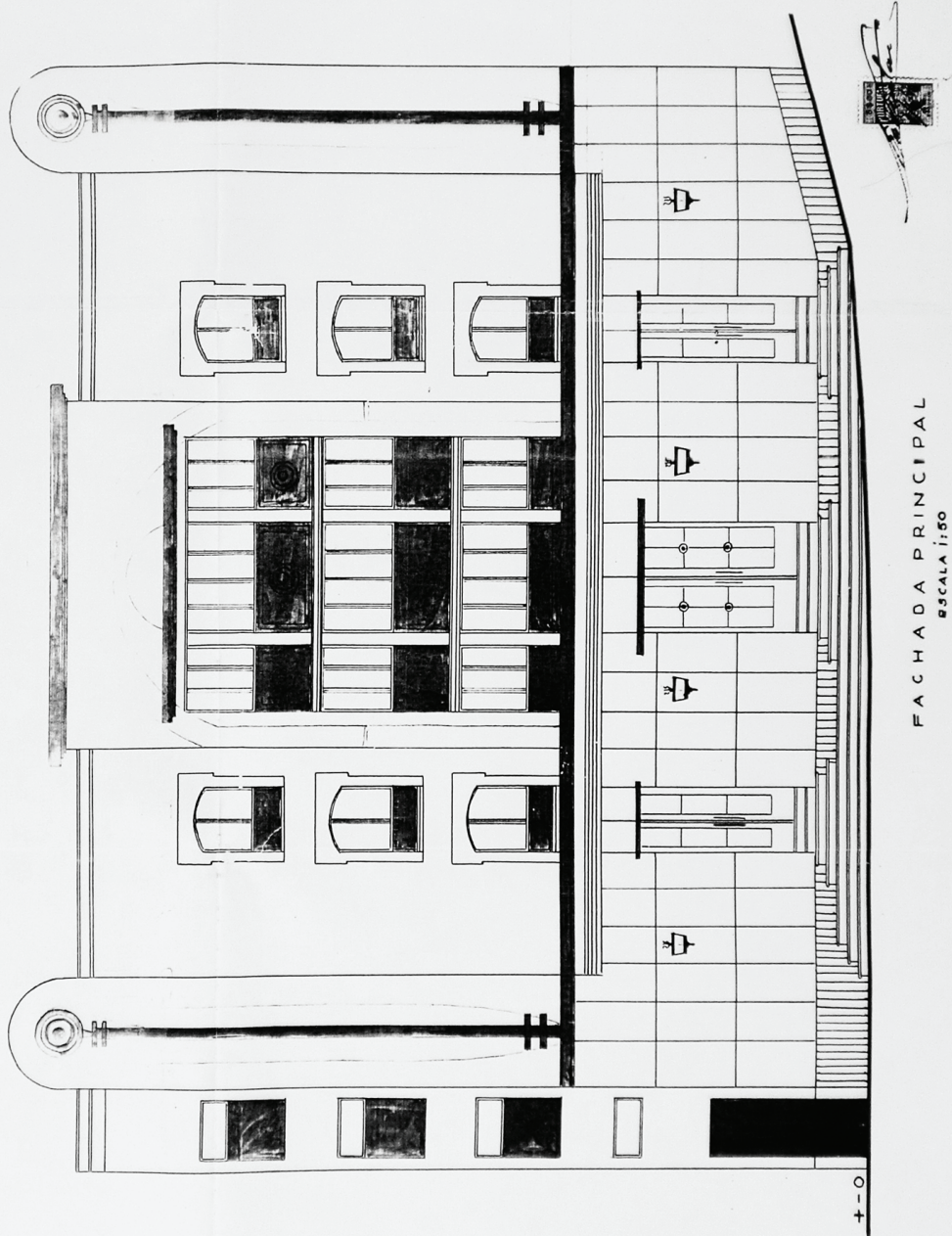
— FACHADA PRINCIPAL —

— ESCALA - 1:50 —



IV.I. Alçado original

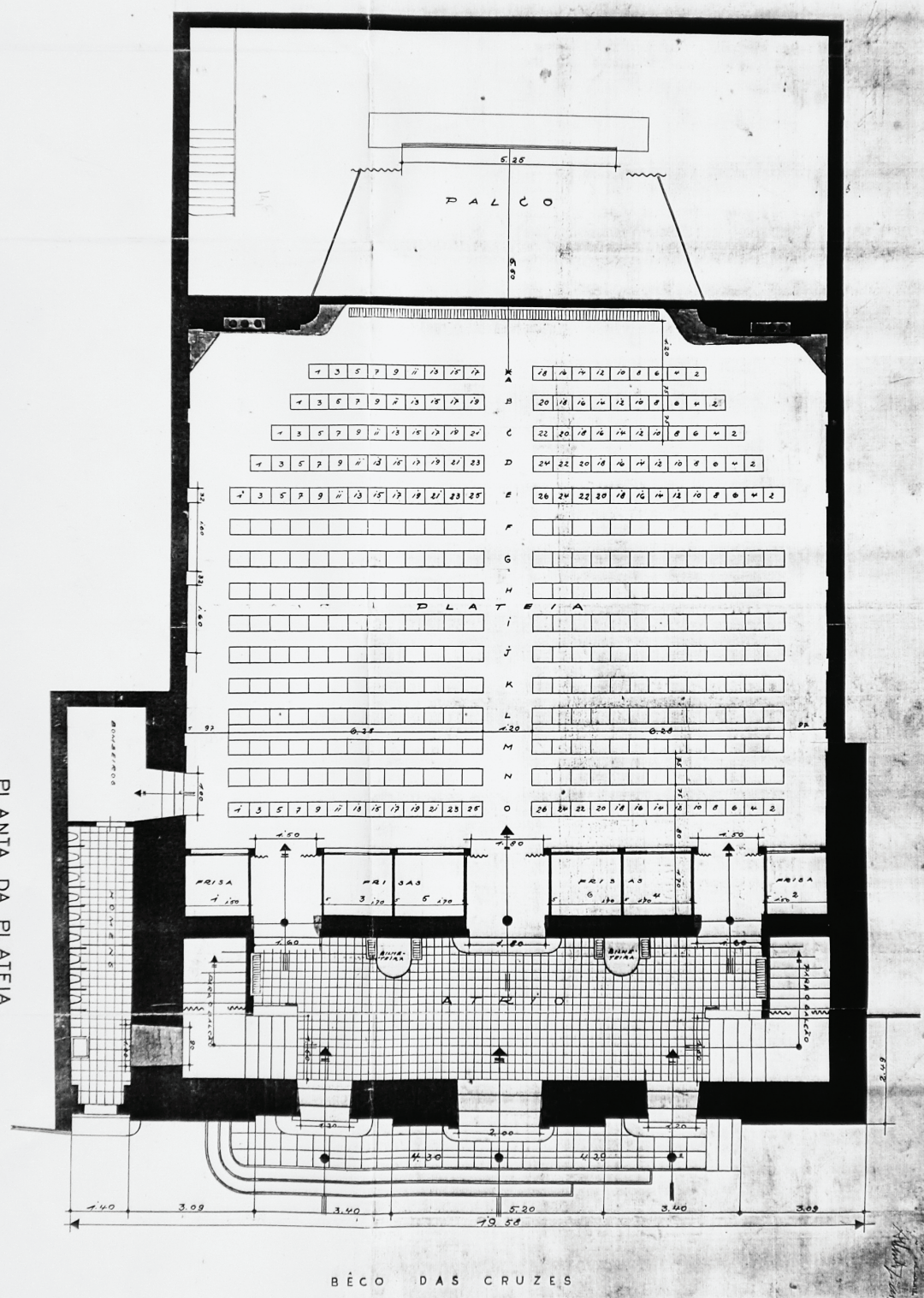
PROJECTO REFERENTE AO CINE-TEATRO
SOSA BASTOS
BECO DAS CRUZES-COIMBRA



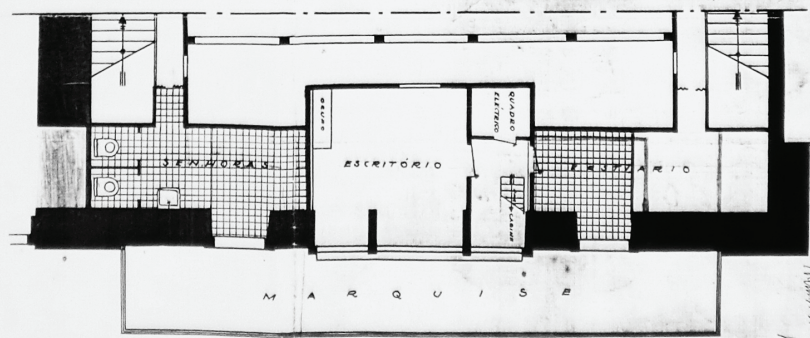
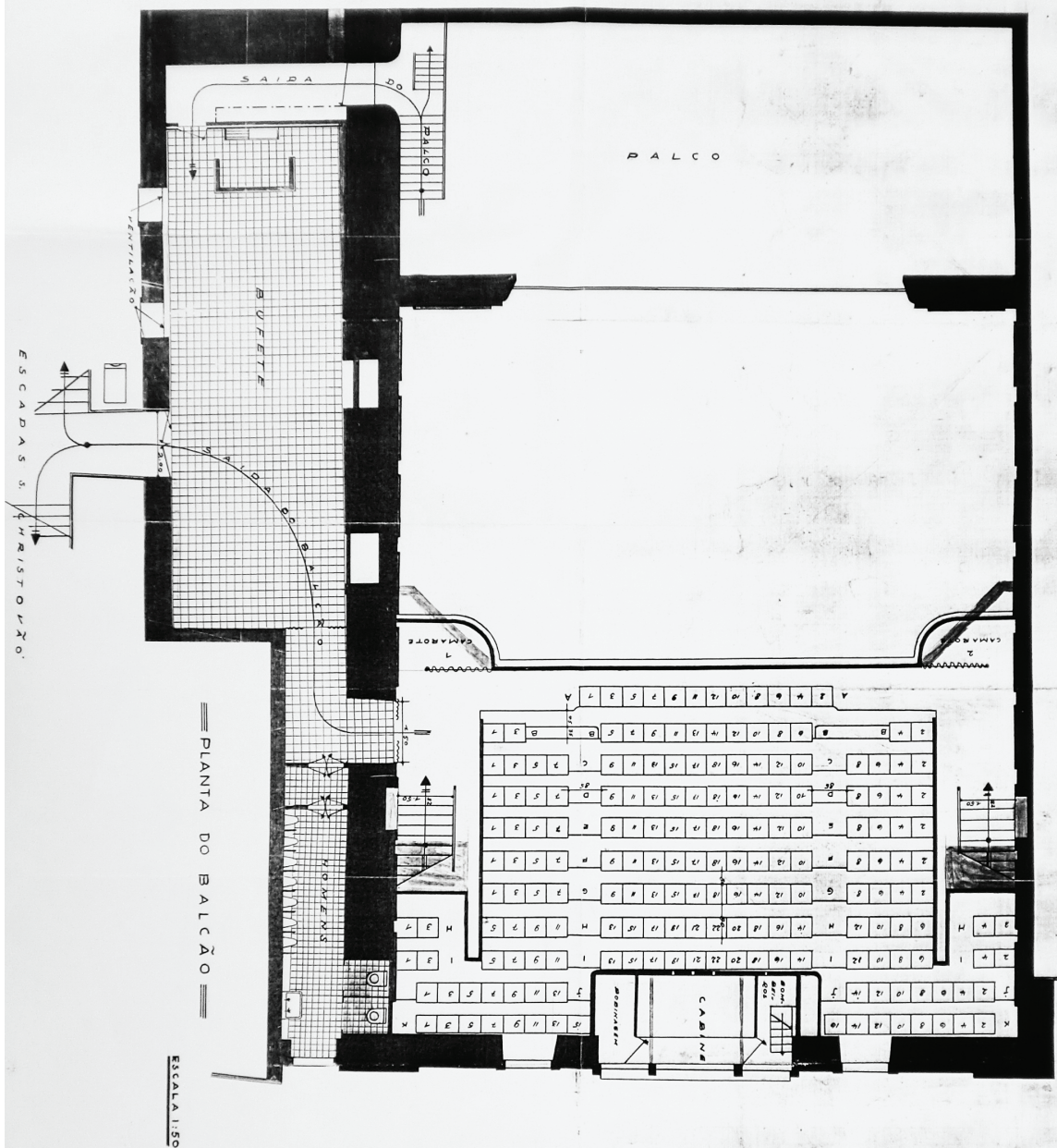
0 1 5

IV.I. Alçado após reforma da década de 1940

PLANTA DA PLATEIA
ESCALA 1/50



IV.I. Planta do piso térreo

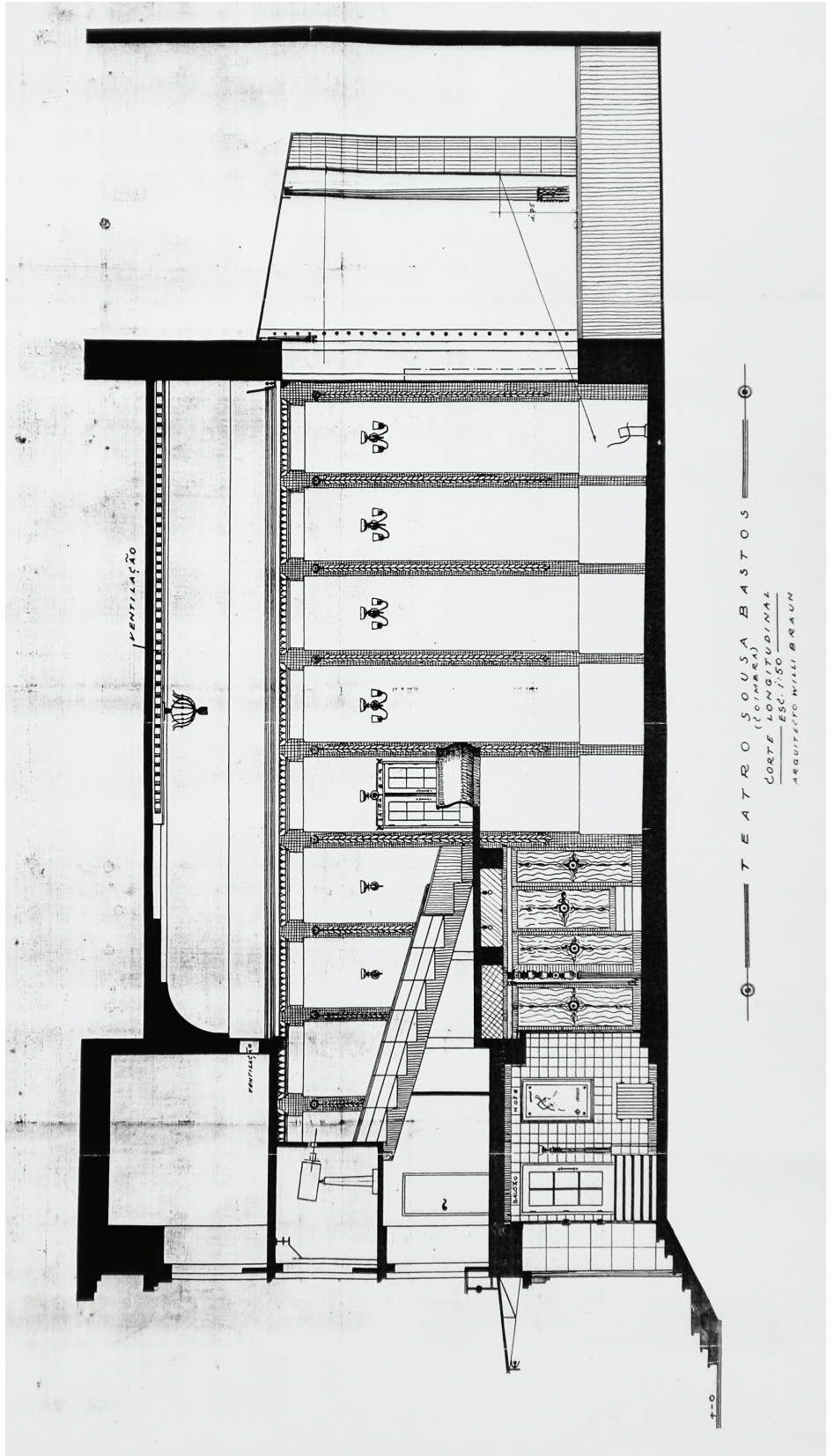


LUGARES:
CAMAROTE 150
BALCÃO 750
TOTAL 900

APROVADO
Esc. A. de 1931/36
M. de 1931/36

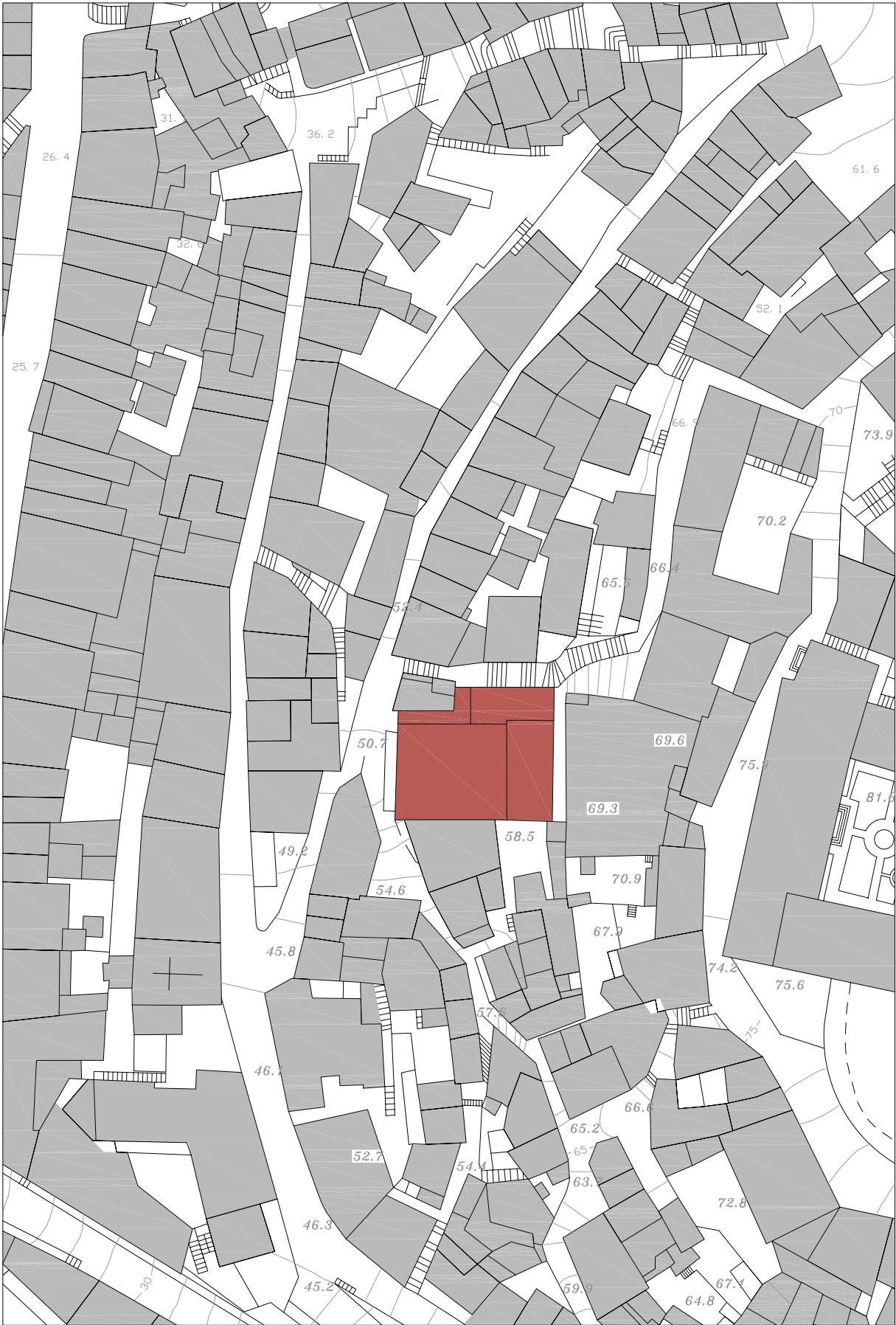
0 1 5

IV.I. Planta do piso 1 e piso 2



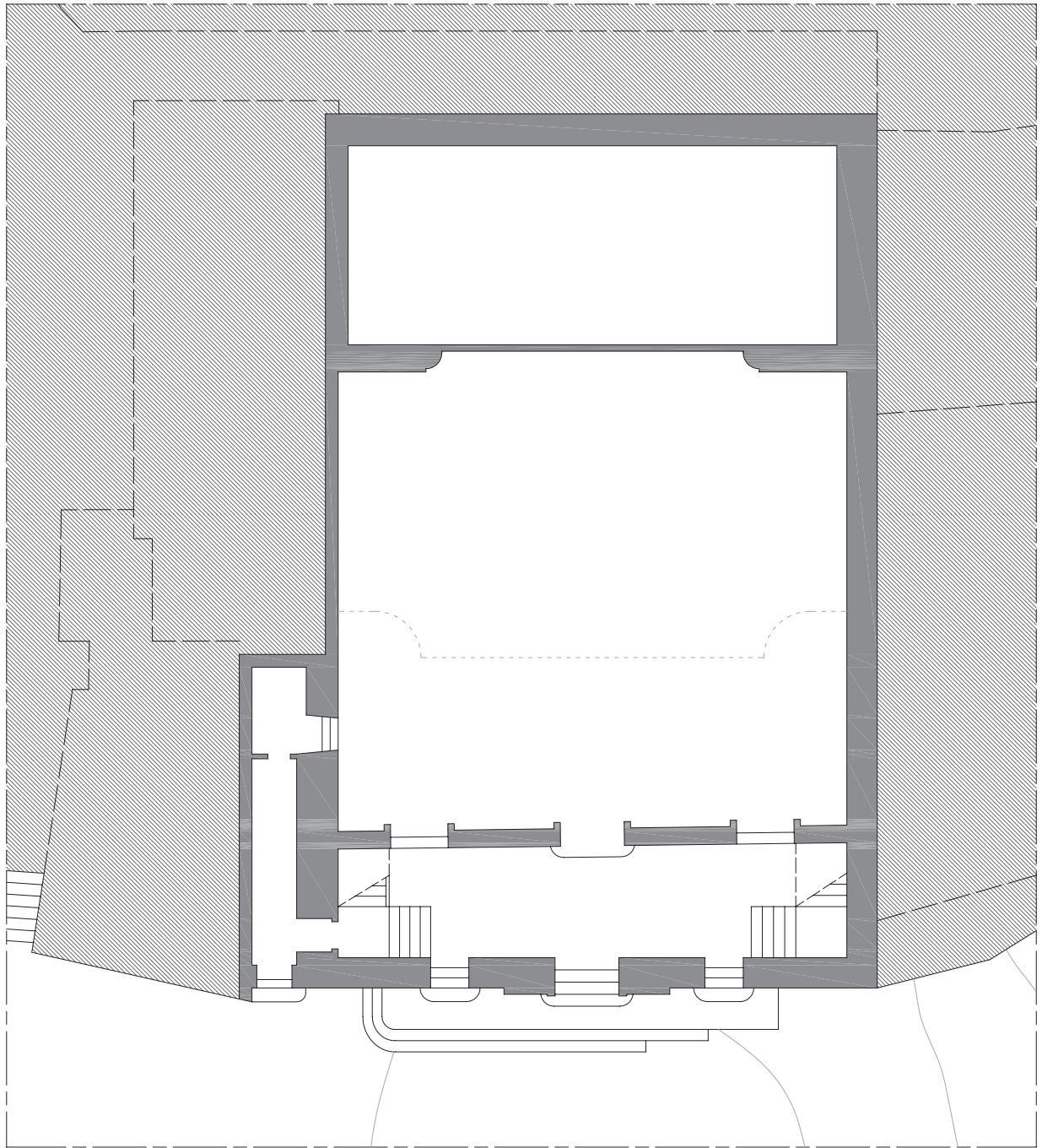
IV.I. Corte transversal

IV.II. Estado Actual



Implantação
Escala 1:1000

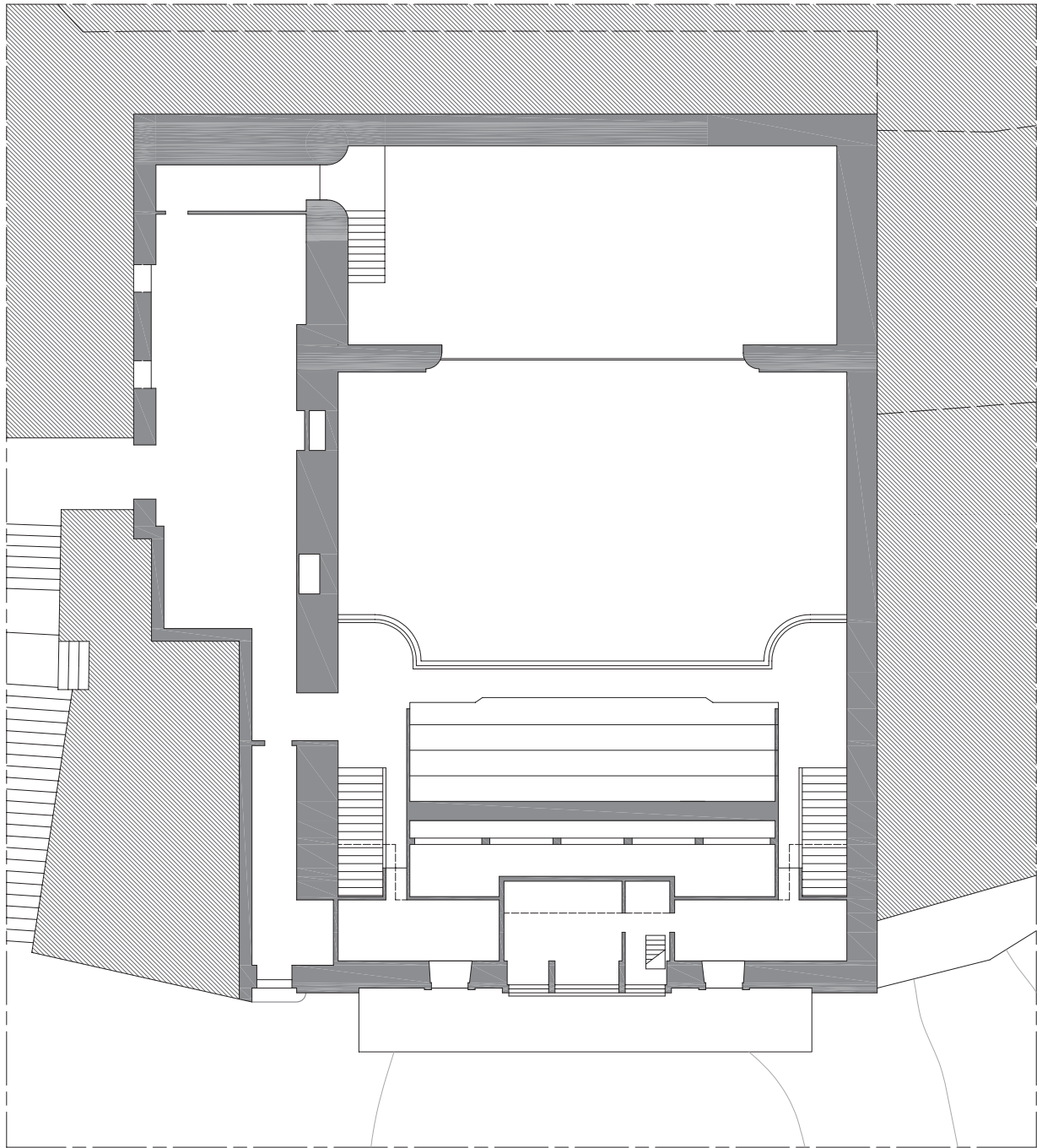




Teatro Sousa Bastos - Estado actual

Piso 0
Escala 1:200

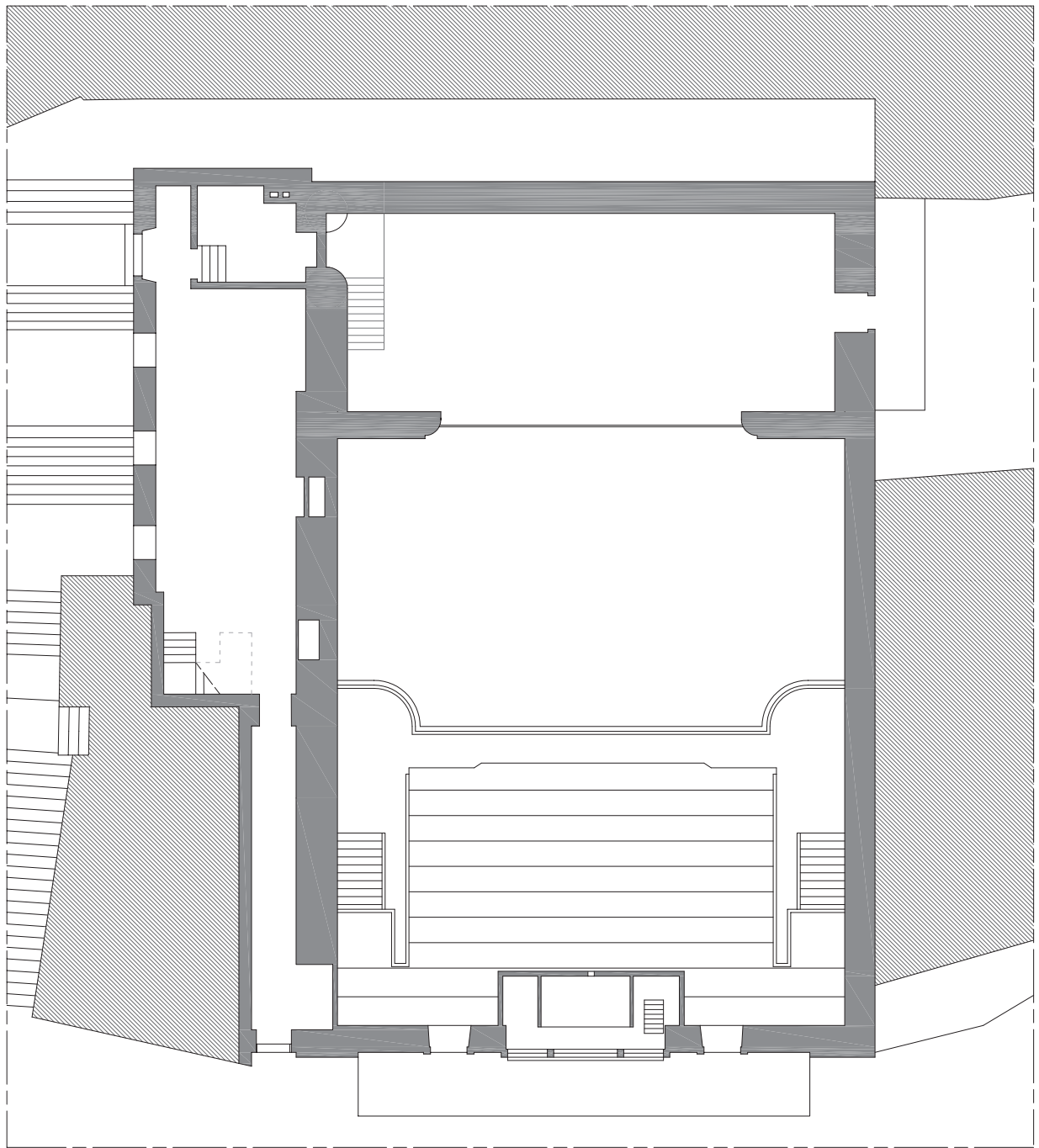




Teatro Sousa Bastos - Estado actual

Piso 1
Escala 1:200

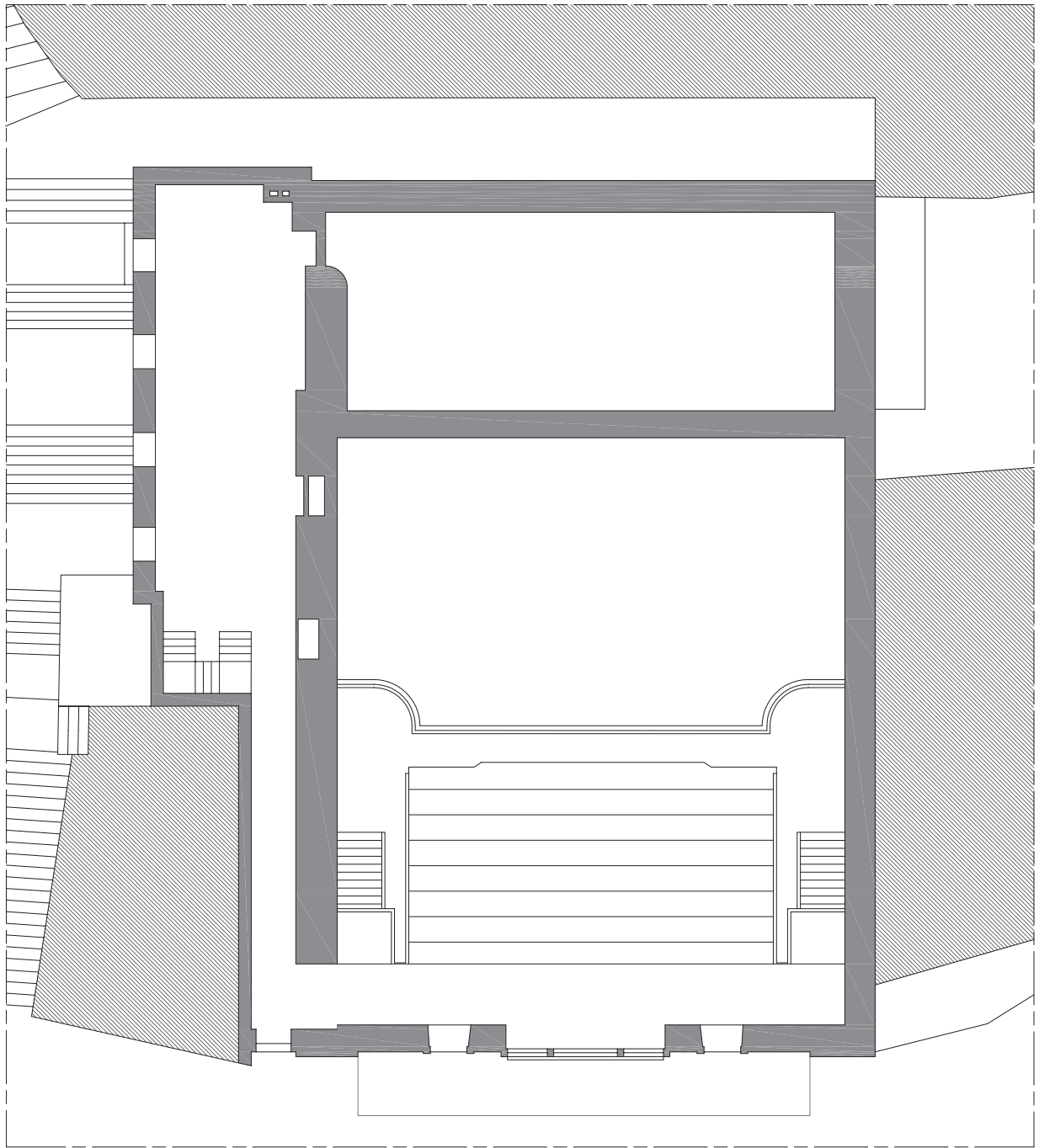




Teatro Sousa Bastos - Estado actual

Piso 2
Escala 1:200

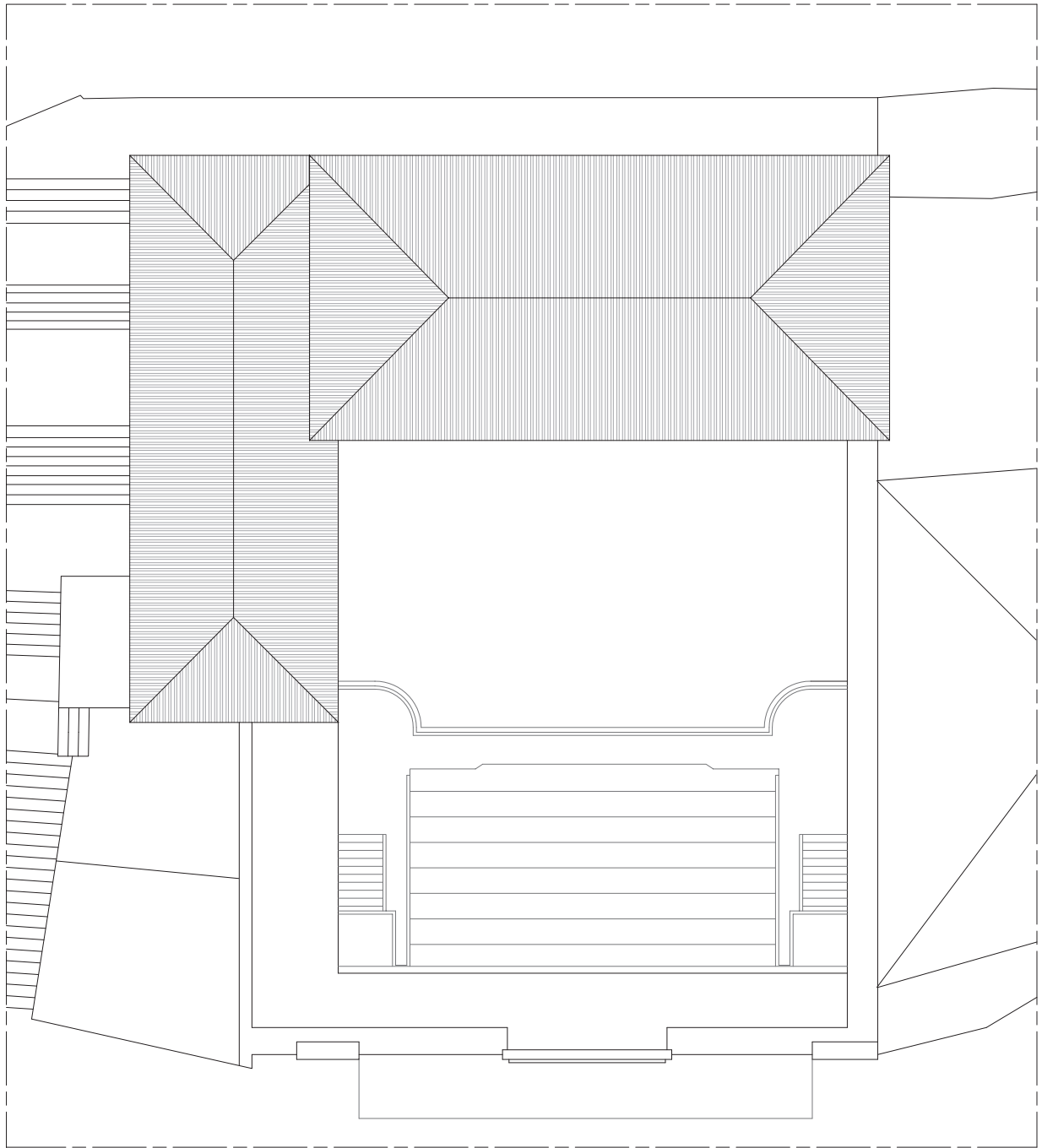




Teatro Sousa Bastos - Estado actual

Piso 3
Escala 1:200





Teatro Sousa Bastos - Estado actual

Cobertura
Escala 1:200



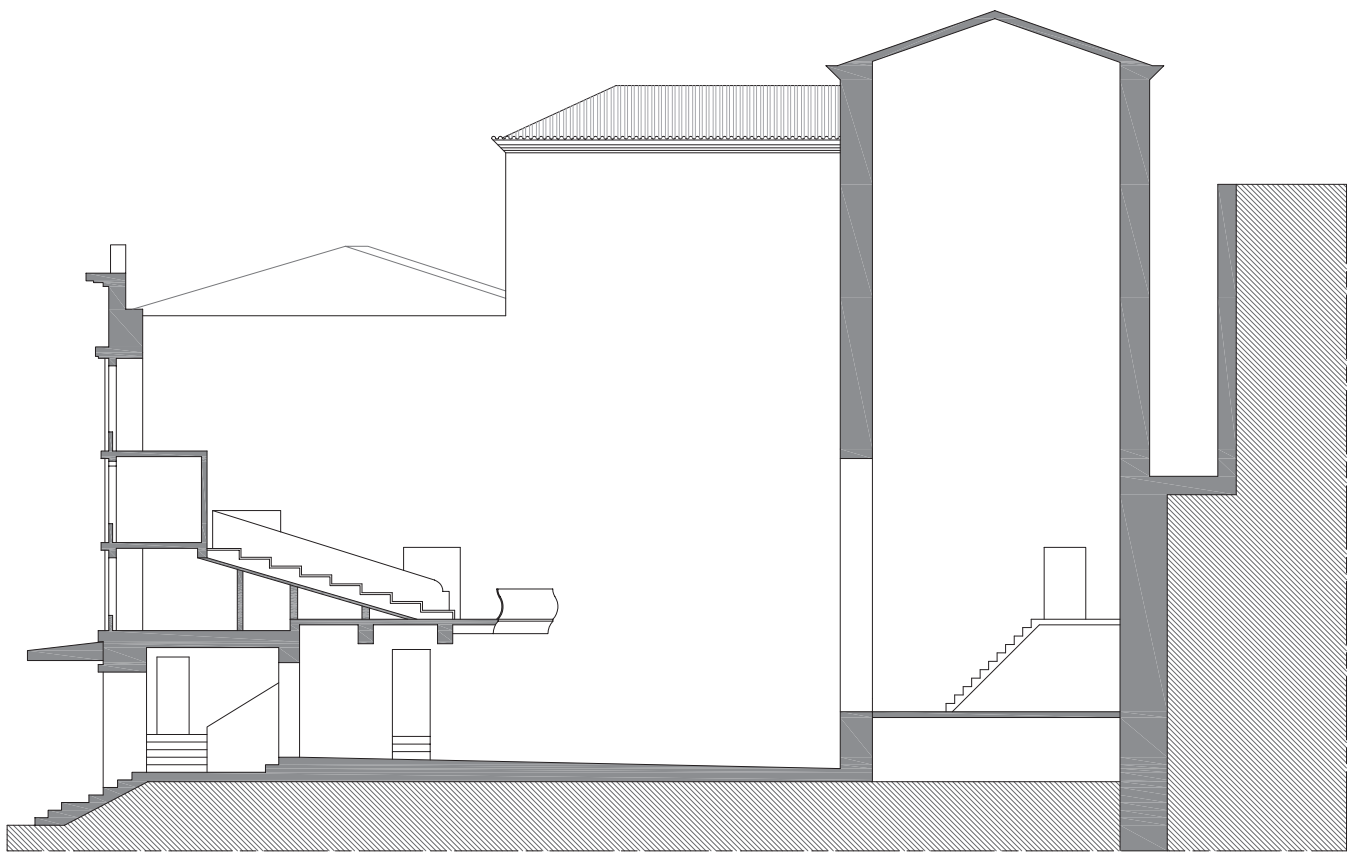


Alçado Lateral (Sul)



Teatro Sousa Bastos - Estado actual

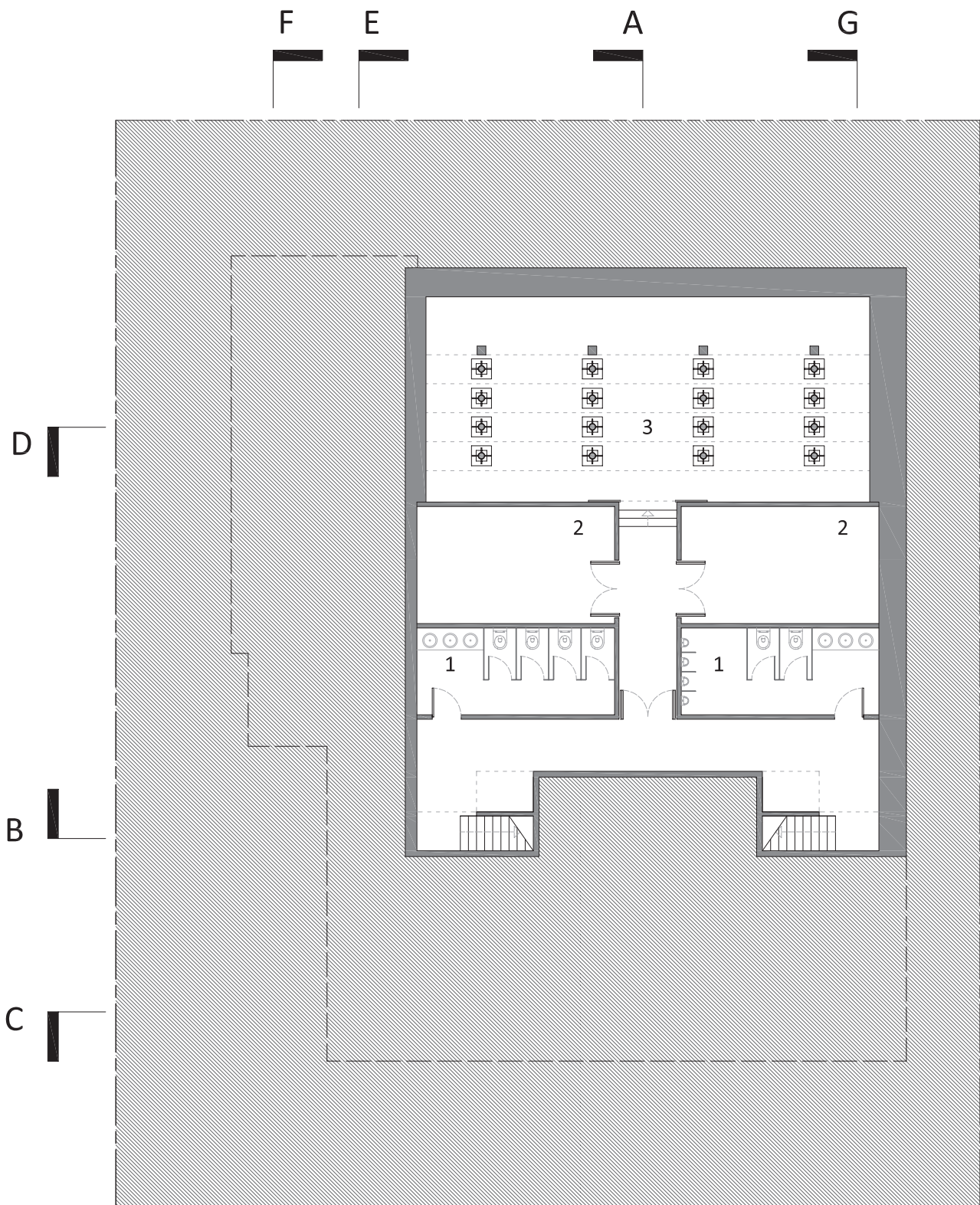
Alçado Principal (Oeste)
Escala 1:200



Teatro Sousa Bastos - Estado actual

Corte
Escala 1:200

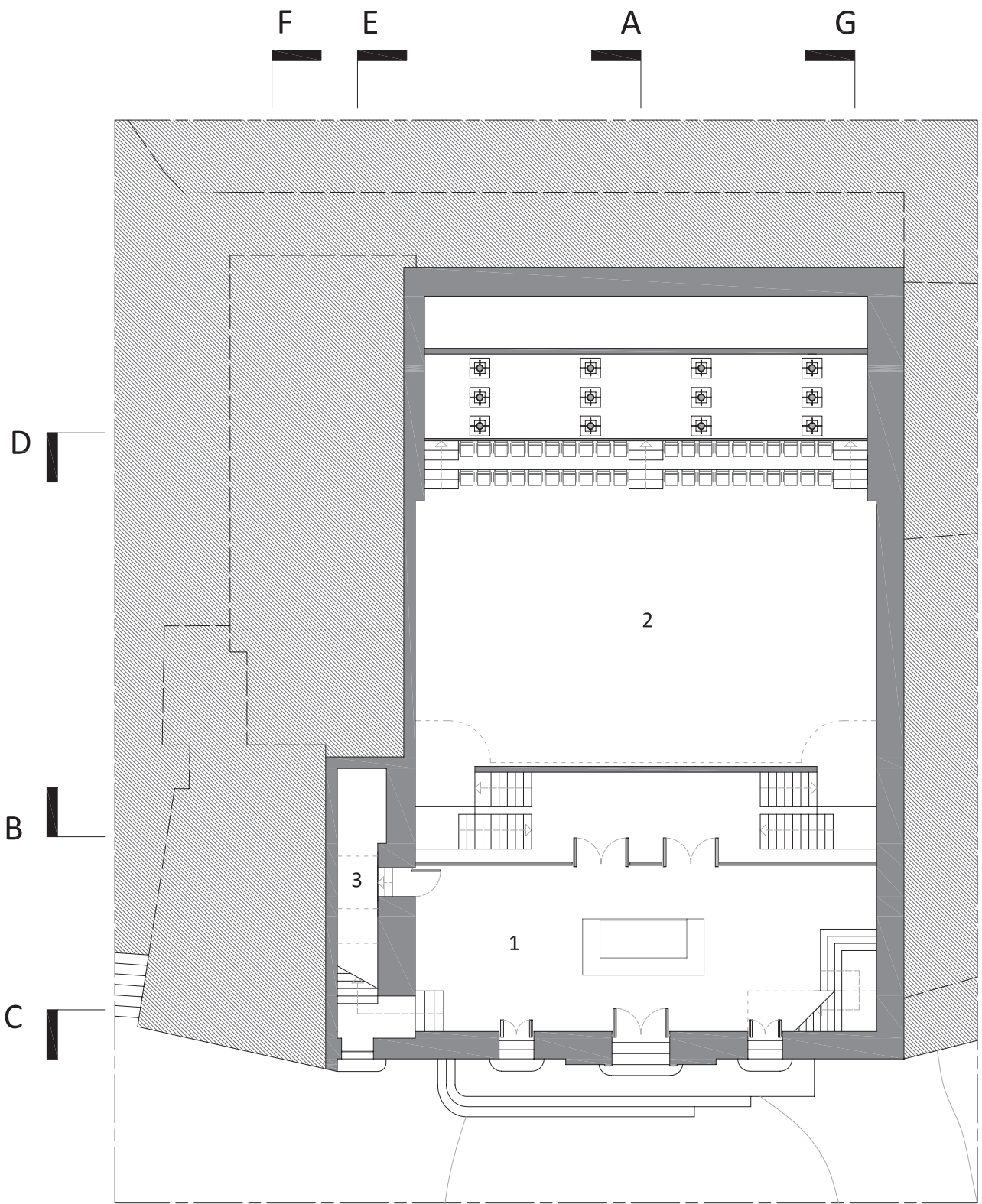
IV.III. Proposta de intervenção



- 1. Instalações Sanitárias
- 2. Arrumos
- 3. Zona técnica do sistema hidráulico

Piso -1
Escala 1:200

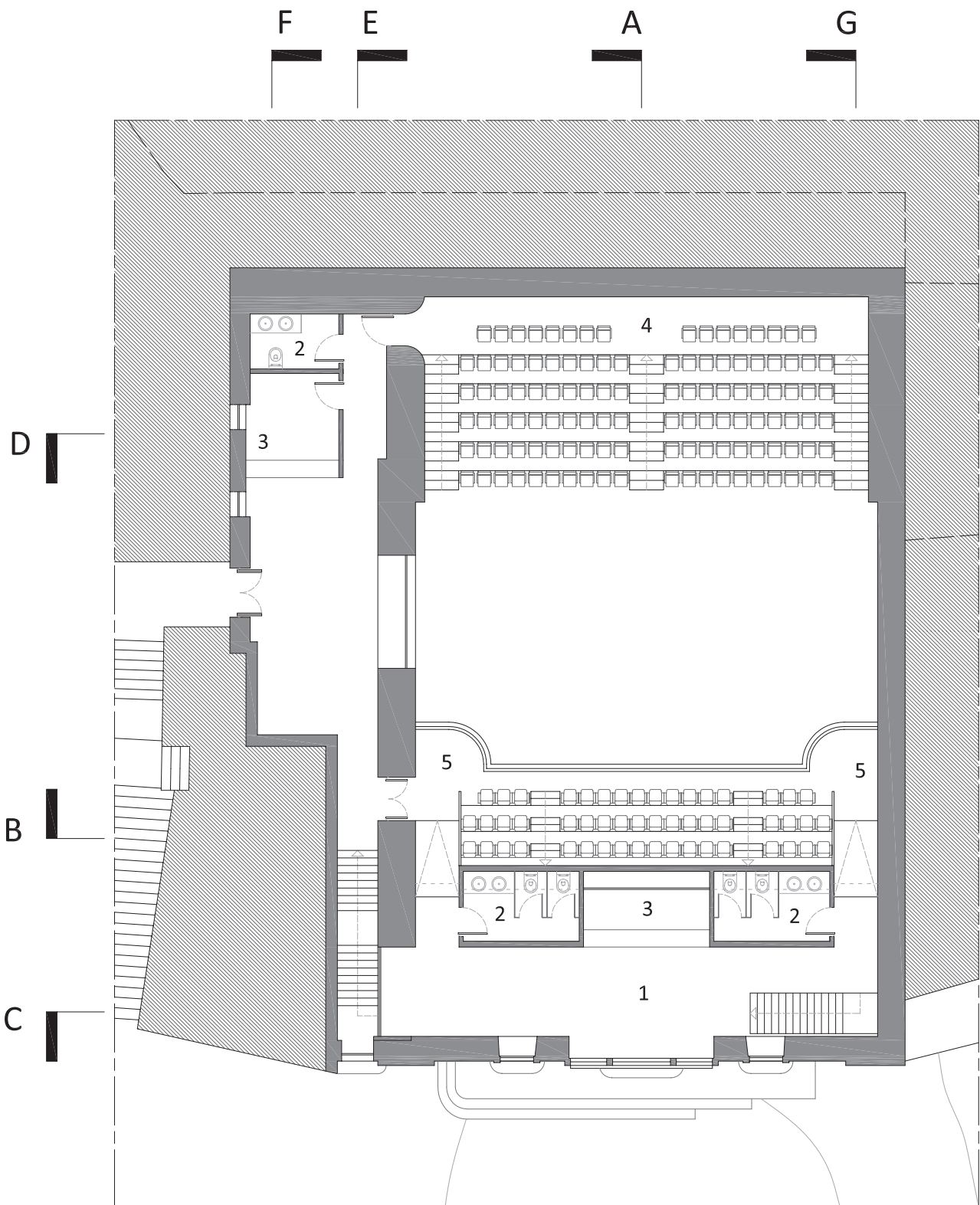




- 1. Átrio
- 2. Plateia / Palco
- 3. Arrumos

Piso 0
Escala 1:200

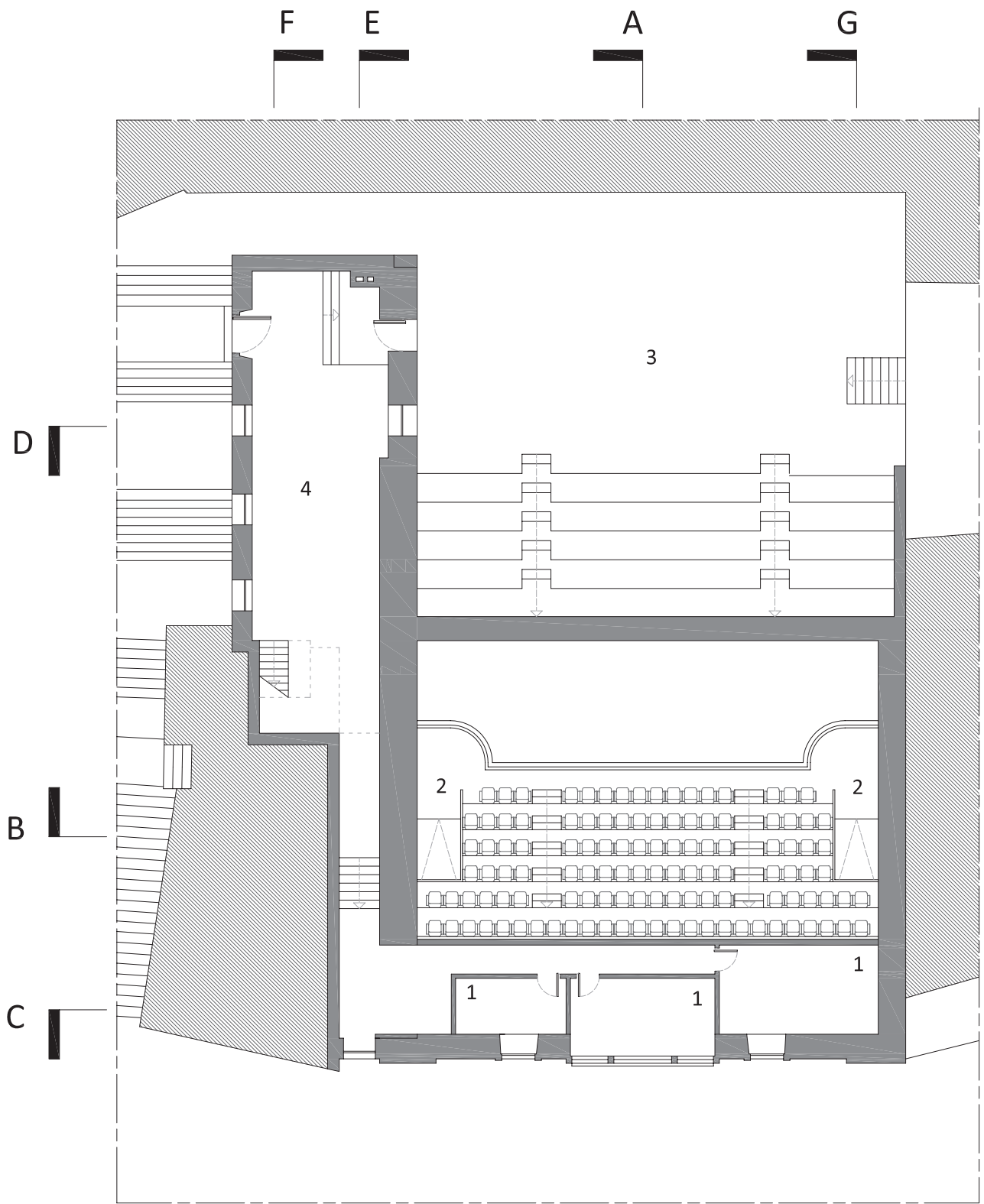




- 1. Zona de estar
- 2. Instalações sanitárias
- 3. Bar
- 4. Bancada móvel
- 5. Balcão

Piso 1
Escala 1:200

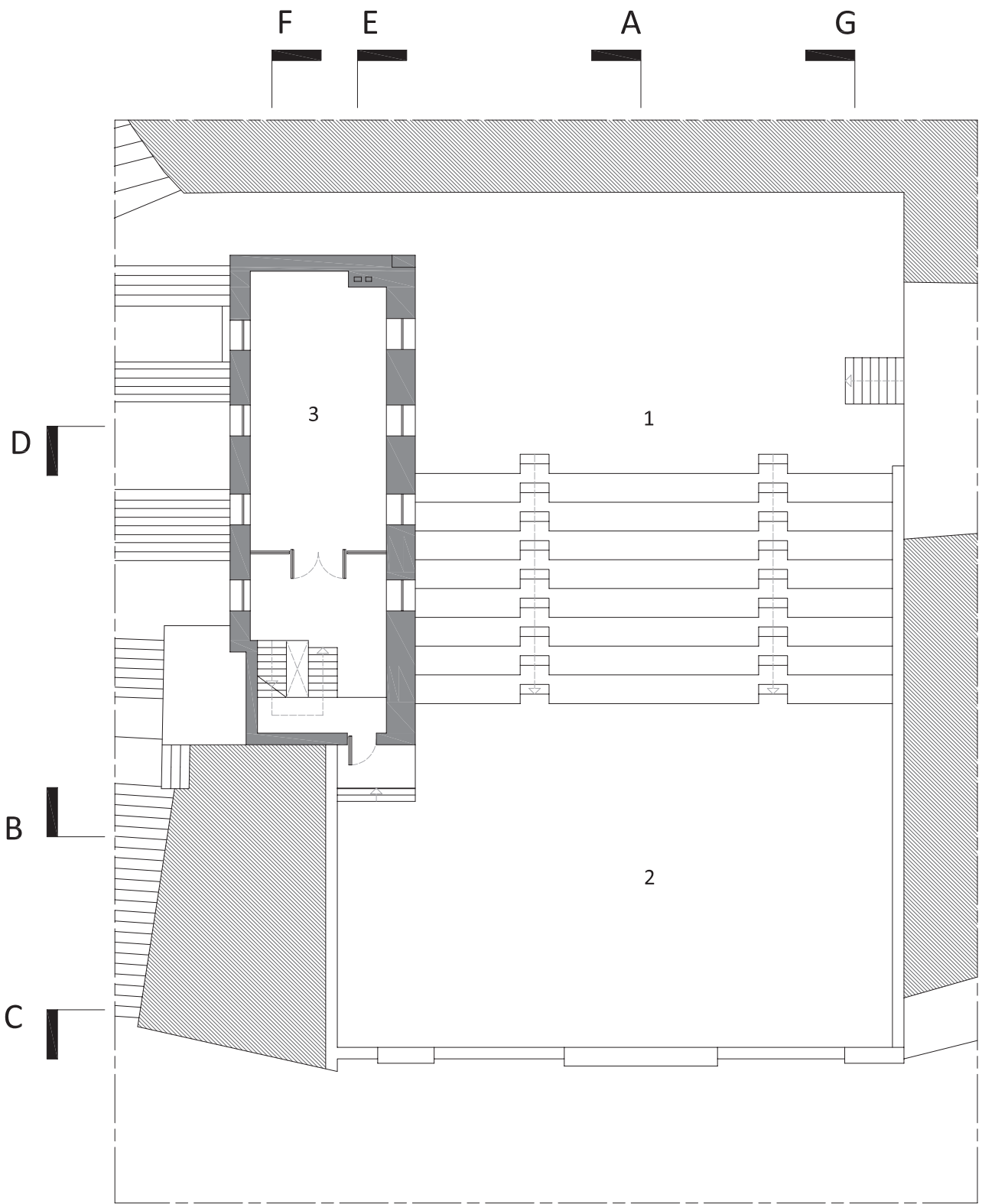




- 1. Zona administrativa
- 2. Balcão
- 3. Auditório exterior
- 4. Espaço de exposições / eventos

Piso 2
Escala 1:200

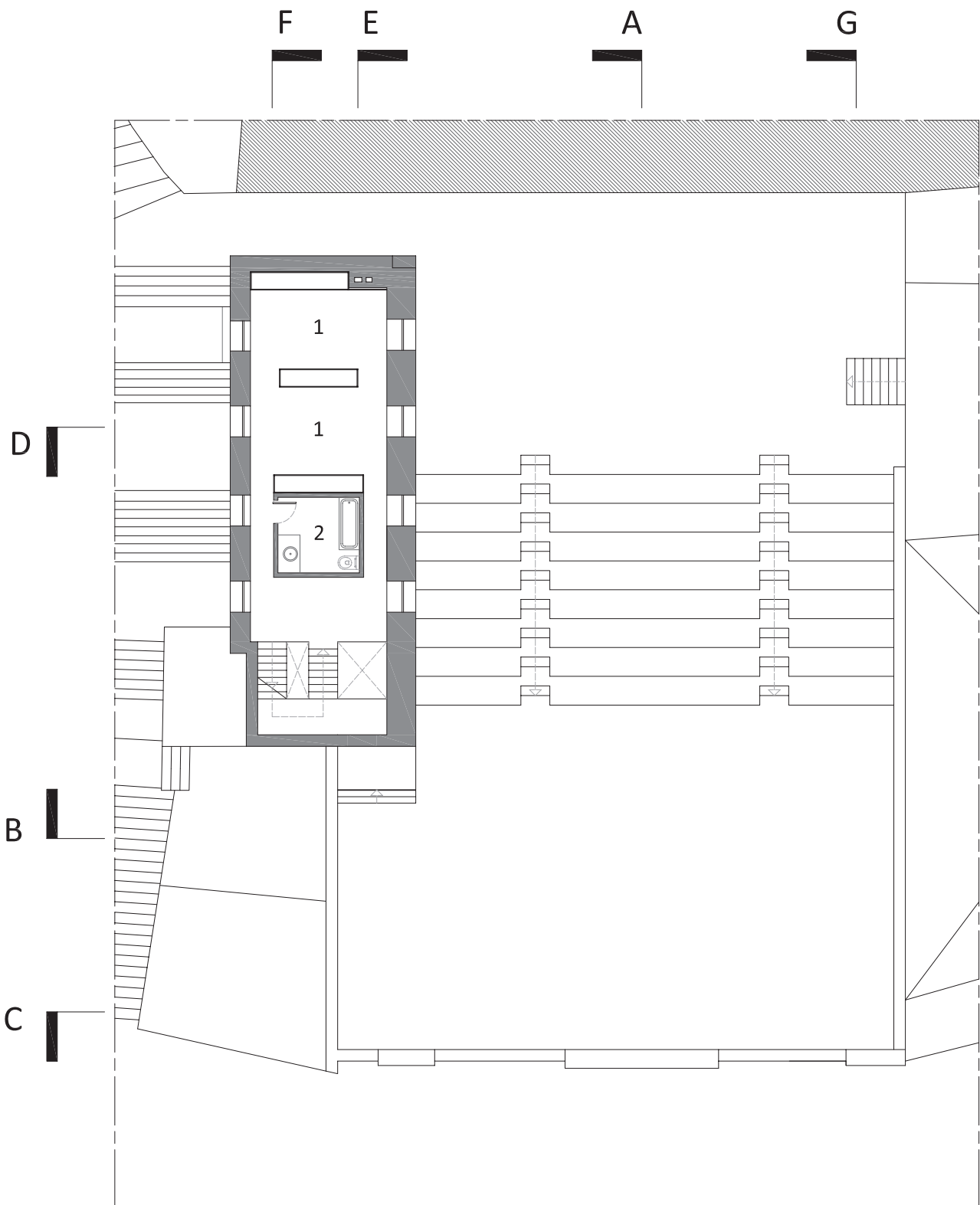




- 1. Auditório
- 2. Espaço exterior
- 3. Sala de ensaios

Piso 3
Escala 1:200

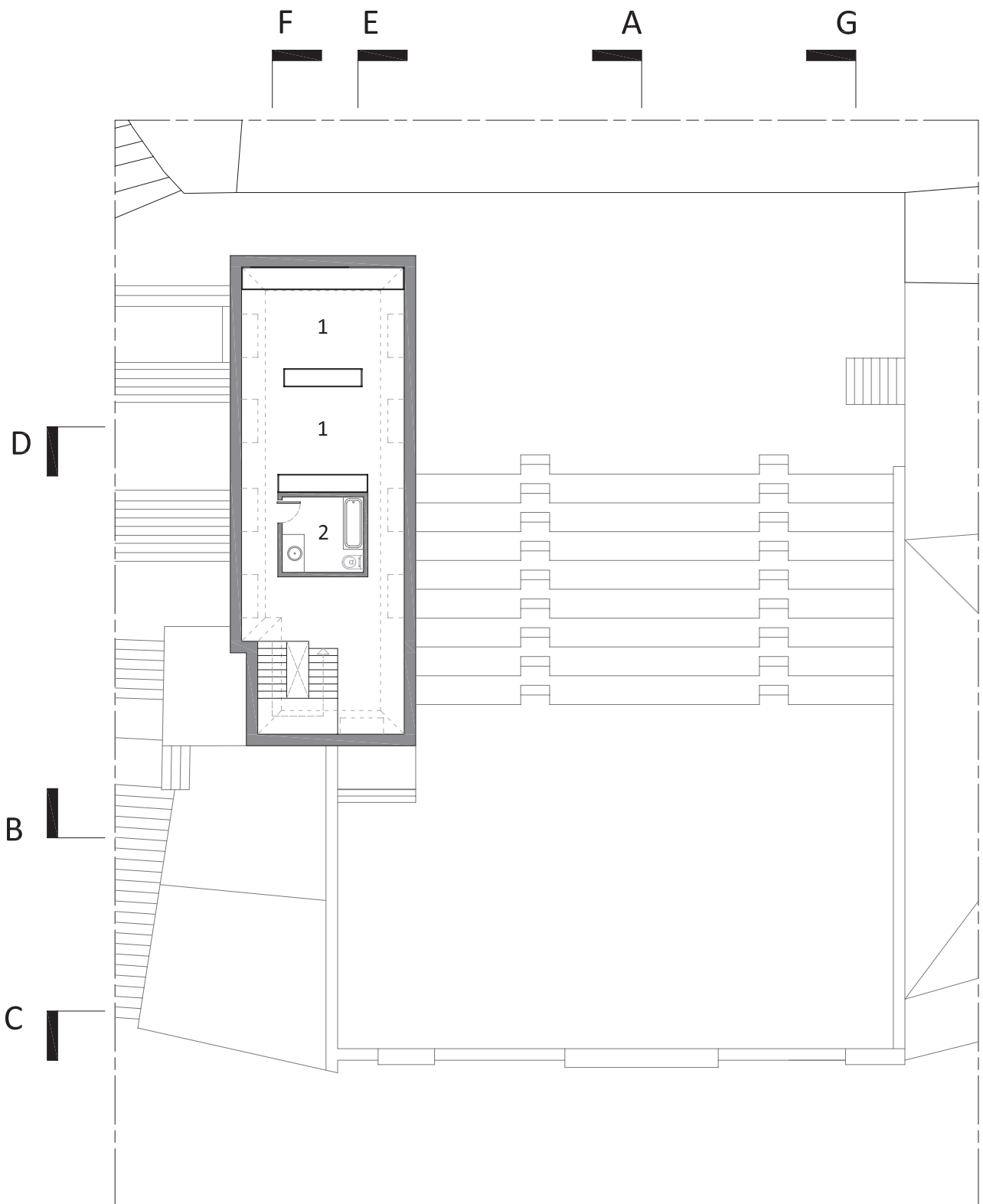




- 1. Quarto
- 2. Instalação sanitária

Piso 4
Escala 1:200

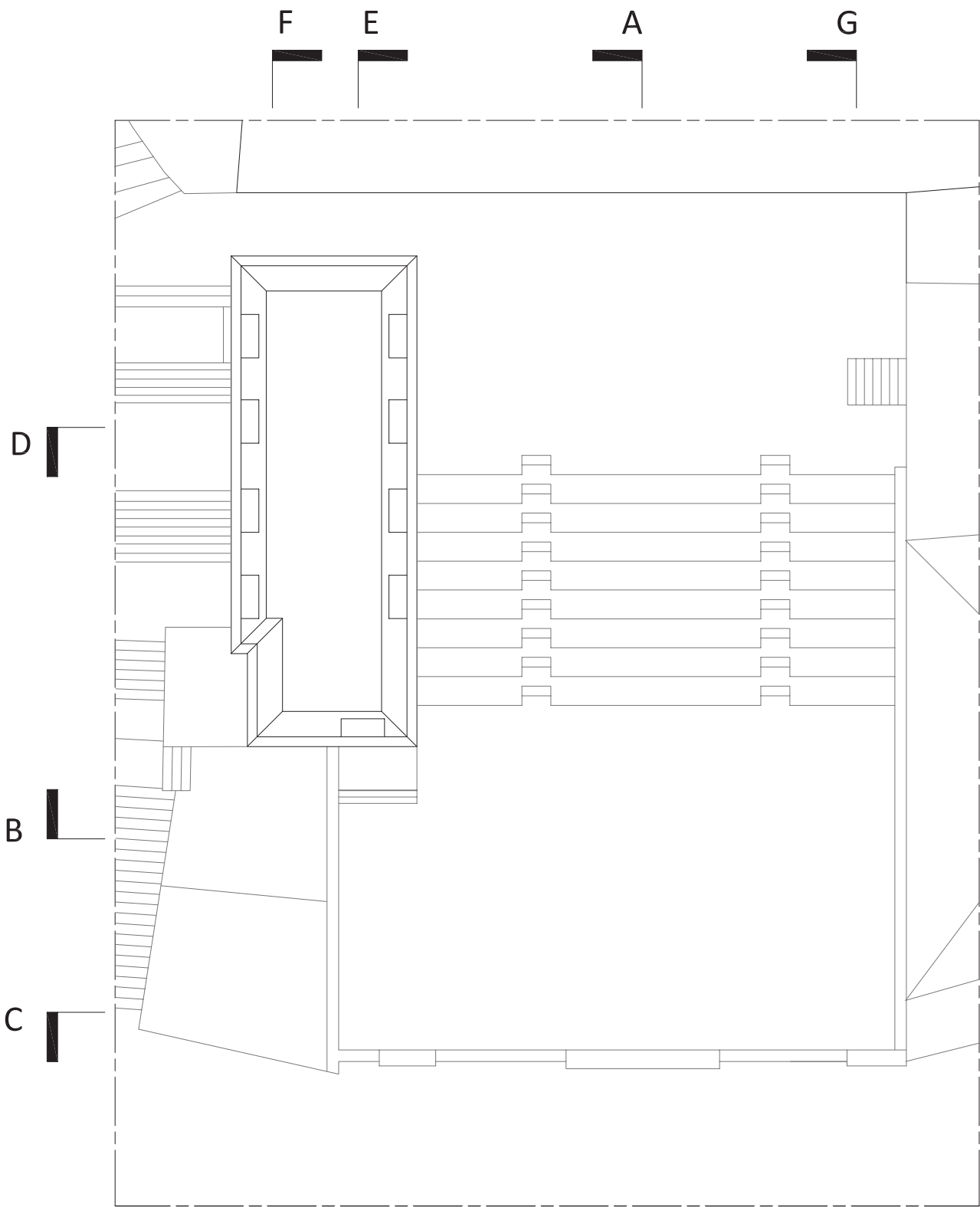




- 1. Quarto
- 2. Instalação sanitária

Piso 5
Escala 1:200





Cobertura
Escala 1:200





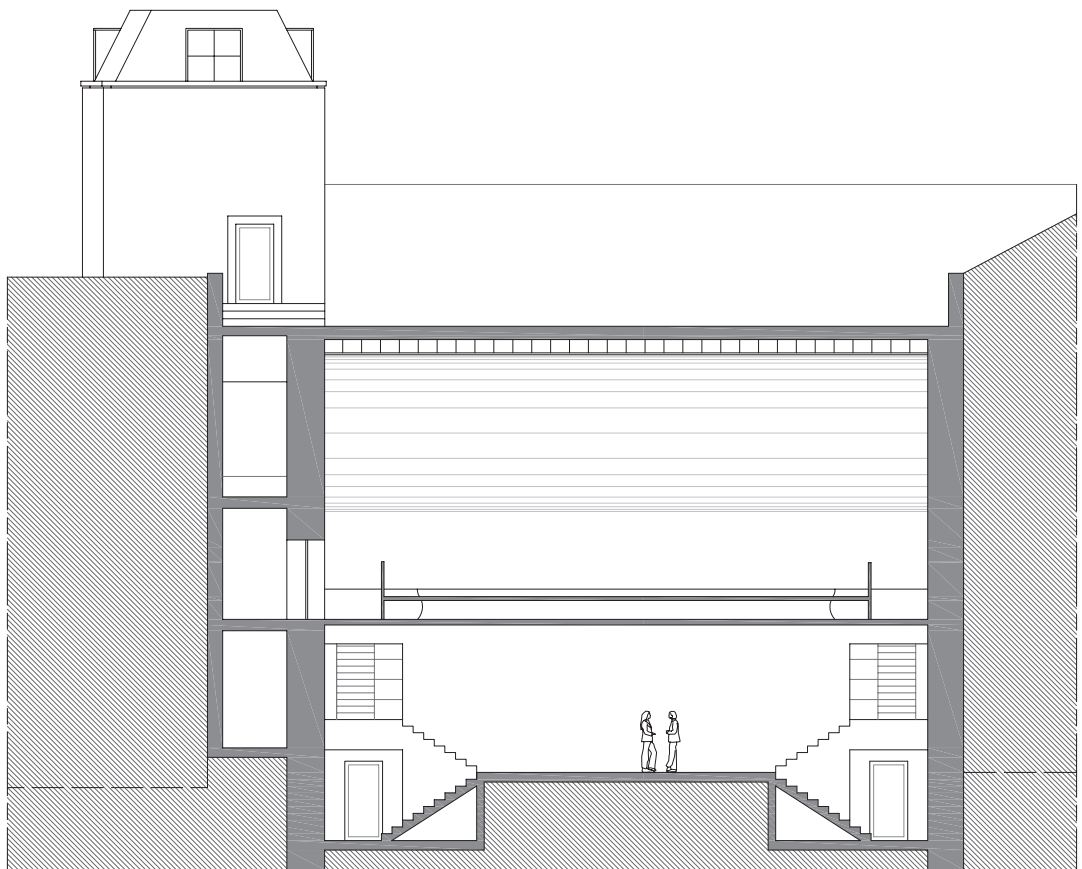
Alçado Principal (Oeste)



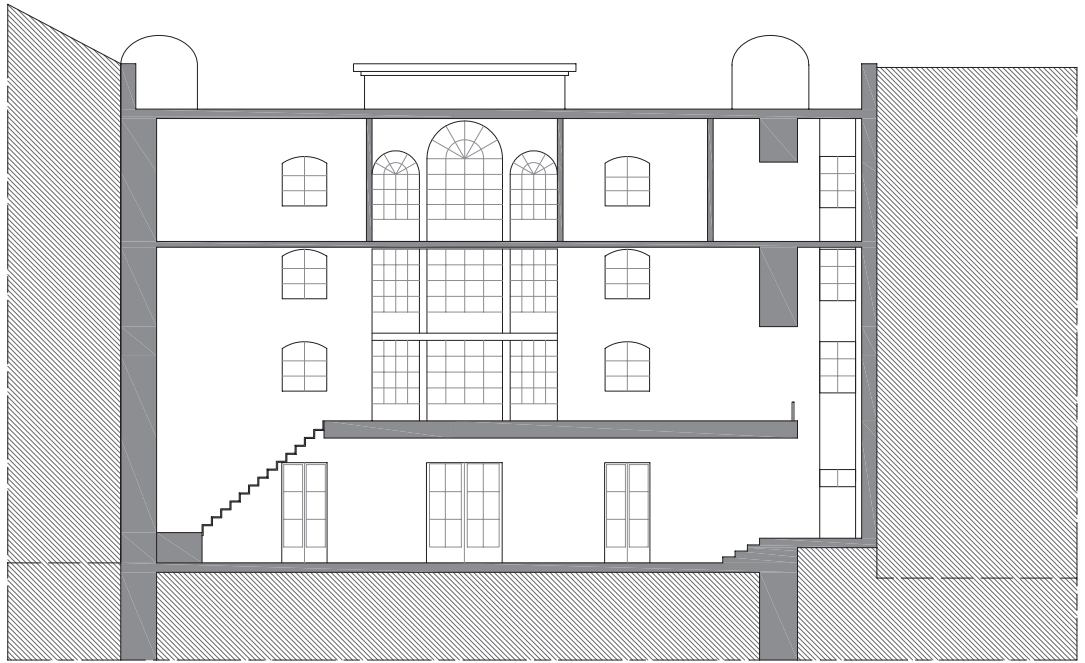
Alçado Lateral (Sul)
Escala 1:200



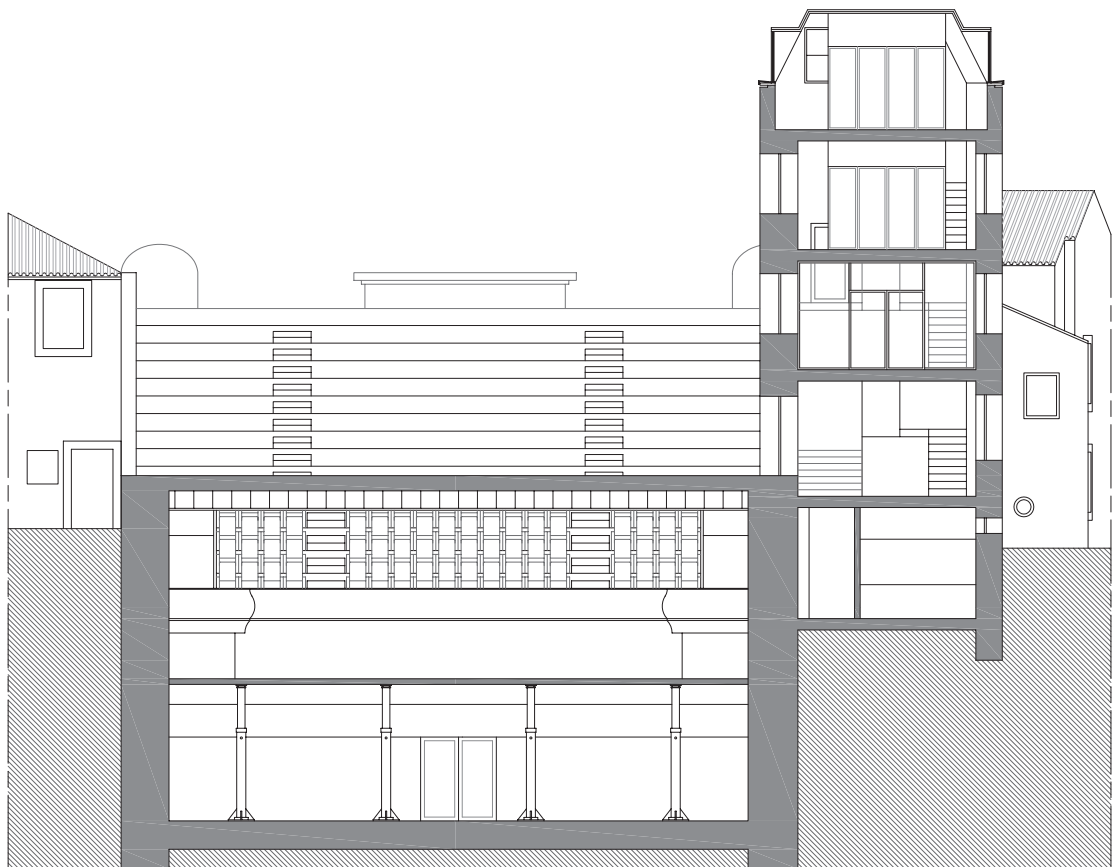
Corte AA'



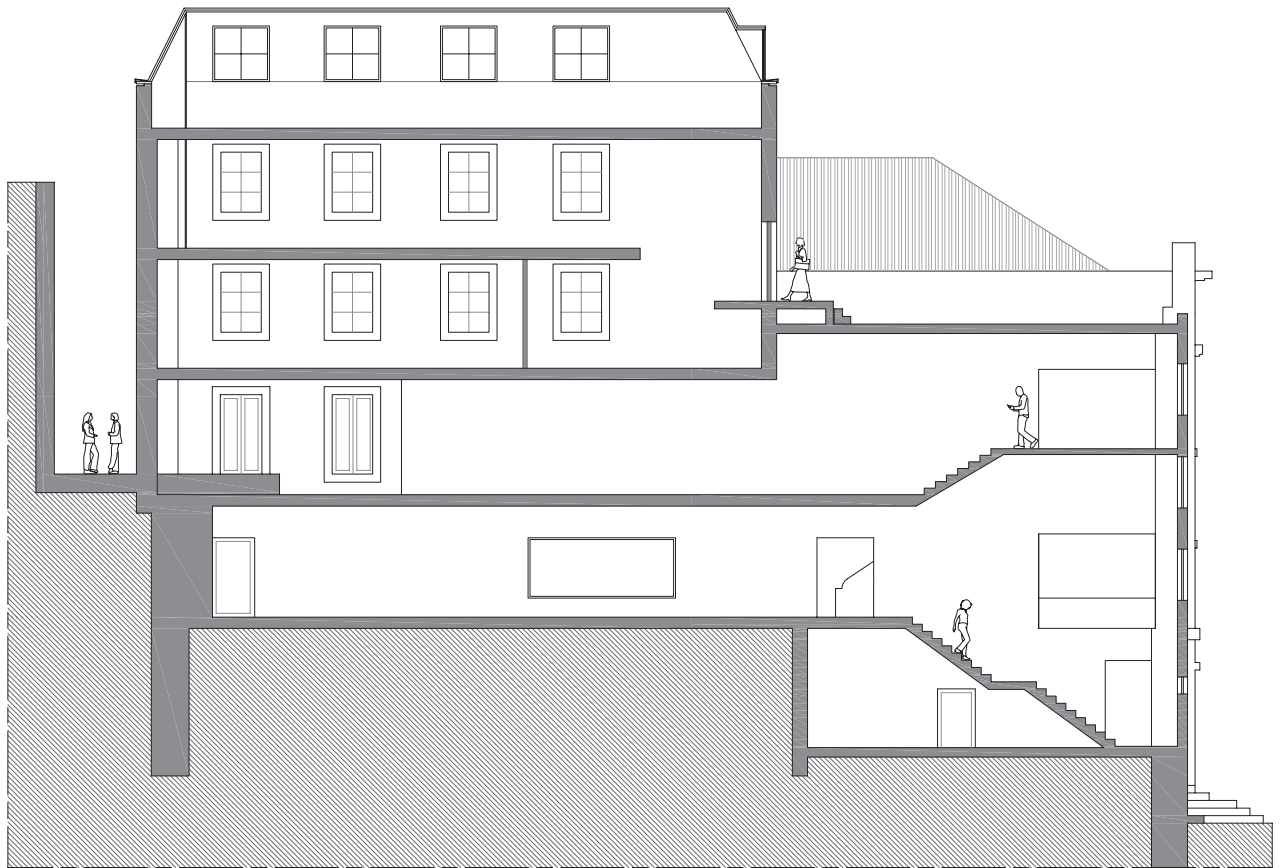
Corte BB'
Escala 1:200



Corte CC'



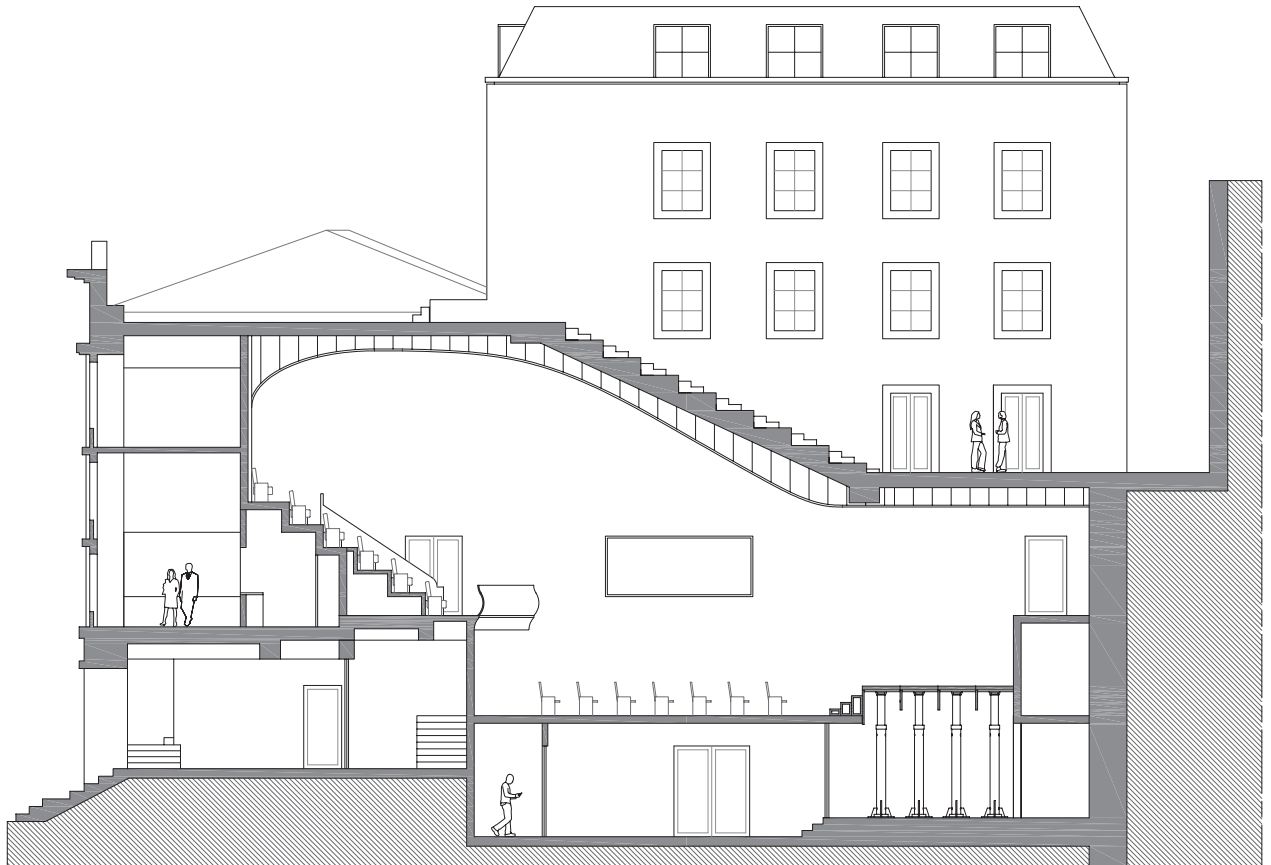
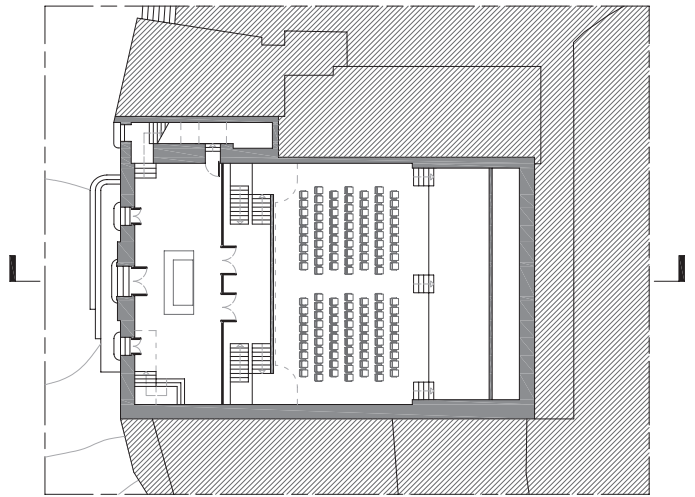
Corte DD'
Escala 1:200



Corte EE'

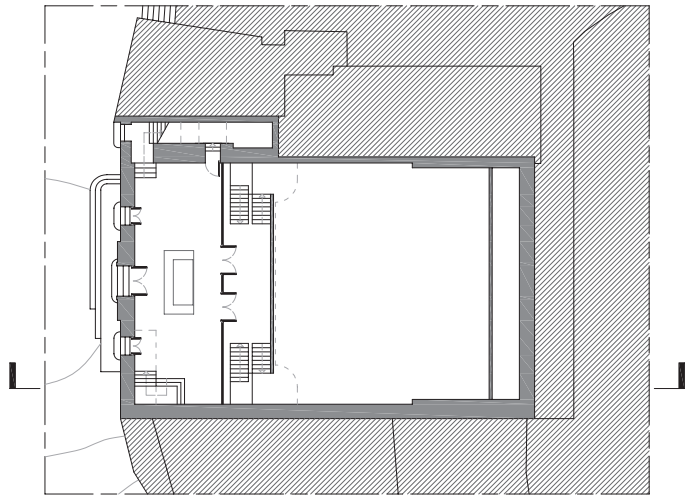


Corte FF'
Escala 1:200



Bancada móvel transformada em palco elevado

Corte AA'
Escala 1:200



Bancada móvel totalmente baixada

Corte GG'
Escala 1:200